

«Em torno às Ocupações Antigas de Garvão»

Teresa Ricou Nunes da Ponte

Resumo

O presente trabalho pretende contribuir para a discussão de algumas das problemáticas que envolvem a segunda metade do I.º milénio a. C, através da apresentação dos trabalhos arqueológicos efectuados no povoado de Garvão (Ourique), respetivas sequências estratigráficas e faseamentos arquitetónicos, obtidos no interior de um edifício de cariz habitacional. As sequências e os faseamentos são balizadas por um fragmento de cerâmica ática de carácter residual, recolhido em um contexto secundário de utilização e um fragmento de cerâmica Campaniense A, que ilustram uma ocupação centrada em torno dos séculos IV e II a. C. O edifício, no interior do qual se recolheu um conjunto cerâmico estudado, articula-se com mais dois edifícios de morfologia e planta ainda não definidas por completo, construídos simultaneamente ao erigimento da estrutura defensiva do povoado, estruturados em torno de um eixo de circulação.

Palavras-Chave: Povoado, Fortificado, Espigão Fluvial, Idade do Ferro, Sequência Estratigráfica, Muralha, Cerâmica, Remodelação arquitectónica.

Abstract

The present study pretends to contribut to the discussion and the concerns involving the Second Half of the First Millenium a. C, through the presentation of the results of the archeological surveys in the habitat area of the Iron Age settlement of Garvão (Ourique). The stratigraph sequence provided in the interior of an habitacional compound provided by attic ceramic recovered, in secondary contexts and a fragment of campanian ware A, accent for occupation levels between the fourth and second centuries AD. The building on which the pottery assemblage was recovered is connected with the other buildings of a not yet defined structure, built simultaneous with de defensive wall of the habitat, structured around a street.

Keywords:

Settlement; Iron Age, Fortified Hill, Creek Settlement, Stratigraph Sequence, Wall, Ceramics



Resumo

Abstract

Índice

Capítulo 1: Introdução	2
Capítulo 2: Localização Geográfica e Enquadramento Geomorfológico	5
2.1 Descrição Geográfica.....	5
2.2 Edafologia.....	5
2.3 Geologia.....	7
3. Reconstituição Paleoambiental.....	8
Capítulo 4: Historial da Investigação Científica em Garvão.....	9
4.1. Santa Barbara de Padrões, Aranni\Arandis?.....	12
4.2. Garvão, Aranni\Arandis?.....	14
4.3. Depósito Votivo de Garvão.....	17
4.3.1. Espólio Identificado.....	18
4.4. Ocupações Antigas de Garvão.....	22
Capítulo 5: Identificação e Enquadramento das Intervenções Arqueológicas Realizadas...	23
5.1. Campanhas de 2002-03, Cerca do Adro	27
5.1.1. Muralha.....	27
5.1.2 Edifício I.....	28
5.1.2.1 Fases de funcionamento.....	30
5.1.2.1.1 Fase 1.....	30
5.1.2.1.2 Fase 2.....	32
5.1.2.1.3 Fase 3.....	32
5.1.3 Edifício II?.....	33
5.1.4 Edifício III? Ou Ambiente III?.....	35
5.1.5 Espaço de Circulação: Rua a Norte do Conjunto Arquitetónico.....	36
Capítulo 6: Arquitetura.....	37
6.1. Arquitetura Doméstica.....	37
6.2. Materiais e Técnicas Construtivas	41
6.2.1. Superfícies de Construção.....	41
6.2.2. Equipamentos Domésticos.....	42
6.2.2.1. Lareiras.....	42
6.2.2.2. Forno.....	45
6.2.2.3. Poial\Banco.....	46
Capítulo 7: O Povoado de Garvão: Faseamento Cronológico e Inserção Contextual.....	47
Capítulo 8: Conclusões.....	53
8.1 Balanço e Perspetivas de Investigação.....	63
9 Bibliografia.....	65
10. Anexos	



1. Introdução

O presente trabalho intitulado «Em Torno a Ocupações Antigas de Garvão» assume um carácter monográfico, das intervenções arqueológicas realizadas no povoado pré-romano de Garvão, cenário de implantação de um dos mais fabulosos contextos religiosos e votivos da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular (Beirão *et alii* 1985, 1987; Correia 1996; Fabião 1998), procurando contextualizar os trabalhos à luz do panorama conhecido para a Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, com particular incidência na busca de paralelos e contextualização para os achados e contextos arqueológicos, maioritariamente com base naqueles sítios, englobados na designada área céltica, (na aceção geográfica da palavra), fornecida por Estrabão, na *Geografia* ao referir-se ao espaço compreendido entre o Tejo e o Guadiana (III.1.3), à exceção da Betúria, Algarve e a área próxima do «cabo Nério» (Fabião 1998, I, 12). Contudo, não perderemos de vista os sítios localizados nas províncias, (hoje em dia), espanholas da Extremadura e Andaluzia, dadas as similitudes e continuidades geográficas assinaladas por numerosos historiadores e geógrafos dos dois lados da fronteira. Bem como os sítios litoralizados e literalmente «gaditanizados» do território português, pois muitos dos produtos de importação que circulam, por todo este mundo do interior procedem de circuitos comerciais com origem, no nosso território, nestes pontos. E por muito que custe admitir, sobre o risco de assumir posturas histórico-culturalistas, são estes artigos que mais contribuem para afinar as periodizações e cronologias dos contextos.

Serão exaustivamente apresentados e tratados os contextos materiais cerâmicos resultantes das intervenções arqueológicas realizadas em 2000 e 2002/03 na área designada como Cerca do Adro ou Cerro do Cemitério, onde se escavou uma ampla sequência estratigráfica associada a uma remodelação, cujos futuros trabalhos no sítio permitirão confirmar, ou não, o que neste momento é quase uma certeza: a existência de uma remodelação urbanística extensível a todo o povoado, previamente planeada e articulada em torno a dois eixos fundamentais: o sistema defensivo e um eixo de comunicação, infelizmente apenas parcialmente escavados.

Deste trabalho excluiu-se o estudo do espólio provenientes de escavações conduzidas em 1991 no sítio, por Susana Correia e Caetano de Mello Beirão, apesar das escavações terem incidido, parcialmente, na mesma área. Tal opção baseou-se na manifesta incapacidade de articular as informações estratigráficas, provenientes das intervenções acima referidas com a estratigrafia por nós identificada. Pelo que remetemos o seu estudo para futuras investigações, conjugando estas informações, com os dados obtidos deste período, nas escavações de 2000 no Cerro do Forte, provenientes de contextos secundários.

O conjunto cerâmico estudado, que fundamenta a periodização arquitectónica e ocupacional exposta, é proveniente das intervenções realizadas no povoado antigo de



Garvão desde 1995 até 2002-03, ainda que obedecendo a ritmos e períodos de tempo desiguais, quase sempre marcadas por constrangimentos financeiros e dependente da boa vontade de colaboradores e amigos.

Logo à partida, as intervenções enfermaram de um male: a intensa diacronia de ocupação do sítio, pois apenas em meados dos séculos XVII-XVIII o cerro foi abandonado e o povoamento deslocado para o espaço actual, com as evidentes consequências em termos de perturbações *post-deposicionais* que cerceiam as abordagens cronológicas.

No que diz respeito ao conjunto cerâmico, espere-se um esforço centrado na tarefa de aperfeiçoar o conhecimento de aspectos tipológicos e funcionais, de identificar diferentes produções, quiçá o seu centro de fabrico, à luz dos conceitos adotados de local/regional (Fabião 1998), contribuindo para afinar a cronologia da sua evolução, bem como o «desvendar» da complexa rede de intercâmbios que ocorria na zona Sudoeste do Baixo Alentejo em período pré-romano e nos alvares da romanização plena desta área.

A dissertação foi estruturada em 9 capítulos e 5 anexos.

Quanto aos capítulos, após a introdução, na qual se referem os objectivos da investigação e alguns dos princípios metodológicos que a norteiam, para além do apontamento de algumas das dificuldades sentidas na abordagem ao tema, inicia-se o capítulo da Localização Geomorfológica e uma abordagem sucinta a aspetos da vertente pala ambiental, explorando os limites e condicionantes ao estudo desta problemática. No capítulo seguinte efetua-se uma revisão conceptual historiográfica à jazida de Garvão, onde serão analisadas diferentes referências e interpretações do sítio arqueológico. No capítulo seguinte descrevem-se as intervenções arqueológicas realizadas na década de 2000, da autoria da signatária, da qual resultou a recolha do conjunto cerâmico em estudo, associado a realidades arquitectónica e arqueológicas detectadas, que configuram um conjunto arquitetónico. Depois, explora-se um novo capítulo, onde serão descritas e analisadas exhaustivamente as realidades e elementos arquitetónicos detetados, relevantes para o estabelecimento de uma evolução diacrónica da ocupação da Idade do Ferro e romanização do povoado. Será ensaiado um faseamento das realidades arqueológicas detectadas, por comparação com a evolução detectada em outras jazidas arqueológicas estudadas deste período, alargando essa análise e estudo comparativo sítios da Extremadura espanhola, da Andaluzia e Meseta. Encerra-se este estudo com algumas reflexões acerca dos conjuntos cerâmicos apresentados. Nas Conclusões, talvez demasiado extensas, aborda-se a dinâmica da ocupação do sítio em sintonia com o ambiente cultural e algumas questões, em aberto, que pautam a discussão do 1.º milénio a. C na região, abordando-se em particular a sequência sidérica, do sítio vizinho das Mesas do Castelinho, o qual aparenta, na segunda metade do 1 milénio a. C, uma grande similitude e convergência, em termos de dinâmicas de ocupação, em relação ao povoado de Garvão, reflexo do grau de exposição a fenómenos culturais comuns, ainda que por motivos que nos escapam totalmente, divergem novamente a partir da mudança da era, influenciados pelos fenómenos e alterações estruturais do processo de Romanização. Finalmente ainda dentro do capítulo das conclusões, em jeito de reflexão esperançosa, que se pretende o iniciar de uma nova etapa, lançam-se as bases e



perspectivas de investigação futuras, baseadas em interrogações concretas derivadas do «*métier*» arqueológico.

A dissertação é ainda constituída por cinco anexos: o primeiro será cartográfico, o segundo abordará a análise artefactual do conjunto cerâmico, baseado na abordagem descritiva e em termos de análise comparativa, inserindo-se estratigraficamente dentro da sequência cultural do povoado, iniciando-se a apresentação do conjunto de acordo com critérios previamente estabelecidos e consagrados na bibliografia arqueológica. O terceiro anexo é constituído pelas estampas dos materiais em análise, o quarto é constituído pelos gráficos relativos a análise do espólio arqueológico, e que validam essa mesma análise. O quinto, constituído pelo anexo fotográfico que procura ilustrar as realidades e contextos em estudo, permitindo uma melhor identificação e compreensão com base em suporte visual dos mesmos.

2. Localização Geográfica e Enquadramento Geomorfológico

2.1. Descrição Geográfica

O Povoado pré-romano de Garvão (Cerro do Forte e a Cerca do Adro) (CMP 546, Fig. 1) localiza-se no concelho de Ourique, distrito de Beja, com as seguintes coordenadas UTM: Lat.37°42'20'', Long.8°20'40'' no topo de um cerro amesetado, em duas plataformas (Cerro do Forte e Cerca do Adro) de um mesmo acidente geográfico, cujo relevo original se encontra muito alterado, inerente aos sítios arqueológicos de cariz urbano, com ocupações prolongadas que se estendem aos nossos dias.

A construção de uma rua no centro do acidente geográfico acima referido provocou um corte no povoado e contribuiu para o paradigma vigente, até as intervenções da década de 90, de que, o povoado indígena de Garvão na Idade do Ferro e em épocas posteriores se cingia à plataforma mais elevada e de maiores dimensões do cabeço amesetado, designada na bibliografia arqueológica e oralmente como Cerro do Forte ou Cerro do Castelo.

O cabeço é ladeado a Este e Oeste por duas linhas de água de caudal irregular e sazonal, as ribeiras das Pimentas e dos Cachorros, que confluem a Norte do cerro enquadrando um amplo espigão fluvial. Em termos de modelo de povoamento trata-se de uma ocupação em espigão aluvião - Tipo III de Luís Berrocal Rangel (1992,128), um dos mais comuns modelos de instalação de povoados deste período no Sudoeste da Península Ibérica (Fabião - Guerra 2010, 327).

O cerro apesar de não ser particularmente elevado, cota máxima de 135, 55 m, a Oeste, apresenta um amplo domínio visual sobre o território imediato, ao passo que a Este o alcance visual a partir do povoado é limitado pelo relevo de maior volume. Devido à sua condição de espigão fluvial, apresenta duas facetas díspares: ao acercarmos por Oeste, o cerro, impõe-se, dominando o horizonte visual, verdadeira fortaleza natural que se ergue escarpada em cerca de 30 metros. A Nascente e a Sul, o acesso ao cerro seria mais fácil, e o declive menor, com menos obstáculos, ainda que o facto da encosta Leste ser densamente «povoada» por casas e pequenos quintais, aterrçados em degraus, dificulte o reconhecimento da topografia original do sítio.



De cota mais elevada, a plataforma conhecida como Cerro do Forte, apresenta encostas mais íngremes e escarpadas a Norte e a Oeste, sobre a Ribeira das Pimentas. A encosta Oeste é percorrida por uma série de muros em pedra e «socalcos» em rampa, resultantes da plantação de oliveiras, facto que dificulta a distinção, de taludes resultantes de antigas obras de fortificação do local, com outros, derivados do afeiçoamento da topografia local ao emparcelamento da propriedade e às necessidades do seu aproveitamento.

A plataforma da Cerca do Adro ou Cerro da Vila, de cota menos elevada, apresenta a Oeste encostas mais pronunciadas. A Sul existe uma depressão com cerca de 40 m de largura, no fundo da qual foi aberto um caminho, em inícios deste século. Esta depressão designada como «Furadouro» poderá relacionar-se, como o seu topónimo parece indicar, com uma exploração de minério a céu aberto ou poderá ser interpretada como um fosso, pois a simples observação das curvas de nível do sítio na carta militar permite depreender que, na Antiguidade, se trataria da vertente mais vulnerável do povoado, articulando-se com outros dispositivos complementares de defesa, parcialmente escavados nas intervenções arqueológicas efetuadas no povoado.

A paisagem envolvente é dominada na quase totalidade pela forma de peneplanície bastante regular com largas ondulações de relevo e pequenas elevações espaçadas (Feio 1983). Contudo, por vezes essa monotonia é quebrada, com a paisagem dissecada por ribeiras e seus afluentes de caudal torrencial e sazonal, pontuando-a de pequenos recantos e vales encaixados, o que cria rechãs propícias à instalação de contingentes populacionais e à prática de uma economia de subsistência.

2.2. Edafologia

Em termos de capacidade de usos de solos, em Garvão as manchas de solo de classe agrícola são diminutas e de reduzida qualidade. Os solos, no geral, pobres e popularmente conhecidos como «terras galegas», esqueléticos, pedregosos, formados muitas vezes directamente a partir da desagregação da rocha de base (Feio 1983, 65). Por vezes, alternam com zonas de *rañas* (*idem*). As *rañas* são constituídas por pedras de quartzo filoniano ou de quartzite, de tamanhos diversos, mal rolados, sem estratificação numa pasta argilosa proveniente da decomposição dos xistos (Correia 2000, 9) e veios quartzíticos. São excepção as margens e zonas envolventes das Ribeiras que bordejam o povoado, onde se encontram os solos mais espessos e propícios à prática de uma agricultura de regadio de tipo horta, que certamente na Antiguidade não deveria diferir muito da actualmente praticada, à escala de um consumo doméstico e convidam à criação de gado. Registe-se que, as únicas áreas do território, da freguesia de Garvão, com solos da categoria A são as áreas de maior concentração de jazidas arqueológicas de época sidérica e romana.

Todavia, é necessário cuidado ao manusear os dados actuais sobre o potencial agrícola dos solos, pois, ao referir o potencial agrícola actual, não sabemos se, de facto, este



seria o mesmo na antiguidade ou muito menos quais seriam as condições tecnológicas adequadas à sua exploração. Por outro lado, devemos ter presente que a capacidade de uso do solo e a sua efectiva utilização terão que ser analisadas, em certas épocas, em conjugação com o vector «necessidade de sobrevivência» e não, como hoje, com o vector «rentabilidade relativamente a outras actividades» (Correia 2002, p. 9)

Inserir-se na Bacia Hidrográfica do Sado, constituindo a Ribeira de Garvão ou de São Martinho um afluente do Alto Sado.

Garvão desde logo, está no ponto geográfico de confluência das três principais áreas hidrográficas do Sul: Tejo, Sado e Guadiana.

2.3. Geologia

Geologicamente o local é constituído por um substrato de xistos do Carbónico, sobre o qual assenta um espesso depósito de terras aráveis. Esta zona enquadra-se no designado grupo *Flysch* do Baixo Alentejo. Este grupo é constituído predominantemente por xistos, grauvaques e algumas intercalações de conglomerados, que, no conjunto, formam possante (> 5000 metros) sequência turbidítica depositada em fundos marinhos de elevada profundidade, superior a 500 m (Oliveira - Oliveira 1996, 16). Apresenta também incidência de grauvaques macios e ferrosos que, com o xisto, configuram a paisagem.

O concelho de Ourique é igualmente atravessado por uma segunda unidade geológica: a faixa piritosa ibérica, que compreende a anticlinal de Casével e de Grandãos, e a anticlinal de Ourique; integrando uma sequência Vulcano-sedimentar de litologia variada¹. Observa-se ainda, nesta formação do Devónico superior, uma predominância de rochas vulcânicas, sendo as rochas muito ricas em sílicas, produzindo solos muito siliciosos. Existe também jaspe e cherte, dominando os xistos «borra de vinho», que devem a sua cor avermelhada à presença de óxidos de Mn e Fe, e ainda xistos siliciosos esverdeados e tufitos de fácies sedimentares com xistos argilosos, quartzo grauvaques, quartzitos leitosos e calcários (Oliveira - Oliveira 1996, 16)².

Apesar da área em questão não abranger algumas das jazidas mais importantes da faixa piritosa ibérica, a existência, à superfície de alguns afloramentos de minério, ricos em sulfuretos polimetálicos, facilmente exploráveis, os denominados «Chapéus de Ferro», ricos em metais permite, segundo alguns autores, supor a prática da sua exploração, na Idade do Ferro. Em Aljustrel, a sua exploração encontra-se seguramente atestada, pelo menos, desde a Idade do Bronze (Correia 2003, 44). Estão também, assinaladas ocorrências filonianas de galena rica em prata, por toda a larga faixa que se estende, desde a zona Norte do concelho de Castro Verde, até à foz da Ribeira de Odeleite, já na Serra Algarvia (Maia-Maia 1996, 63).

¹ - Carta Geológica de Portugal, esc. 1:200 000, folha 7, Serviços Geológicos e Mineiros.

² - Carta Geológica de Portugal, esc. 1:200 000, folha 7, Serviços Geológicos e Mineiros.



3. Reconstituição Paleoambiental

Na tentativa de reconstituição do paleoambiente que envolvia a jazida, de forma a permitir caracterizar as atividades económicas, o tipo de alimentação e subsistência, das populações que habitavam o local, é necessário não veicularmos erros, tantas vezes reiterados, por investigadores, que pretendem, simplesmente, sobrepondo o mapa dos territórios teóricos (elaborados com recurso ao método dos polígonos de *Thiessen*, ou amibas) aos mapas e cartas actuais da capacidade de uso de solos ou geológica e mineira, ver uma transposição factual dos recursos disponíveis e explorados na Antiguidade. Apenas o recurso a outros vectores da análise, tais como, os dados paleoambientais ou paleoeconómicos, permitirá ensaiar uma tentativa de reconstituição verosímil do coberto vegetal, complementada com uma análise da fauna recolhida em níveis sidéricos de ocupação no povoado, contribuirá para a reconstituição fiável do paleoambiente que envolvia a jazida.

Para este período, contamos com alguns dados obtidos na Estremadura espanhola, que fornecem uma imagem do que poderia ser o coberto vegetal, assim como algumas das espécies animais a este associado, para além de outras informações de carácter económico relacionadas, por exemplo, com a exploração de metais (Pérez Jordá 2000; Rodríguez Díaz - Pavón Soldevila 1999; Rodríguez Díaz, Coord. 1998; Enriquez Navascués et alii 2001; Rodríguez Díaz - Enriquez Navascués 2001; López Garcia 1994; Berrocal Rangel 1994; Castanos Ugarte 1988, Duque Espino- Cuenca García 2004.). Os dados paleoambientais existentes apontam para a existência de uma paisagem dominada pelo montado, com tendência para a degradação, com o avançar da cronologia. Este entendimento parece ser confirmado pelos estudos pontuais, sobretudo de carácter arqueozoológicos realizados em território português. Pela proximidade geográfica e cronológica destacam-se os estudos de Miróbriga ou Castelo Velho de Santiago do Cacém (Mackinnon 1999-2000, Biers-Soren 1983), da Ilha do Pessegueiro (Cardoso 1993), de Alcácer do Sal (Cardoso 1996, 169), Santarém (Davis 2005) ou de Segóvia (Judíce Gamito 1988, 35). Acrescentem-se ainda as informações do Castelo de Veiros (Arnaud 1970, Apêndice 2); do povoado das Mesas do Castelinho (Fabião - Amílcar 2010; Estrela 2011) e finalmente do próprio Depósito Votivo de Garvão (Antunes 1995). Nos locais referidos as informações faunísticas recolhidas, em níveis contextualizados da Idade do Ferro, mas também do período romano confirmam o domínio geral da criação de bovídeos sobre os ovi-caprídeos e a presença em menor quantidade de suídeos (Arnaud 1970: Apêndice 2; Cardoso s\d [1976]; Antunes 1995, Rowley-Cowny 1988), num registo de continuidade nos padrões da pecuária indígena e demonstrando uma efetiva continuidade cultural, bem como uma significativa estabilidade das populações (Fabião 1998, 43), em concordância com os dados obtidos para o território espanhol. No povoado vizinho das Mesas do Castelinho (Almodôvar), os dados parecem



apontar para a predominância do *Bos taurus* na dieta alimentar, ocorrendo depois os ovi-caprinos (seguramente cabra), os suídeos e os cervídeos (Cardoso, [1996],169). Se os cervídeos se associam a atividades cinegéticas, já as restantes espécies representadas se relacionam intimamente à sua domesticação, num quadro de relevante atividade pastoril, o que se coaduna com um quadro ambiental favorável, mais húmido e com mais pastagens e áreas florestadas (Estrela 2011, 4).

Do povoado de Garvão possuímos alguns dados recolhidos durante a escavação do Depósito Votivo. Entre os taxons identificados, destacam-se em termos quantitativos o borrego, o boi e o porco (Antunes 1995, 273). Regista-se igualmente a presença de animais domésticos como o cão e gato, bem como o cavalo, coelho, aves e até mesmo fauna ictiológica (*idem*). Em termos da distribuição de taxons por camadas estratigráficas sublinhe-se o predomínio do *Bos Taurus* na camada 3 d _ nível fundacional do depósito, relativamente aos ovinos que, de uma forma geral, dominam no conjunto estudado, dentro dos restantes horizontes cronológicos (*idem*, 276). De acordo com os autores do estudo, o domínio desta espécie sobre as restantes, naquele nível estratigráfico, sugere uma certa prosperidade, por estes, relacionada com uma melhoria climática e uma maior pluviosidade (*idem*, 276). A veracidade desta assumpção é questionável, pois para o período em estudo, não existe nenhum termo comparativo, proveniente do povoado que corrobore, ou não, esta afirmação. Por outro lado, o próprio contexto das amostras estudadas, dado o seu carácter de exceção e contexto específico: um depósito votivo, com implicações simbólicas e religiosas, não pode ser generalizável à totalidade do estudo do povoado. Será de todo o interesse a análise do espólio faunístico recolhido, em níveis contextualizados da Idade do Ferro, na Cerca do Adro que esperamos será realizado em breve, fornecendo um contraponto aos dados provenientes do Depósito Votivo.

Na região, para períodos mais recentes, os dados provenientes de análises faunísticas de sítios islâmicos, por exemplo, os níveis Omíadas das Mesas do Castelinho (Fabião - Guerra 2002,174), ou fontes escritas medievais e modernas corroboram a hipótese de o ambiente ser mais húmido do que o actual, e da existência de espécies animais associadas a presença de climas mais húmidos e paisagens menos áridas, encontrando suporte documental nos designados «Foros Antigos de Garvão» onde é mencionado o pagamento de portagem da pele de cervo e gamo (Sequeira 1994, 7), demonstrando tratar-se de uma mercadoria de circulação habitual, na região, nos alvares do século XVI.

4. Historial da Investigação Arqueológica em Garvão

O problema da identificação das cidades romanas ou hispano romanas, de que nos falam as fontes, coloca sérias dificuldades a todos quantos se debruçam sobre o assunto, à exceção de uns poucos casos determinados, em que devido a continuidade histórica, unida à manutenção da nomenclatura toponímica, é clara a solução entre o aglomerado referido nas fontes e os sítios arqueológicos reconhecidos (Alarcão 1990, 12). A vila de Garvão foi no



passado e, permanece ainda hoje em dia, assimilada, não sem controvérsia, como um dos possíveis pontos de localização do *oppidum*, vinculado pelas fontes clássicas de *Arandis*.

As fontes literárias antigas como Plínio na *Naturalis Historia*, o Itinerário de Antonino ou o Anónimo de Ravena são as únicas referências históricas - literárias com que se conta ao debater o problema da localização desta cidade. O historiador romano Plínio na *Naturalis Historia* enumera os *Aranditani* (IV 118) na sua lista de *oppidum stipendiarum*. De acordo com Jorge de Alarcão (1990, 52) o nome que deve restituir-se a partir de *Aranditani* será *Arandis*. Ptolomeu ao indicar a lista de povoações por si integradas entre os *Celtici* na Lusitânia (II, 5.5) refere *Aranni*, nome confirmado pelo «Itinerario de Antonino» ou pelo Anónimo de Ravena (IV 41-43). Para João Pedro Bernardes (2006, 114), as diferentes grafias observadas poderão ser explicadas pelo facto de Plínio e Ptolomeu empregaram fontes da época de Augusto, enquanto as duas últimas obras, o Itinerário de Antonino e o Anónimo de Ravena, utilizam fontes tardias, explicando-se as diferentes grafias pela evolução do fonema, com a queda do d na passagem do Alto para o Baixo-império.

O Itinerário de Antonino (ITIN.Anton. Aug. 426.2) refere na descrição da via XXI: *Item de Esuri a Pax Ivlia* mp CCLXVII, um dos percursos, mais bizarros de todo o Itinerário, percorrendo o Alentejo de forma circular (Carneiro 2008, 82): a via de *Baesuris*, (identificada com Castro Marim), a *Pax Ivlia* (Beja) por *Balsa*, *Ossonoba*, *Arandis*, *Salacia*, *Ebora*, *Serpa*, *Fines* e *Arucci*, o que levou Mário Saa, autor das «Grandes Vias da Lusitania Romana», a apelidá-lo de circunvalação ou radiolar (1956-1967 Tomo IV, 117-123). O Itinerario indica as seguintes distâncias entre as localidades, acima, enumeradas: de *Balsa* a *Ossonoba* são XXIII milhas, *Ossonoba* a *Aranni* são XIII milhas, de *Aranni* a *Serapia* são XXXII milhas de *Serapia* a *Eboram* XLIII milhas, de *Eboram* a *Serpa* XIII milhas, *Serpa* a *Fines* são XX, *Fines* a *Arucci* são XXV e de *Arucci* a *Pax Ivlia* são XXX milhas. Sublinhe-se que, apesar dos muitos estudos já feitos e publicados sobre o assunto, permanecem dúvidas na reconstituição dos traçados e ignorância quanto à localização da maior parte das estações que o Itinerário de Antonino menciona. A raridade dos miliários com indicação das milhas, as incertezas quanto às suas posições originárias exactas e as divergências dos diversos manuscritos do Itinerário de Antonino, quanto às distâncias indicadas entre certas estações viárias, dificultam a reconstituição dos percursos e a identificação dos lugares por onde as vias corriam (Alarcao 2006, 213).

Quanto ao traçado desta via propriamente dito, tal como está apresentado no Itinerário é inviável, não correspondendo aos padrões das vias romanas que definiam um objectivo e o atingiam da forma mais directa possível, estabelecendo um trajecto irrealizável no terreno (Carneiro 2008, 84). Por outro lado, para o investigador actual, os problemas residem na hipótese de localização das *mansiones* que corresponderão a pontos situados no Alentejo (*idem*).

A semelhança de outras *mansiones* citadas neste Itinerário, a identificação e localização de *Aranni*, tem oscilado entre Garvão e Santa Bárbara de Padrões.



Naturalmente que a localização em um ou outro ponto condiciona a proposta de traçado da via XXI, pois são duas realidades distintas geograficamente (Carneiro 2008, 83).

As primeiras referências bibliográficas à existência de um sítio arqueológico em Garvão reportam à sua suposta identificação com o *oppidum stipendiarium* de *Arandis*, referido por Plínio - (*apud* Guerra 1995, 96), Plínio menciona ainda os *Aranditanni* (*apud* Alarcão 1988, 171), ou *Aranni* (ITIN. Anton. Aug.426.2), tal como surge no Itinerário de Antonino, onde este cita *Aranni* no *Item de Esuri Pace Iulia*, via de *Baesuris a Salacia*. Esta assimilação sugerida nas décadas de 50-60 por Abel Viana (1960, 215) e posteriormente por Mário de Saa (1956-67, 192) levantou o debate na comunidade científica. Ao promover, Abel Viana a identificação de Garvão com *Arandis*, ainda que a título de hipótese, pois hesita em reconhecer *Arandis* entre Garvão, Santa Luzia ou Ourique, coloca-o no centro da rede viária, implantada ao longo da via de *Baesuris* (Castro Marim) a *Pax Ivlia* (Beja) por *Balsa, Ossonoba, Arandis, Salacia, Ebora, Serpa, Fines e Arucci* (Viana 1960, 214).

Que Garvão desempenhou um papel importante na rede de comunicações do Baixo Alentejo, durante a Idade Média e Moderna, centro nevrálgico de comunicações, parece certo, pois a Carta de Doação de uma herdade, do termo do extinto concelho de Marachique (castro da Cola, Ourique) de 1260 é eloquente testemunho, mencionando entre outros caminhos, o “*Semedarium qui venit de Garvam et vadit al Algarbium*” pela Senhora da Cola (Viana 1960). Existem ainda referências de época Moderna, tais como, as informações relativas à passagem de D. Sebastião pela vila de Garvão pela Estrada Real em direcção ao Algarve por São Martinho das Amoreiras e Monchique (traçado da via romana proposta por Abel Viana), citando-se, a título de exemplo, o itinerário representado em um mapa de 1762 que de Silves para Beja por Monchique, São Marcos da Serra, Santa - Clara - a - Velha, São Martinho das Amoreiras, Garvão, Ourique, Entradas e Beja, o qual segundo o entender de Abel Viana (1960 203-08), corresponderão a um troço da via romana de *Baesuris-Pax Ivlia*, sendo na opinião do autor o caminho principal de várias alternativas apresentadas (Viana 1960, 219).

Todavia, algo distinto é, baseado no pressuposto de Garvão desempenhar um importante papel enquanto nó viário (em período medieval e moderno) efectuar a correspondência factual e cronológica entre este sítio e o *oppidum* referido nas fontes clássicas. A identificação proposta terá certamente em conta a toponímia do nome: de origem pré-romana, o que condiz com o sítio arqueológico em questão, com uma reconhecida e importante ocupação pré-romana.

Jorge de Alarcão, ao tentar efectuar a reconstituição da divisão político-administrativa e distribuição das *civitates*, na Lusitania Portuguesa, apoiando-se no método dos polígonos de *Thiessen* propõe a localização de uma *civitas*, inicialmente assimilada a *Aranni* e posteriormente a *Colarnum* na região de Ourique (1973, 1983, 1985, 1988, 1990, 2001), mais concretamente entre Santa Luzia, Colos ou Garvão. Para este autor, o seu *territorium* compreenderia grosso modo o curso superior do Sado e a bacia hidrográfica do Mira, confrontando-se a Norte, com os limites da *civitas* de Miróbriga, a Este com os



limites da *civitas* de *Pax Iulia* (*Idem, ibidem*) e com *Myrtilis* a Oeste (Luís 2003, 54). Este último autor, no seu estudo das cerâmicas campanienses de Mértola e respetiva ocupação republicana associada, a Oeste, faz passar os limites do *territorium* de *Myrtilis* e *Aranni* pelos lugares de Santa Graça dos Padrões e Santa Bárbara dos Padrões (Luís 2003, 54), ou seja, por um dos locais recentemente equacionados como o local de implantação de *Arannis*.

4.1 Santa Bárbara de Padrões *Aranni**Arandis*?

A proposta da localização de *Aranni**Arandis* noutra ponto que não Garvão foi veiculada por Manuel e Maria Maia (2000) e mais recentemente por João Pedro Bernardes (2006) propondo em alternativa a sua localização em Santa Bárbara de Padrões, concelho de Castro Verde. Os autores fundamentam-se nas referidas discrepâncias entre as milhas indicadas no Itinerário de Antonino e as distâncias reais entre os diversos aglomerados, já identificados pela moderna investigação, mencionados ao longo da via *Item de Esuri Pace Iulia*. De acordo com estes, a identificação entre *Aranni* e Santa Barbara de Padrões adequa-se às distâncias indicadas no Itinerário de Antonino, pois a distância real entre *Ossonoba*, (Faro), e Santa Bárbara de Padrões, (identificada esta com *Aranni*), é de 60 milhas, semelhante à descrita pelo Itinerário. Se considerarmos que *Aranni* corresponderá ao sítio de Garvão, a distância entre os dois pontos, indicada no Itinerário ultrapassa as 70 milhas romanas, o que segundo João Pedro Bernardes (2006 157), exclui a possibilidade de *Aranni* se situar por ali (*Idem*). Se adoptando a equação *Aranni* = Santa Bárbara, a distância real entre as duas povoações é coincidente com a indicada pelo Itinerário entre *Aranni* e *Ossonoba*, a distância seguinte do Itinerário, entre *Aranni* e *Salacia* é de 35 milhas, o que coloca graves entraves à adopção linear da equação *Aranni* - Santa Barbara de Padrões, pois nenhuma estação, (*mansione*), se pode situar a 60 milhas de *Ossonoba* e 35 de *Salacia*, reconhecida a identificação desta estação com Alcácer do Sal. Logo incompatível com as distâncias fornecidas pelo Itinerário do primeiro tramo a partir de *Ossonoba*. Perante a manifesta incompatibilidade, João Pedro Bernardes sugere que considerando as diferentes estações enumeradas na via XXI até *Aranni* (se aceitarmos a dita assimilação), constatamos que as distâncias apresentadas estão correctas. Esta assumpção conduz o autor a propor que a existir um erro no Itinerario este não se encontra nas distâncias indicadas entre as estações, mas sim na enumeração do nome da povoação que se seguirá a *Aranni* que não será *Salacia*, mas *Pax Iulia*, pois a distância actual de Santa Barbara dos Padrões a Beja (*Pax Iulia*) são 35 milhas (Bernardes 2006, 159). O autor acrescenta ainda que o percurso da via de *Ossonoba* a *Pax Iulia* tal como aparece descrito, terá, provavelmente sido fundido com outros percursos ou tramos que tocavam a capital do Baixo Alentejo, o que explicaria a inviabilidade do traçado XXI do Itinerário (Bernardes 2006, 159). Esta via seria ainda em plena Idade Média um dos principais pontos de circulação entre o Norte e o Sul, sendo Almodôvar a par de Lisboa, Porto, Coimbra e Santarém, um dos principais pontos de câmbio do País (Bernardes 2006, 158).



Mas um dos mais importantes argumentos que corroboram a adequação *Aranni/Arandis* Santa Bárbara de Padrões é o facto de aqui existirem evidências da existência de um sítio romano com alguma relevância. Esta ocupação, já reconhecida por José Leite de Vasconcelos em 1897, parece concentrar-se no topo da colina onde se implanta a actual igreja de Santa Bárbara, expandindo-se em direcção a Poente. Entre os vestígios observados por José de Vasconcelos, este refere a presença de sepulturas em tijolo, fragmentos de *Opus Signinum*, um suposto poço romano, a presença de alicerces, bem como a existência a Sudoeste da povoação de um imponente muro que este designa por «muralha» mas que pela descrição, mais se aproxima de uma barragem (Vasconcellos 1930-1931, 231-232; Bernardes 2006, 159). A ocupação romana é confirmada por Manuel e Maria Maia cujas escavações, junto a igreja, identificaram um edifício basilical, bem como um importante depósito votivo de lucernas de época romana, certamente associado a um santuário (Maia 1997). De acordo com João Pedro Bernardes, a área arqueológica estende-se ao longo de 6-7 hectares, sendo em grande quantidade os vestígios cerâmicos identificados (Bernardes 2006, 160). Os indícios permitem, ao mencionado autor, concluir pela existência de um aglomerado de alguma entidade, neste local, secundário, em relação às *civitas* vizinhas de *Pax Ivlia* e *Myrtilis*, conjugando a vocação de estação viária com a de santuário (Bernardes 2006, 160).

Em termos de implantação geográfica o sítio proposto para o núcleo de povoamento, onde se escavou o depósito votivo de lucernas (I-III d. C) e a basílica paleocristã (séc. IV-VI d. C) identificado, pelos já mencionados autores, com *Aranni\Arandis* das fontes literárias, apesar de não possuir uma cota de implantação muito elevada, possui um amplo domínio visual sobre o território, particularmente a Norte e a Oeste, destacando-se na monotonia da paisagem, ao adquirir uma certa proeminência sobre o território envolvente. Como é evidente, a avaliar pelos vestígios escavados e identificados em prospecções de superfície, já desde os tempos de José Leite de Vasconcelos (Vasconcellos 1930-1931, 231-32) e estimados por João Pedro Bernardes em cerca de 6 a 7 hc, na zona da pequena colina onde se ergue a Igreja e o cemitério actual (Bernardes 2006, 160), não negamos a existência de um núcleo de povoamento de alguma entidade em Santa Bárbara. Todavia questionamos a hipótese deste núcleo poder ser enquadrado na categoria de *civitate*, opinião partilhada, ainda que implicitamente, por João Pedro Bernardes o qual, apesar de identificar o núcleo de povoamento em questão com *Arandis\Aranni* ignora o seu estatuto de *civitate*, referido pelas fontes clássicas e confere-lhe funções de *mansio*, subalternizando-o em termos de rede de povoamento. Tal não poderia ser de outra forma, dada a sua localização geográfica, pois aplicando o método dos polígonos de *Thiessen*, de forma a calcular a delimitação do respectivo território, verifica-se a existência de sobreposições de território com o território dos dois núcleos vizinhos citados de *Mirtyllis* ou *Pax Ivlia*. Por outro lado, ao englobar *Arandis\Aranni* na categoria de *mansio* ou *vicus*, conforme já referido, o autor ignora o facto de *Aranni\Arandis* ser explicitamente enumerado na lista de *oppidum stipendiarium* de Plínio e de, aparentemente, o naturalista ter limitado a sua lista, presente na *Naturalis Historia*, àqueles *oppida* que eram capitais de



civitates (Alarcão 1990, 23). Partilhamos assim da opinião de Amílcar Guerra e Carlos Fabião (2011, 482), de que nas extensas ruínas de S. Barbara, onde existiu seguramente um santuário de época romana, não há verdadeiros indícios da presença de uma cidade (Maia-Maia 1997; Bernardes 2006), muito menos uma cidade com uma toponímia de origem pré-romana, pois sobre a origem pré-romana no topónimo *Arandis* não subsiste qualquer dúvida. Sempre tendo em atenção, como têm posto em evidência casos como de *Ebora*, a circunstância de um lugar assumir um nome de origem hispânica não é garantia de que o sítio possua uma ocupação pré-romana (Guerra Fabião 2009, 482).

4.2 Garvão: *Aranni*\ *Arandis*?

A questão da assimilação da vila de Garvão à referida *Arandis* esbarra em várias dificuldades. A primeira refere-se ao facto das distâncias indicadas na via XXI, do Itinerario de Antonino, não coincidirem, regra geral, com as distâncias reais existentes entre as distintas localidades, que a investigação moderna já permitiu reconhecer, com exactidão, a localização. Assim as distâncias indicadas no Itinerario entre *Ossonoba-Arandis*, 60 milhas, e *Arandis - Salacia*, 35 milhas, demonstram bem isso mesmo, pois é impossível, que qualquer lugar fique simultaneamente a 90 Km de Faro (*Ossonoba*) e a 52 Km de Alcácer do Sal (*Salacia*) (Bernardes 2006, 158). Amílcar Guerra propôs, face as discrepâncias de distâncias existentes, as quais todavia, colocam questões complexas para as quais não há uma saída óbvia (Fabião-Guerra 2010, 280), a hipótese da solução ser procurada em uma nova interpretação dos dados: por um lado, a distância de 60 milhas que separariam esta cidade de *Ossonoba* poderiam constituir um dado importante, por outro a indicação de que *Arandis* e *Salacia* distariam 35 milhas obriga a questionar a fiabilidade destas informações ou a encontrar uma solução viável. De facto, não é de modo nenhum sustentável que entre *Ossonoba* e *Salacia* se tivessem de cumprir apenas 95 milhas, quando havia que vencer uma distância correspondente a cerca de 100 milhas romanas, em linha recta (Fabião 2010, 281). Como se propôs há algum tempo (Guerra 1998, I: 288), a solução para este problema deve residir numa nova interpretação para os dados que o Itinerário de Antonino proporciona. Na realidade, deve considerar-se que as 35 milhas que separariam *Arandis* de *Salacia* correspondem apenas a uma parte desse percurso: até ao ponto em que a estrada para esta última cidade abandonava a via que aqui se descreve e que, saindo de *Baesuris*, conduzia a *Ebora*.

A distância que mediava entre essa bifurcação e *Salacia* é-nos apontada por um outro passo da mesma obra, onde se recolhe a aparentemente estranha indicação de que, entre este último lugar e *Ossonoba* medeiam XVI milhas (Itin. Ant. Aug., 418,6). Leia-se, mais uma vez, que essa medida respeita apenas ao percurso entre a cidade do Baixo Sado e o entroncamento com a estrada que conduzia à actual Faro. Por isso, para calcular a distância entre *Ossonoba* e *Salacia* há que somar as três indicações: 60 milhas (*Ossonoba* – *Arandis*) + 35 milhas (de *Arandis* ao ramal que levava a *Salacia*) + 16 milhas (de *Salacia* à estrada que seguia para *Ossonoba*) = 111 milhas, uma distância verosímil. A assumir a



veracidade destes números, *Arandis* deveria situar-se ligeiramente a norte de Ourique, o que seria compatível com a proposta da sua identificação com Garvão (Alarcão, 1990: 362, Fabião 2010).

Por outro lado, dificultando a confirmação da existência de uma *civitas* nesta área, sublinhe-se a inexistência de epigrafia honorífica ou indiciadora da existência de magistrados, aliada às especificidades epigráficas e características físicas dos monumentos epigráficos que, mantêm em época romana, tradições da Idade do Ferro (Alarcão 1985, 104; Encarnação 1984). Em relação às inscrições funerárias desta região, Jorge de Alarcão, destaca o facto de existir uma ausência de monumentos, posteriores ao século I d. C, na zona, relacionando este facto, com a hipótese de considerar o *oppidum* de *Aranni* como uma experiência urbanística falhada, um povoado indígena promovido em época romana que terá redundado em uma experiência municipal falhada (Alarcão 1985, 104). Para esta assumpção certamente, contribuem factores tais como: a ausência aparente daqueles elementos estruturais que definem as entidades políticas criadas, entre eles o *forum* e as suas habituais componentes, marcas de uma vida pública de paradigma romano (Fabião 2010, 340). Seguindo Carlos Fabião, tendo consciência que é necessário evitar o erro frequente de imaginar que estas cidades reproduzem um modelo de desenvolvimento baseado em casos conhecidos, não será todavia arriscado imaginar que o núcleo augustano se teria dotado de alguns atributos que o identificariam como a sede de uma comunidade cívica dotada de autonomia, com os seus magistrados e a sua assembleia. E, mais tarde ou mais cedo, com maior ou menor monumentalidade, deveriam surgir também as construções típicas, conferindo ao lugar os atributos de natureza estrutural definidores da sua função política (Fabião 2010, 342). Assim a aparente ausência destes atributos é um dos motivos que dificulta a aceitação de Garvão como sede de um *territorium*.

Todavia, existem indícios fortes que não devem ser ignorados e que os distintos autores, entre os que se inclui Jorge de Alarcão, parecem desconhecer: o facto de que na *villa*, romana (vizinha de Garvão), dos Franciscos, já referenciada por José Leite de Vasconcellos em 1908, se ter recolhido um busto em mármore, de *Agripina Menor* (Vasconcellos 1908: 352), hoje em dia no Museu Regional Rainha Dona Leonor, em Beja, podendo esta jazida, à semelhança do que sucedeu com *Ossonoba* (elevada a *municipium*, muito provavelmente na época de Cláudio) e a *villa* romana de Milreu, ser interpretada como a residência de algum magistrado local, certamente com ligações à família imperial, mais do que habitação rural de qualquer cidadão da *civitas* de Garvão (Alarcão 1985, 106). O que se poderia relacionar com a existência no povoado de estruturas relacionadas com os atributos que o identificariam como a sede de uma comunidade cívica dotada de autonomia, com os seus magistrados e a sua assembleia, ainda que seja necessário, de acordo com Amílcar Guerra e Carlos Fabião (2009, 482), evitar o erro frequente de imaginar que estas cidades reproduzem um modelo de desenvolvimento baseado em casos conhecidos.

Creemos que ainda estamos longe de resolver o problema da assimilação de Garvão a *Aranni* \ *Arandis*, aliás pensamos que é secundário o nome do aglomerado urbano de época romana existente em Garvão, atestado pelas evidencias materiais e arquitetónicas. As



escavações efectuadas em 2000 no topo do Cerro do Forte, (ainda inéditas), demonstraram a existência de uma pujante ocupação de época romana centrada em torno do séc. I a. C e os finais do século I d. C, com perdurações, a avaliar pelo tipo e volume de espólio recolhido, de forma menos significativa, até aos séculos III e IV d.C.

Entre o espólio republicano e tardo-republicano recolhido nas intervenções do Cerro do Forte, em níveis secundários ou de estratigrafia invertida, associados, destaquem-se as campanienses do círculo da A e B, as ânforas vinárias itálicas do tipo *Dressel 1*, as ânforas Béticas de tipo *Haltern 70* e da classe 67 ou Lomba do Canho, os almofarizes de bordo moldurado e fabrico bético, bem como as paredes finas e *sigillatas* itálicas que permitem apontar cronologias do terceiro e segundo quartel do Século I a. C (Fabião Guerra, 1995, 279).

A estes materiais associam-se outros de cronologia pre-romana provenientes de contextos semelhantes, mas que deixam antever uma ocupação desta zona do século II a. C, logo contemporânea das mais antigas presenças romanas do Sudoeste Peninsular. Por outro lado, na Cerca do Adro registou-se em contextos de utilização primários um fragmento de Campaniense A de excelente qualidade e fabrico, com uma cronologia que deverá rondar o século II a. C., demonstrando, também aqui, um contacto precoce com a presença romana, no sul de Portugal

Deste período existem ainda, na bibliografia arqueológica, referências à recolha de espólio numismático no Cerro do Castelo assinaladamente um asse de Celsa datado de finais do séc. I a. C. (Dias - Coelho 1974-77, n.º1); ou o célebre hemidracma de *Gades* datado de 238 - 237 a. C, que indicará a data de encerramento do Depósito Votivo (Beirão *et alii* 1985; Correia 1996).

A ocupação do Cerro do Castelo é ainda irmanada, por alguns autores, com um *castellum* (Maia 1978, 281), com base na identificação à superfície, de cerâmicas compreendidas entre os séculos I a.C. C. e I d. C. Cremos ainda, com base na morfologia taludada do Cerro do Forte, irmanação essa sem qualquer fundamento.

A existência de estruturas com alguma monumentalidade, no aglomerado, confirmam-se pela recolha, na Ribeira de Garvão, de duas colunas em mármore pertencentes a um templo. A esta evidência há que acrescentar, a já referida, a menção do achado por Leite de Vasconcellos, do busto em mármore, de *Agripina Menor* (Vasconcellos 1908: 352), na *villa* dos Franciscos. Apesar da epigrafia conhecida não informar da existência de grandes obras públicas, a recolha de uma lápide funerária neste mesmo sítio dos Franciscos, de um nativo: *Ladronus Dovai* (filius) oriundo de *Castellum Durbede* no território de *Bracara Augusta*, de origo distinta, transmite a ideia da existência de um núcleo de povoamento atrativo e dinâmico na zona, relacionado porventura com a exploração mineira (Gomes-Gomes 1986; Alarcão 1990, 81).

Quanto ao declínio das importações de época romana, patente no espólio recolhido no povoado de Garvão entre os séculos III e IV d. C, este declínio poderá ser ilustrativo do que os diversos autores são unânimes em afirmar e o qual subscrevemos inteiramente: [...Com a reorganização político administrativa da época romana e a definição ou



reafirmação de centralidades e eixos de circulação decorrentes de uma nova lógica de hierarquização e estruturação do território, é natural que espaços antigos percam a sua primazia a favor de núcleos antes secundarizados ou mesmo inexistentes....], O que não sendo um argumento totalmente a favor, também de forma alguma exclui, (pelo contrário reforça), a hipótese de em Garvão ter existido uma sede de *civitas* que degenerou em uma experiência urbanística falhada, como propôs Jorge de Alarcão, independentemente da sua designação. Tal assumpção, não exclui obviamente a hipótese proposta por João Pedro Bernardes da existência de um núcleo urbano secundário, de época romana na zona de Santa Bárbara de Padrões, relacionado com a passagem de uma via romana, e com um santuário: ou seja nas palavras de João Pedro Bernardes, um aglomerado secundário enquadrável nos tipos I e II que *Michel Mangin* e *Francis Tassaux* definiram para o Sudoeste da Gália (Bernardes 2006, 161).

4.3. Depósito Votivo de Garvão

A identificação em Garvão de uma importante ocupação da Idade do Ferro acontece de forma casual, na década de 80, durante a execução de obras de saneamento, através do achado de uma fossa, escavada no substrato geológico, de formato ovalado, na vertente Oeste do Cerro do Forte. A fossa possuía as seguintes dimensões: aproximadamente 10 m de comprimento, orientada NE-SO e 5 m de largura no sentido NO-SE. Na zona da vertente era delimitado por um murete de xisto (Beirão *et alii* 1985, 46). Esta fossa encontrava-se repleta de milhares de recipientes cerâmicos inteiros, de tipologia variada, cuidadosamente dispostos e empilhados, cobertos por uma segunda camada de deposição, por vezes com recipientes fraturados e blocos pétreos dispostos, de maneira a selar o conjunto (*idem*). Desencadeada uma escavação arqueológica de emergência, a cargo dos Serviços de Arqueologia da zona Sul, depressa o achado é interpretado pelos seus autores, como um depósito votivo, devido à natureza do espólio, disposição espacial e organização do conjunto dos recipientes empilhados e encaixados, aproveitando o espaço livre, demonstrando o traçar prévio de um plano de arrumação, estabelecido de acordo com o conhecimento empírico do material e espólio que se pretendia amortizar, bem como a necessidade de um aproveitamento racional do espaço existente (Beirão *et alii* 1985, 61). Após a deposição do espólio a amortizar, a fossa foi selada de forma a evitar a profanação das peças (Beirão *et alii* 1985, 104). Na base da fossa, anterior ao processo de amortização do espólio votivo, identificou-se um crânio humano, possivelmente relacionado com um fenómeno de libação sacralizadora, associado a um sacrifício humano (Correia 1996, 101). Ao crânio feminino, com indícios de trepanação (Beirão *et alii* 1985, 45), associavam-se alguns ossos de animais, entre os que se incluíam ossadas de cães e gatos, bem como bovinos, caprinos e ovídeos, sem que se possa equacionar a hipótese de *suovetaurilia*, quer pela dimensão da amostra, quer pelas distintas proporções das espécies identificadas (Fabião 1998, 266). Destaque-se a recolha de um machado de pedra polida cuja morfologia



do gume parece encaixar na orientação das lesões observadas no crânio (Antunes - Cunha 1986, 83). Este tipo de sacrifício, certamente herança do substrato indo-europeu dos campos de urnas (Gorbea - Lorrio 2008, 163), poderá eventualmente relacionar-se com o culto das cabeças cortadas difundido, em grande parte, graças ao corredor galo meridional cujas provas na Catalunha e Vale do Ebro são, cada dia, mais evidentes ao longo de todo o I Milénio a. C. estendendo-se a outros horizontes geográficos (Almagro-Gorbea 2003, 151-152; Moret 1991, 39; Arcelin - Dedet 1985, 22).

Por hipótese, admite-se que este depósito estará associado a um santuário implantado no topo do cerro, onde originariamente, contendo ofertas, foram colocados os *ex-votos*, posteriormente transferidos para o depósito secundário, de forma a evitar a amnipulação dos objectos por mãos profanas (Beirão *et alii* 1985; Correia 1996, 105).

4.3.1. Espólio Identificado

Entre os recipientes cerâmicos a torno e manuais descartados predominam, nas cerâmicas a torno, os pratos, as tigelas, potes de perfil em S e recipientes de contenção (*idem*). Dentro desta categoria distinguem-se ainda, as cerâmicas pintadas, de tradição ibero-turdetana (*idem*), com motivos entre os que se destacam: as faixas paralelas, os arcos e linhas onduladas. Na cerâmica pintada sublinhe-se uma urna de orelhetas, com uma tampa com pega em coroplastia, decorada ainda com pequenas estampilhas (*idem*, fig.23), bem com um recipiente aberto troncocónico invertido decorado com uma fiada de estampilhas escutiformes, seguida de uma faixa pintada e me topada com fiadas de círculos paralelos, intervaladas por linhas onduladas e dois elementos corioplásticos com a representação da figura humana, opostas, apoiando o maxilar no bordo do recipiente (*idem*, fig.23). A distribuição dos recipientes tipo urnas de orelhetas é maioritariamente mediterrânea e sobretudo levantina. Em Portugal, registam-se no povoado de Chibantes, na Necrópole do Galeado, no Cerro da Rocha Branca (Silva-Soares 2012, 81), em Beja (Grilo 2006, 69) e no santuário da Azougada (Antunes 2008, 344), entre outros.

Em termos de produções manuais as formas melhor representadas são: os copos ovoides, recipientes troncocónicos, recipientes ovoides de pé simples, recipientes ovoides de colo estrangulado, taças em calote de esfera, urnas de pé alto, assim como um conjunto de vasos de morfologias variadas ao nível da base dos recipientes, designados por queimadores ou vasos fenestrados (Beirão *et alii* 1985, 63 e fig. 17-8), tradicionalmente relacionados com a queima de incenso e essências (Berrocal Rangel 1994). A este elenco poderia ainda acrescentar-se uma peça, referida apenas de passagem. Trata-se, segundo a descrição avançada pelos responsáveis da escavação, de uma peça do tipo designado «queimador» cujas pegas, diametralmente opostas e colocadas junto ao bordo, assumem a forma de aves. As figurações de pombas e os elementos ornitomorfos são representações comuns, em contextos funerários e rituais deste período ao longo da bacia do Mediterrâneo desde a primeira metade do 1 milénio a.C. (Beirão *et alii* 1985, 116; Gonzalez Alcade 1997), em associação ou em figurações das grandes deusas mães mediterrâneas,



destacando-se as de matriz fenícia e púnica, designadamente da grande deusa mãe oriental *Astarte* e da sua representação sincrética cartaginesa *Tanit* (*Idem*). Neste sentido, o seu aparecimento nas necrópoles sidéricas da zona de Ourique é recorrente (Gomes 2010), assim como também na região de Beja, onde surge, por exemplo, na Necrópole de Palhais (Santos *et alii* 2009, 772). Registe-se ainda, a recolha no povoado de *Alhonz*, (*Ecija*), em um *bothros*, semelhante ao Depósito Votivo de Garvão e no mesmo tipo de suporte, ainda que realizado a torno, de um queimador, cujo pé está decorado com aplicações de motivos ornitomorfos representando pombas (*Idem*).

Do conjunto sobressai uma caixa, de morfologia paralelepípedica, com bordo decorado com incisões (Beirão *et al.* 1987, fig.5). De acordo, com os autores da escavação, integra um conjunto de cerâmicas relacionadas com o mundo cultural celtibérico da Idade do Ferro, demonstrando influxos e relações com o mundo vaceo, onde este tipo de objetos surge sobretudo em contextos funerários (Sant Míngues- Diezhandino Couceiro 2007, 102). Aparece também em povoados com cronologias dos séculos III-II a.C., com decoração exuberante (Beirão *et alii.* 1987, 219). Também no mundo ibérico se regista a presença de caixas cerâmicas, mas de funcionalidade distinta: utilizadas como urnas.

Dentro dos elementos coroplásticos realçam-se as representações de dois equídeos, bem como uma figura feminina de aspecto tosco que poderá representar uma divindade feminina (Beirão *et alii* 1985, 115, fig. 29.63; 1987).

Releve-se ainda, um fragmento de um *aspergyllus*, peça de indiscutível valor ritual associada a rituais de purificação (Correia 1996, 45). De pasta vítrea existem fragmentos de dois *oinochoae*. Está também presente um recipiente de tipo anforisco ou *alabastron*, destinado a contenção de unguentos e óleos perfumados (*idem, ibidem*).

Quanto aos *ex-votos* presentes, é interessante a referência a uma peça figurando um maxilar humano, de pasta vítrea com representação de 7 dentes (*idem*, 94, 1987, 219).

No conjunto recolheu-se ainda um significativo espólio metálico. Entre este destaquem-se as placas (*ex-votos?*) em materiais preciosos (ouro e prata), com representações de olhos e de uma divindade assimilada a *Astarté/Tanit/Demeter* (Beirão *et alii* 1985, 61) ou, qualquer imagem da mesma. Destacam-se também os elementos de adorno: anéis em prata, uma fíbula anular hispânica em prata, fragmentos de fíbulas de tipo *La Tène*, um bracelete e argolas em prata (Beirão *et al.* 1985, 91-92). Saliente-se, entre os objetos de adorno, as contas de colar de cornalina e pasta vítrea (Beirão *et al.* 1985, 92). Recolheu-se ainda um címbalo em prata e um hemidracma de Gades pertencente a uma série de Hércules Melkart, no anverso, e no reverso um atum, datada de finais do século III a. C (Gomes 2001, 125). Os autores referem que este, deverá ser ligeiramente anterior ou coevo do desembarque bárcida de 238 ou 237 a. C, podendo ter circulado até cerca de 206 a. C, data em que os romanos conquistam Gades e põem fim à Segunda Guerra Púnica (Beirão *et alii.* 1987, 217). É este numisma, um dos mais fortes indicadores da cronologia da constituição do depósito votivo, constituindo um *terminus ante quem* para o seu fecho (Correia 1996, 102).



Em relação aos *ex-votos* recolhidos os quais, nas palavras dos autores da escavação, dado o seu claro significado anatómico deverão refletir o resultado direto de curas, particularmente de carácter oftalmológico, acontecidas através de intervenção divina, denunciando um carácter profilático do santuário (Beirão *et al.* 1985, 112), interrogamo-nos se não poderão, ao invés, constituir representações da divindade cultuada no lugar ou, representações inerentes aos seus atributos, na esteira da análise proposta por Frederica Horn (2005), acerca desse tipo de objetos, fabricadas em metais preciosos. Para a autora, que analisa uma série de diferentes conjuntos, provenientes de várias jazidas arqueológicas, quer em contexto de santuários, quer em contextos de *favissas* ou *bothros*, este tipo de objeto é considerado habitualmente *ex-voto* e a divindade tutelar cultuada é considerada, pelo menos em alguns das suas facetas, como terapêutica (Horn 2005, 97). No entanto, segundo a mesma, para este tipo de objetos, efetivamente, poderem ser considerados *ex-votos*, anatómicos e a divindade cultuada de tipo terapêutico, é necessário atender ao contexto, ao tipo de objetos associados e nomeadamente à presença\ausência de uma fonte sagrada nas proximidades, pois tradicionalmente as propriedades curativas das águas são aceites pela maioria das civilizações (*idem, ibidem*), o que manifestamente não sucede. Em face do contexto arqueológico de Garvão, charneira entre dois mundos: mediterrânico e continental, a autora propõe, que a divindade cultuada represente uma fusão entre duas deusas vizinhas: *Tanit* e *Ataegina* (*idem, ibidem*): uma divindade ctónica adorada pelas suas propriedades infernais e talvez agrícolas. Para esta, Garvão não poderá ser um santuário terapêutico, dada a ausência de uma fonte de água sagrada nas proximidades e a presença de um sacrifício fundacional, que convive mal com um santuário de tipo terapêutico. Propõe em face da presença do crâneo associado ao sacrifício e de um maxilar em vidro, que deverão existir praticas cultuais em torno destes dois elementos, devendo, este tipo de placas oculadas simbolizar a luz, ou representar qualquer ritual de passagem associado à luz, num quadro de um culto possivelmente infernal (Horn 2005, 103).

Do conjunto cerâmico sobressai, gravado na base de um recipiente cerâmico, um grafito (Alarcão e Santos 1996, 272, nº32), de leitura discutida (Correa 1996a). Independentemente da sua leitura, o achado é muito importante, pela sua cronologia e a sua paleografia é significativa pela sua proximidade à da amoedação de Alcácer do Sal (cf. Correia 2004b). O grafito de Garvão documentará a extensão do uso da escrita do Sudoeste já fora do uso mais tradicional da epigrafia funerária, até meados do séc. II a.C. (Beirão *et alii* 1985); pois de acordo com Virgílio Hipólito Correia (1996 b) será essa a data do encerramento do depósito votivo e o grafito efectuado, num dos recipientes cerâmicos de tipologia mais comum nesse depósito, sendo por isso natural pensar, que não seria uma peça muito antiga no momento da sua ocultação. Esta datação permite afirmar que o grafito de Garvão é genericamente contemporâneo da legenda indígena da amoedação de Alcácer do Sal, sendo necessário, seguindo o mesmo autor, abandonar o mais forte argumento quanto à não pertença dessa amoedação ao signário do Sudoeste, que era precisamente a questão das datas conhecidas de utilização de um e de outro (Correia 2004c). Retirado este argumento (contra Faria 1991), não há razão para se não valorizarem alguns indícios



paleográficos presentes numa e noutra inscrição, que abonariam a favor da pertença de ambos ao mesmo *corpus* epigráfico, o do Sudoeste (Correia 2009, 311).

A partir do momento da descoberta do depósito votivo o discurso arqueológico, acerca da jazida de Garvão, desenvolve-se em torno da Idade do Ferro e da suposta proeminência adquirida, pelo que até então era um sítio arqueológico como muitos outros (Fabião 1998). Esta proeminência poderá explicar-se em função do relativo desconhecimento acerca da arquitetura interna dos povoados, deste período e consequente ignorância da existência de lugares de culto, semelhantes, panorama esse, que tem vindo a ser alterado (Fabião, 1996, 1998; Fabião- Guerra 2008, 2010, 2011; Mataloto 2003, 2005, 2006; Arruda 2001, 2004, 2005, 2008), sendo cada vez mais reconhecida a presença de estruturas religiosas, em outras jazidas sidéricas do interior e litoral. Mas o exemplo mais paradigmático é, na Estremadura Espanhola, na zona de Badajoz, o povoado do *Castrejon de Capote*, onde foi identificada e escavada uma pequena «capela», com um altar, local de celebração de rituais e culto de carácter gentilício, associados ao consumo e ingestão ritual de alimentos líquidos e sólidos - banquetes, com um espólio muito semelhante ao reconhecido em Garvão (Berrocal Rangel 1989, 1992, 1994). A existência deste, ou outro tipo de estruturas cultuais, é ainda equacionada no Sul de Portugal, quer com base na existência, entre o espólio recolhido proveniente de antigas escavações efectuadas, ou de recolhas de superfície de recipientes cerâmicos de tipo queimador ou vaso fenestrado, associados a outro tipo de espólio passível de ser assimilável a funções simbólico-religiosas, com maior ou menor semelhanças a nível do espólio encontrado, do volume de acumulação das peças ou dos suportes físicos dos depósitos, nomeadamente no povoado de Cabeça de Vaiamonte-Monforte (Fabião 1996, 52; 1998, 267), ou no povoado do Cerro Furado (Ribeiro-Ferreira 1971), Azougada (Berrocal Rangel 1994, 108; Antunes 2005, 2008) Safara (Costa 2010), Atafona (Beirão *et al.* 1985, 133) ou recentemente nas Mesas do Castelinho (Estrela 2011). Destaque-se ainda, no interior, sítios como Espinhaço de Cão, na margem direita do regolfo do Guadiana, (Calado *et alii.* 2007), ou os sítios da zona de Neves-Corvo (Arruda 2001, 2005). No litoral algarvio sublinhem-se os casos de Tavira e Castro Marim, com importantes santuários sidéricos reconhecidos.

No entanto, os casos conhecidos, ou intuídos, para os momentos finais da segunda metade do segundo milénio, não demonstram nem o volume de acumulação, nem a diversidade ou a riqueza do espólio, patente no Depósito Votivo de Garvão, o que permite a Carlos Fabião considerar o santuário associado ao Depósito como possuindo um carácter supra-regional e supra-étnico (Fabião 1998, I, 267-68).

A excecionalidade do Depósito Votivo de Garvão reflete-se, também, na aparente matriz cultural dual, revelada pelo espólio presente, conjugando a presença de influxos mediterrâneos a nível das formas e decorações, acrescidas de outras, de carácter mais continental, mais uma vez a nível de formas e decorações cerâmicas, associadas ao aparente carácter mediterrâneo do culto e organização do culto, que a existência de uma estrutura votiva deste tipo pressupõe (Fabião 1998, I, 267), pressupondo a presença de sacerdotes e remetendo preferencialmente, para o mundo ibero-turdetano, onde aliás encontramos os



melhores paralelos para este tipo de estrutura, basta citar *Alhonor* (Lopez Palomo 1981).

Esta constatação coloca interessantes questões, acerca do relacionamento de comunidades integrando sistemas étnicos diversos, patentes na diversidade de culturas materiais, em áreas próximas (Arruda 2006, 46). A própria divindade a que se associa o culto em Garvão, *Tanit-Astarté*, conforme o deduzido da iconografia da divindade representada nas placas oculadas, em materiais preciosos, recolhidas, no depósito (Beirão *et alii* 1985, 87, Fig. 32, n.º 79), ilustra uma divindade feminina alada e com toucado, atributos similares a representações da deusa, de origem mediterrânea, com funções celestes, psicopompas, mas também com funções matriarcais, dado o ênfase aos atributos femininos, aos seios. Alias a representação dos seios e do tronco, em uma forma em arco de círculo, enrolado nas pontas ou em volutas correspondendo à extremidade dos mamilos, das placas de Garvão (Beirão *et al.* 1985, 91) são idênticos a uma representação feminina de uma estela do *tophet* de Cartago (Prados Torreira 76, Fig., 12). Para alguns autores, o depósito em si, apresenta características peculiares ao nível da cultura material que atestam para um putativo santuário associado a um cariz supra-regional e supra étnico (Fabião 1998, 268; Gomes 2011).

4.4 Ocupações Antigas de Garvão

A importância do sítio arqueológico de Garvão vê-se acrescida pela identificação em sondagem, realizada no topo do Cerro e na base do depósito de materiais atribuídos ao Bronze Final, ainda que provenientes de contextos revolvidos (Beirão *et alii* 1985, 50) no primeiro caso, os quais lançam Garvão nos quadros da problemática dos sítios envolvidos na discussão das sequências culturais do I Milénio a. C, no Sudoeste (Fabião 1998, vol.1, 122). A investigação sob a gênese do mundo pré-romano do Sudoeste peninsular tem oscilado entre as teses tradicionais que defendem uma solução de descontinuidade em torno a meados do I milénio a.C., fazendo suceder a uma etapa inicial, de carácter Orientalizante, uma II Idade do Ferro marcada por influências continentais, que enformam a gênese do mundo céltico, a que se referirão mais tarde as fontes greco-latinas (Beirão *et alii.* 1979; Beirão-Gomes 1980; Gomes 1983; Beirão 1986). Este paradigma tem sido, nos últimos anos, alvo de sérias críticas (Arruda 1993; Arruda *et alii* 1995; Fabião 1992, 1998; 2001; Arruda 2001) o que contribui para matizar esta visão da sequência cultural sidérica, enfatizando por um lado, o nosso desconhecimento da geografia política e mesmo étnico-cultural pré-romana e, ao mesmo tempo, a noção de que esse panorama seria muito mais complexo e multifacetado do que o modelo referido deixava entrever. O que parece certo é que o modelo social, económico e político subjacente ao Pós-Orientalizante se esgota no séc. IV a.C., assistindo-se neste momento ao abandono dos pequenos núcleos de povoamento da região de Ourique (Arruda 2001) e de Neves-Corvo (Maia 2008) e também no santuário da Azougada (Antunes 2010) e ao aparecimento de novas realidades e de um novo modelo de instalação no território, em altura.



Independentemente das razões que se possam aduzir para este colapso (Fabião 1998, 232-233; Rodríguez Díaz 1994) é de realçar que este fenómeno parece de alguma forma sincronizado com o colapso do mundo «Pós-Orientalizante» da Extremadura Espanhola, simbolizado pelo abandono ritualizado de Cancho Roano (Celestino Pérez 1997) Não obstante, é necessário salientar, como se tem feito, (Fabião 1998) a existência de uma continuidade (a nível dos circuitos comerciais, materializadas nas importações presentes no espólio dos povoados), ainda que seja notória a chegada de novos influxos culturais e materiais apontando para uma evidente conexão continental. No entanto, é hoje mais ou menos evidente que as identidades étnicas são nesta fase fluidas, dinâmicas e multifacetadas, realizando a síntese entre elementos que, em última análise, remetem para contextos de origem diferenciados. É ainda grande o nosso desconhecimento sobre as lógicas de povoamento e sobre a própria matriz cultural do território em estudo entre o século IV a.C. e a conquista romana, que aqui se terá efetivado em datas bastante precoces (Fabião 1998, 178).

A identificação, em 2001, na encosta Leste do cerro, junto à Ribeira dos Cachorros, de estruturas e contextos preservados de cronologia antiga com contextos materiais que não ultrapassam os séculos VI-V a.C. confirmam o que alguns autores, há muito afirmavam (Correia 1999), ou seja, o da coexistência na região de dois tipos distintos de povoamento: as instalações em aberto e as instalações em altura. A partir de determinada altura, em torno ao séc. V-IV a.C., «o fiel da balança desequilibra-se» em prol da preponderância do modelo de povoamento em altura fortificado. A existência de povoados fortificados maiores integra-se neste panorama se forem considerados sítios que centralizavam algumas funções económicas, mas não aquelas funções sociais determinantes que dependiam ainda da exploração directa dos recursos naturais e nas quais assentavam as relações intra-grupais e o *status* social (Correia 1999, 5). Estes dados acrescentam-se às informações da recolha de cerâmicas de Ornatos Brunidos do tipo Lapa do Fumo no Cerro do Forte, reiteradamente recolhidos nas intervenções por nós efectuadas no topo do Cerro em 2000, bem como de um molde de fundição de um machado e as ditas camadas 7 e 9 na base do depósito (Beirão *et alii* 1985), permitindo vislumbrar uma possível continuidade de ocupação ao longo de todo o primeiro milénio a.C.. Pese a que não tenha sido detectada uma sequência estratigráfica, na qual estejam documentados de forma sequencial os períodos indicados, mas cuja leitura é proporcionada pela análise das distintas sequências estratigráficas obtidas em diferentes sítios do povoado (Figura 4).

5. Identificação e Enquadramento das Intervenções Arqueológicas Realizadas

Em 1990 devido à pretensão da Câmara Municipal de Ourique (proprietária do terreno) de urbanizar o local, comprova-se a extensão do povoado, da Idade do Ferro de Garvão, ao cerro vizinho, sob o topónimo Cerca do Adro. Nesta data são destruídas



estruturas e vestígios arqueológicos que desencadeiam duas intervenções de emergência: em 1990 e 1991 conduzidas por Susana Correia e Caetano de Mello Beirão do antigo IPPC.

As intervenções permitiram reconhecer a existência de um sólido muro, orientado no sentido Norte-Sul, interpretado como muralha ou muro de contenção de terras (Correia 1996), ao qual se adossaram duas estruturas de combustão, interpretadas, pelos autores, como fornos cerâmicos (*idem, ibidem*). As estruturas de combustão foram relacionadas, pelos autores, com a necessidade do abastecimento de cerâmicas aos fiéis, para a prática do culto, associado ao Depósito votivo e efectuado no topo do Cerro do Forte (Correia 1996).

As escavações permitiram, ainda, intuir a possível existência de um espaço rectangular no local, delimitado a Oeste pelo potente muro referido, permanecendo todavia, por confirmar e escavar, os níveis de construção, utilização e abandono do dito espaço. Apenas em 1995 e 1996 com a realização de novas intervenções e sondagens no seguimento das anteriores e no topo do cabeço (Cerro do Cemitério), se confirmou a presença do dito espaço e a presença de uma cerca defensiva na encosta Sudoeste do Povoado (Nunes da Ponte - Vilhena 1996).

Após um interregno de 4 anos, os trabalhos são retomados por iniciativa do IPPAR, (dando seguimento a aspirações da população local) e com o apoio da autarquia local. Como tal, fomos convidados pelo Dr.º Rui Parreira e pela Dr.ª Susana Correia, juntamente com Jorge Vilhena, para continuar a intervir na jazida.

Os trabalhos pretendiam, através da sua progressão em profundidade e área, aferir a diacronia de ocupação do sítio e posicionar estratigraficamente os dados recolhidos à superfície, que apontavam para uma cronologia de ocupação, do povoado, desde a Idade do Ferro até à época moderna. De igual forma, era necessário aferir o grau de preservação dos vestígios e contextos, numa perspectiva diacrónica, bem como a extensão das perturbações decorrentes da construção do cemitério em época contemporânea, assim como da igreja matriz e respectiva necrópole em período medieval e moderno. Estes objetivos, por vezes, foram perturbados pela prossecução da escavação de áreas inacabadas, o alargamento e recuo de outras e a abertura de novas áreas, complexificando leituras e relações contextuais, marcadas em grande parte por “vazios” de informação e pela ausência de fundamentação estratigráfica. Ainda que, para determinadas áreas, estas contrariedades tenham sido ultrapassadas pela regularidade das leituras horizontais, a natureza do local, consecutivamente ocupado até à Idade Moderna, criou hiatos de leitura e análise impossíveis de ultrapassar.

Como dados novos, para o estudo da ocupação do sítio, sublinhe-se o reconhecer duma pujante diacronia, com identificação de contextos preservados do período islâmico, medieval cristão e moderno, períodos, até à data desta intervenção ainda, não documentados estratigraficamente no povoado. Paralelamente, confirmou-se que o talude visível à superfície do cabeço, e que justificou a implantação de uma sondagem no topo do cerro, correspondia efetivamente a uma estrutura defensiva, cuja cronologia não foi apurada nestas campanhas, dada a deteção de uma necrópole de época moderna, na sondagem do topo do cerro, com grande densidade de enterramentos, (rompendo inclusive o miolo da



muralha e utilizando-o como espaço de enterramento). A deteção desta necrópole ao dificultar a progressão dos trabalhos em profundidade, impediu a escavação dos níveis relacionados com a construção/funcionamento da dita estrutura defensiva. Dada a sua orientação NE-SO, paralela à extensa depressão que a sul delimita o povoado, no seguimento de um extenso talude e técnica construtiva utilizada, será de equacionar a muralha em conjunto com a estrutura defensiva escavada em 2002-03. Mas, na época das primeiras campanhas, esta informação não era conhecida...

Sucedem-se um novo interregno de escavações no sítio, apesar de se realizarem campanhas de escavação na freguesia, na necrópole de cistas do Arzil e campanhas de prospecção, em várias freguesias do Concelho. Apenas em 2000, ao abrigo do projecto de investigação (PNTA), suportado financeiramente pelo extinto Instituto Português de Arqueologia: «Urbanização e Romanização no *Conventus Pacensis*: o caso de Garvão» os trabalhos de escavação, na Cerca do Adro, prosseguiram estendendo-se, ainda, ao topo do Cerro do Forte (Figura 4, n.º 6). A sondagem do Cerro do Forte apesar de não ter possibilitado a escavação de contextos de deposição e ocupação primários da ocupação pré-romana do local, permitiu a recolha, em contextos de deposição secundária, de numerosos elementos da panóplia cerâmica deste período. Permitiu ainda reconhecer, em consonância com os dados obtidos, na plataforma inferior da Cerca do Adro, uma pujante e florescente ocupação islâmica, do povoado iniciando-se, aparentemente, em época califal e com uma importante remodelação urbanística no período Almóada, momento em que se constrói uma imponente fortificação certamente relacionada com os momentos de instabilidade que se vivia neste período: o avançar da Reconquista.

Na Cerca do Adro, o corolário das escavações, é a definição e escavação de um compartimento rectangular, intuído desde as intervenções escavações de 1995/96 e o aparecimento de um novo tramo da estrutura defensiva que originou o micro-topónimo, pelo qual o cabeço é conhecido: Cerca do Adro. Devido a questões de financiamento, somente em 2002/03 se retomam os trabalhos e são escavados os níveis estratigráficos correspondentes ao abandono, funcionamento e construção da muralha, bem como do já mencionado, espaço rectangular, interpretado como um edifício habitacional, adossado ao referido pano de muralha.

Nesta data é, ainda, publicado um conjunto de cerâmicas áticas de verniz negro e figuras vermelhas, proveniente de recolhas de superfície efectuadas no Cerro do Forte, datadas do século IV a. C (Nunes Da Ponte 2000, 135).

5.1 Campanhas de 2002-03, Cerca do Adro (Figura 5)

Nesta campanha, dados os poucos recursos financeiros ao dispor, optou-se por concentrar esforços, na zona da Cerca do Adro. Uma vez que se tratava de continuar uma escavação já iniciada, o local de intervenção encontrava-se previamente definido, pelo que apenas se alargou área de forma a obter uma visão o mais abrangente possível, das



realidades e do conjunto em estudo. Se em 1995 a área inicial de intervenção era de 32 m², no final desta campanha a área intervencionada ocupava um total de 135 m².

O método de escavação utilizado seguiu, grosso modo, os preceitos preconizados por Wheller (1954), com as adaptações de Alain Ferdière (1980, 23-60), no que diz respeito ao tipo de implantação das banquetas. Adotou-se ainda a proposta de registo de Barker-Harris, optando-se, em algumas zonas, por uma escavação em *open area*, contribuindo a utilização desta estratégia, para a compreensão da complexa estratigrafia e arquitectura do sítio. O processo de escavação realizou-se pela retirada sucessiva das camadas naturais, na ordem inversa à da sua deposição, sendo a unidade mínima de registo a unidade estratigráfica [U.E.]. Uma vez apreendida a sequência estratigráfica, em algumas quadrículas, a escavação de realidades espaciais e cronologicamente distintas em simultâneo, impediu que a ordem numérica das U.E. correspondesse exactamente à ordem inversa da sua deposição. Por este motivo e para facilitar a compreensão do faseamento proposto, a sua ordem correcta foi posteriormente representada num diagrama de sequência estratigráfica (Ver Figuras 10, 11 e 12).

Tendo em conta a impossibilidade de apresentar a totalidade dos dados relativos à estratigrafia observada no Sector 1, devido à abundância e complexidade, pretendemos apenas elaborar uma síntese sobre a diacronia da ocupação pré-romana na Cerca do Adro, Garvão. Esta análise baseia-se no faseamento proposto para o Sector 1, a única área de escavação onde foi possível identificar e caracterizar uma sequência ocupacional de cronologia pré-romana e de onde advêm a grande maioria das cerâmicas que nos propomos estudar. O facto do Sector 1 ser já de considerável dimensão permitiu uma primeira leitura horizontal dos vários momentos construtivos e evolução dos respectivos planos arquitectónicos presentes ao longo da diacronia sidérica. O faseamento que se apresenta deduziu-se a partir do registo arqueológico, correspondendo a fases arquitectónicas, em um ciclo de construção/utilização, concluído a partir do funcionamento do Edifício I.

Para além da complexidade estratigráfica, fruto da diacronia de ocupação do sítio, durante a intervenção deparámos ainda com outra dificuldade: os vestígios de construções de época islâmica, bem como os níveis de aterros efectuados que cortaram, parte das evidências das ocupações antigas. Apesar destas condicionantes, foi possível verificar a existência de três fases arquitectónicas compreendidas entre o século IV-III a. C e o século II-I a.C no interior de um edifício escavado pertencente a um «conjunto», um quarteirão que consiste em três edifícios adossados à muralha do povoado, de paredes medianeiras comuns e vãos de abertura orientados a Norte, a um eixo de circulação, aparentemente orientado Este-Oeste, o qual juntamente com a muralha parece vertebrar o conjunto. O espólio, recolhido nesta campanha, apresenta semelhanças em termos técnicos, morfotipológicos e decorativos com os materiais provenientes do Depósito Votivo, cujo momento de amortização foi estimado, pelos autores da escavação do depósito em torno de finais do século III a.C., ainda que, propostas recentes tendam a avançar a cronologia de fecho ao século II a.C (Correia 1996, 2009; Gomes 2011, 109), coevo das primeiras presenças romanas na região.



5.1.1. A Muralha

Na campanha de 2000 (ver supra) identificamos uma grande estrutura, no limite Sul da área escavada, na continuação do talude paralelo à grande depressão do Furadoiro, sem que se tivessem escavado os níveis correspondentes à sua construção e faseamento. Somente na intervenção de 2002-03 foi confirmado estarmos na presença de uma estrutura delimitadora e defensiva, dadas as características técnicas, construtivas, morfologia, orientação e implantação topográfica, uma muralha, a qual se associavam elementos arquitetónicos, que configuravam um núcleo de carácter doméstico, aberto a um espaço de circulação, correspondendo a uma fração do povoado, deste período.

A muralha delimita o espaço perimetralmente e simultaneamente monumentaliza o sítio, conseqüentemente a paisagem. De facto alguns autores denominam as muralhas de «rostos de pedra», enquanto outros referem-se a «paisagens fortificadas», pois são elementos visíveis do território (Bonet-Vives 2011,63). Os recintos amuralhados marcam os limites do espaço no qual se desenvolvem as relações de vicinidade. Delimitam um espaço próprio da comunidade que aí habita, mas também protegem contra ameaças exteriores (Bonet-Vives 2011,63).

No total escavaram-se 9 m desta estrutura de grande robustez e espessura. A muralha foi construída empregando o substrato geológico local, o que condicionou o tipo de aparelho. A técnica construtiva empregue é habitual neste tipo de estrutura: dois paramentos comuns: interno e externo em alvenaria, ajustada, com um recheio de pedras em xisto, dispostas ordenadamente em fiadas horizontais, travadas umas nas outras, de forma a garantir solidez e coesão ao conjunto (Alvarez Sanchez 2003, 35), ilustrando uma poliorcética frequente e amplamente documentada nos povoados fortificados do Sudoeste, Extremadura e Meseta (Berrocal 1992, 213; Gonzalez -Tablas Sastre 2009, 64). Para a construção da estrutura, o substrato brando foi preparado e regularizado constituindo uma superfície plana de instalação, tal como sucedeu, por exemplo, no povoado de *Castillejos de Fuente de Cantos*, em Badajoz (Fernández Corrales *et al.* 2004, 918).

A estrutura, tal como acima dissemos, é construída com dois paramentos de formato regular. O paramento, em xisto alterna elementos pétreos de formato sub-rectangular com blocos rectangulares e lajes, em uma tentativa de manter a horizontalidade das fiadas, nem sempre conseguida, pois por vezes, o espaço livre entre as fiadas, implicou a colmatação dos interstícios com pedra miúda disposta em cunha e barro.

A Norte o alçado construído conserva-se em cerca 1, 80 m (Fig. 25). Neste alçado Norte é visível um furo oval, tendo sido removidas algumas lajes do paramento, sem que se tenha conseguido determinar a função ou o objectivo de tal acção. No entanto, dada a



morfologia, poderá relacionar-se com a existência de uma trave ou viga de suporte de um andar superior do edifício.

O paramento Sul, face externa da muralha (Fig. 25), foi apenas escavado em cerca de 0,50 m do seu alçado original. Apresenta-se algo danificado, em mau estado de conservação, com alguns dos blocos deslocados da posição original, dado o uso intensivo do terreno com fins agrícolas. Ao contrário do paramento Norte, o aparelho, de grandes blocos de formato sub-rectangular, não inclui lajes. Todavia, os dois partilham as mesmas soluções técnicas, tais como: a utilização de blocos e pedras colocados nos interstícios colmatando os intervalos entre os blocos empregues na construção.

Em termos de largura, a largura máxima preservada deste troço é de 2,80 m.

O traçado da muralha, inferida a partir do talude existente no cerro, orientado NE-O, demonstra que a muralha se adaptou ao terreno e respectivos desníveis, tal como é habitual em construções desta natureza e finalidade.

A escavação revelou ainda, que a muralha foi utilizada, simultaneamente, como suporte e limite de construções coevas identificadas, configurando espaços fechados. Destes espaços, apenas um foi escavado na totalidade e interpretado como habitação. Sabemos através das evidências arqueológicas, que existiam pelo menos mais dois edifícios. Todavia, a definição da planta destas duas unidades construtivas não foi efectuada. Por dois motivos distintos: questões patrimoniais, manifestadas na sobreposição de estruturas de outras épocas, às estruturas em estudo, cuja escavação iria exigir meios que não possuíamos no momento, ou seja constrangimentos de ordem financeira e temporal, condicionando, em extensão e profundidade a área a intervir e o segundo, pois o segundo conjunto de construções foi parcialmente destruído devido à intenção de 1990 da Câmara Municipal de Ourique de urbanizar o sítio. Desta forma inibiu a compreensão da planta deste último conjunto de construções.

5.1.2 Edifício 1

O Edifício I é delimitado por quatro muros que configuram um espaço, de planta trapezoidal, com o comprimento máximo, a Oeste de 5,80 m e a Este de 5,50 m, oscilando a largura entre os 2,50 m e os de 3 m. De acordo com as dimensões apuradas, o espaço térreo, do compartimento rondaria uma área entre os 18 e os 20 m².

A Norte é delimitado por duas paredes em xisto e terra, de aparelho cuidado: u.e.s [052 e 040]. As paredes possuíam de alçado conservado 1 m e de largura 0,65 m, assentando directamente sobre a rocha de base, maleável, desbastada e regularizada de forma a facilitar a instalação sobre a superfície aplanada. O acesso ao interior do edifício realizava-se através de um vão, entre os muros acima referidos, com 0,95 m de largura. A construção, dos muros, que configuram as ombreiras da porta (Figura 20), revela-se bastante cuidada, utilizando blocos regulares, de formato rectangular. Perante a ausência de lajes e blocos talhados de grande formato, verifica-se a utilização de pedras de menores dimensões, como cunhas, de maneira a manter a horizontalidade das fiadas e a



simultaneamente travar as pedras, conferindo solidez e robustez ao conjunto. Os prolongamentos destes muros u.e.s [052 e 040] em direcção a Este e Oeste, ou seja, transversalmente, permitiram a confirmação da existência de mais dois possíveis edifícios, paralelos ao edifício em estudo, ou pelo menos conjuntos de compartimentos, cuja leitura da planta global é dificultada (como já dissemos), quer pela conservação de testemunhos de outras épocas, quer pelo mau estado de conservação em si.

A Oeste era limitada pela u.e. [105], parede de aparelho em xisto grauváquico constituído por blocos pétreos de formato rectangular disposto em fiadas regulares, estando patente as mesmas soluções técnicas utilizadas na construção das paredes [052 e 040]. A interpretação desta parede revelou algumas dificuldades de articulação e definição (largura e alçado) devido à manutenção de níveis e estruturas islâmicas bem preservados, sobre este muro, que impediram a progressão dos trabalhos de escavação em profundidade (Fig.13). Desta forma impediram a leitura da articulação entre a u.e [105] e o seu tramo final, na zona de justaposição à muralha u.e. [018]. Neste local, a parede em pedra, de alçado conservado atinge cerca de 1, 8 m. Em termos de técnica construtiva, na justaposição parede ao paramento da muralha [u.e.028], alterna blocos regulares de formato quadrangular de grandes dimensões, com outros rectangulares, utilizando as mesmas soluções que as paredes atrás descritas, no que diz respeito à horizontalidade das fiadas e à colmatação dos interstícios (Fig. 21).

A Este o espaço é delimitado por uma espessa e potente parede em pedra: u.e. [108], perpendicular à parede [040]. Do ponto de vista construtivo, o aparelho é semelhante ao das paredes anteriormente descritas. Em 1991 esta estrutura foi interpretada, com base na sua espessura (1, 10 m) e implantação, a meia encosta, como «... um muro de sustentação de terras ou muralha...», (Correia, 1996), interpretação hoje em dia ultrapassada graças aos resultados das intervenções, em exposição.

A estrutura estende-se ao longo de 6, 5 m, com uma largura média de 1,10 m. O alçado interno construído conservado é 1,40 m (Fig.19). Na extremidade Sul do muro, o seu recheio imbrica-se com o recheio da muralha do povoado, (utilizada como limite Sul da construção), de tal forma que no local de união das duas estruturas, o miolo praticamente se funde-se, revelando o erigimento simultâneo das duas estruturas, confirmado, *a posteriori*, estratigraficamente com a escavação das quadrículas adjacentes a Oeste, J e F.

A Norte, na intersecção da parede u.e. [108] com a u.e. [040], mas em área exterior do compartimento, conservam-se vestígios de um forno de cronologia romana: um pilar e vestígios da grelha, parcialmente destruído em 1991 pelas intervenções camarárias e escavado nas campanhas de emergência de 1991 (ver Cap. 5).

O espaço fechado, acima descrito, foi marcado, ao longo de seu período de funcionamento, pela existência de distintos momentos de remodelação e reformulação do espaço, materializados no registo arqueológico sobretudo pela sucessão efectuada, (aparentemente dada a relativa homogeneidade do espólio), em um curto espaço de tempo, de níveis de solo de habitat e camadas de regularização dos solos de circulação. Por vezes, no registo arqueológico, os solos de habitat, sedimento argiloso compactado, apenas se



distinguiam dos restantes sedimentos, (com a função de regularização, nivelamento mas também de isolamento), pelas distintas camadas de cinza e carvões, que os separavam. Detetaram-se também, depósitos antrópicos de características mais permanentes e duradouras, nomeadamente constituídos por uma camada de argila compactada e rubefata pela acção do calor.

Acompanhando a sequência dinâmica de reformulações dos níveis de solo e pavimento (s) detetada, individualizaram-se três momentos de remodelação do espaço, materializados pela construção e posterior reconstrução, sempre no mesmo local, em posição central no interior do compartimento I (Ambiente I), de três estruturas de combustão que funcionaram, com os distintos níveis de solo expostos.

A cerca de 1 m de distância do limite Sul do compartimento, transversal ao muro de limite Oeste, foi construído um muro, u.e. [100] com cerca de 0,60-0,70 m de largura, de aparelho em xisto que formava uma divisão no interior deste espaço construído.

A escavação deste compartimento fechado permitiu a deteção de três momentos arquitetónicos, acompanhando a sequência dinâmica, já mencionada.

O faseamento arquitetónico do recinto irá ser exposto, do mais antigo para o mais recente.

5.1.2.1 Fases de Funcionamento

5.1.2.1.1 Fase 1 (Fig.7, Fig. 10)

Nesta fase, o espaço interno estava dividido em dois compartimentos / ambientes por uma parede divisória, u.e. [100] de embasamento em pedra, com um ligante em terra batida e barro. De largura possuía entre 0,60 a 0,70 m e de alçado edificado conservado cerca de 1,05 m. A parte superior desta parede deveria ser construída em tijolos de adobes, dos quais se escavaram os níveis de derrube: as u.e.s [032, 047 e 083] correspondentes a sedimentos argilosos, compactos, de cor castanho-alaranjado, com manchas amareladas, acinzentadas e alguns elementos pétreos misturados.

O primeiro compartimento-ambiente o 1, era de planta, algo irregular, apesar de aproximadamente quadrada, com um comprimento que oscilava entre os 3,60 m, junto ao vão de entrada a Norte, e os 4 m junto à parede divisória do ambiente 1 e 2. A mesma irregularidade é patente em termos de largura: 3,20 m entre a parede divisória (u.e [100]) e a parede u.e [040] e 3,40 entre a u.e [100] e a u.e [052].

O segundo compartimento, de menor tamanho, era delimitado a Sul pela muralha do povoado e possuía as seguintes dimensões: comprimento 4,10 m por 1,40 m de largura, na extremidade Oeste e 1,10 m a Este. Os dois espaços comunicavam, entre si, mediante um vão, sem nenhum tipo de preparação ou umbral. O pavimento deste último compartimento era constituído por um lajeado tosco em xisto e quartzito.

A este primeiro momento construtivo associava-se a referida sucessão de níveis de solo de habitat e camadas de regularização dos solos de circulação, associada a existência



de uma estrutura de combustão escavada no substrato rochoso, u.e. [077]. Por outro lado, de forma a preencher as irregularidades e descontinuidades da rocha, por vezes incómoda e acentuada demais para a instalação (Fabião 1998, 288), recorreu-se a depósitos de enchimento, u.e.s. [078,076,097], os quais misturavam rocha fragmentada, terra e argila. Estes depósitos funcionaram simultaneamente como colchão drenante e isolante das capilaridades provenientes do subsolo. Este tipo de solução construtiva, assumindo características técnicas e litológicas distintas, de acordo com os constrangimentos ambientais do ecossistema de cada povoado documenta-se em povoados de diferentes épocas, definindo uma preparação e regularização prévias do terreno que encontra paralelos nas designadas “estruturas-bastidores” do povoado de *Los Castillejos 2*, elementos estruturais de colmatação e suporte não visíveis mas intrinsecamente relacionados com os planeamentos construtivos (Fernández Corrales, 1993). De resto, processos prévios de construção não são de todo desconhecidos na Idade do Ferro, observando-se infraestruturas de regularização e nivelamento para construções em zonas de relevo acidentado e grandes desníveis em outros locais do mundo extremo, como na *Sierra de La Martela* ou em *Capote* (Berrocal-Rangel 1992,168).

Estes níveis foram depois cobertos por uma camada de argila u.e. [075], compactada pela acção do fogo que funcionou como pavimento. Relacionada com este primeiro momento construtivo, e aproveitando a inclinação e depressão natural do substrato geológico na parte central da habitação talhou-se uma concavidade de formato ovalado (covacho) u.e. [077] na parte central do edifício, que funcionou como lareira. Associavam-se a este momento de funcionamento, três buracos de poste morfologicamente distintos, alinhados ao longo do eixo maior do ambiente I, a cerca de 40 \ 50 cm da parede de limite Oeste da habitação. O primeiro buraco de poste correspondia a um simples buraco circular escavado em um depósito de enchimento u.e. [078] e o segundo, u.e [102] de formato aproximadamente quadrangular, era formado por quatro lajes de xisto colocadas em cunha, imbricadas no pavimento (u.e [075]). O terceiro buraco de poste, de forma circular, foi talhado na rocha base, u.e [104], localizado na parte central do ambiente 1, com 28 cm de diâmetro e 20 cm de profundidade, contrastava fortemente com o aspecto frágil e precário dos restantes buracos de poste, relacionados com este momento de ocupação. Sobre o pavimento e junto a um dos buracos de poste: u.e. [102], recolheu-se algum do parco espólio datável presente no ambiente I: um cossoiro e um fragmento de um vaso da Forma V, variante C, do Repertório Cerâmico estabelecido para o povoado de Garvão (Anexo 1; Est. 44, n.º 3). O recipiente cerâmico trata-se de um bom indicador cronológico para a datação do 1.º momento de utilização desta habitação, via os paralelos assimiláveis, desde a extremadura espanhola ao Sudoeste português. Na Extremadura Espanhola, no *Castréjon de Capote* reconhece-se esta forma entre os materiais provenientes do depósito A, cujo período de funcionamento é datado dos séculos IV-III a. C (Berrocal Rangel 1991 a, 153), com a amortização em torno ao século II a. C. (*idem*). Em Portugal, entre os paralelos reconhecidos, encontram-se exemplares datados desde o séc. VII-VI a. C em Segóvia, Elvas (Judíce Gamito 1986, 72), até aos séc. IV – III a. C no depósito votivo de Garvão



(Beirão, *et alii* 1985, 63, n.º12), em Miróbriga e na Pedra da Atalaia em Santiago do Cacém (Soares - Silva, 1979, 160, Est. I; Silva, 1978, 126) ou em Pomar 1 (Ervidel), ainda que com motivos decorativos representados, mais complexos e variados. De acordo, com os autores da escavação deste último sítio, o tamanho deste tipo de recipientes vai diminuindo progressivamente em função do avançar da cronologia (Berrocal Rangel - Parreira 1991, 32). Neste sentido as dimensões do fragmento de Garvão falam a favor de uma maior antiguidade da peça.

O *terminus post quem* para a construção deste espaço é fornecido por um fragmento cerâmico, proveniente dos níveis de enchimento e nivelamento da rocha de base, sobre o qual se erigiram os pavimentos e estruturas de combustão, associadas à ocupação do espaço. Trata-se de um fragmento, muito rolado, de fundo de uma cerâmica ática de figuras vermelhas (*Kylix*), datado do primeiro quartel do séc. IV a. C (Arruda 1997). O limite superior é balizado pela recolha, em um nível de circulação u.e. [069] - (Fase II) de um fragmento de fundo de uma Campaniense A com uma cronologia do séc. II a. C.

5.1.2.1.2 Fase 2 (Fig.7, Fig. 10)

Sobrepondo-se à lareira anterior construiu-se, no eixo central da divisão 1, nova estrutura de combustão. Esta lareira era constituída por uma camada de barro, u.e [093] assente sobre uma superfície de cerâmica fragmentada, u.e [094] e pequenas pedras de xisto e quartzo u.e [092], elementos refractários por excelência. Era rodeada por uma cintura de argila cozida, u.e [090,091], à exceção do lado Este, em que esta “cintura” de barro não se detetou. Trata-se de uma morfologia comum, em contextos da Idade do Ferro e republicanos do Sul de Portugal: no povoado de Chibanes, Setúbal, constituídas por fragmentos de recipientes cerâmicos cobertos de argila cozida pela acção do fogo (Silva-Soares 1999,78-80), no possível povoado republicano do Padrão (Fabião 1998, II, 237) e nas Mesas do Castelinho (Fabião 1998, I, 279; Estrela 2011, 56), assim como em Castro Marim (Arruda *et al.* 2008, 26).

À semelhança do sucedido no momento anterior, a lareira central, funcionou com solos construídos, via deposições sucessivas de sedimento argiloso, misturado com cinzas e carvões u.e.s [070, 069 e 73], diferenciados por espessos níveis de cinzas e carvões que os separavam, u.e.s [103, 101, 071 e 096]. Em um nível de circulação, desta fase na u.e. [069], exumou-se um fragmento, possivelmente de uma pátera em Campaniense A, assimilável ao Fabrico 1 da Campânia com uma cronologia do séc. II-I a. C.

Nesta fase, mantêm-se a compartimentação do espaço em dois ambientes.

5.1.2.1.3 Fase 3 (Fig.8, Fig. 10)

Justapondo-se à estrutura de combustão anterior, amortizada, construiu-se nova lareira, u.e. [086], constituída por uma espessa camada de argila de formato aproximadamente circular no eixo menor (E-O) e ovalado, no eixo maior (N-S),



destacando-se em altura, de um dos solos de funcionamento, em cerca de 0,7 m. À superfície desta lareira encostava-se o solo de habitat, em terra batida, u.e [067].

A Oeste desta estrutura, na intersecção das paredes de limite Norte, u.e. [040] e Este, u.e. [108] do espaço, existia uma segunda estrutura de combustão e calefação, a u.e [064] de morfologia rectangular. Esta lareira era delimitada por um murete em xisto, com duas fiadas, a u.e [063]. As suas dimensões eram as seguintes: 1,5 m de comprimento por 0,96 m de largura.

Neste momento a divisão do edifício I em dois espaços foi anulada, sendo os vestígios da anterior construção parcialmente, reutilizados, como banco de apoio a atividades domésticas ou como poial.

5.1.3. Edifício II?

Este espaço, sem planta definida, (assim se explicando o ponto de interrogação, no subtítulo), era delimitado a Norte pelo prolongamento da parede u.e. [040]. O limite Oeste era constituído pela u.e. [108] e a Sul era delimitado, tal como o anterior edifício, pela muralha do povoado, u.e. [028].

Neste endereço a muralha resumia-se a uma fiada de blocos pétreos de grande e média dimensão, apenas subsistindo a última fiada do alicerce do dispositivo defensivo [113\028]. É aqui evidente a técnica de construção utilizada para erigir a u.e. [108], justapondo-se à muralha e, fundindo-se os seus níveis de enchimento, de tal forma que durante o processo de escavação foi difícil destrinçar o que pertencia ao enchimento da muralha e ao enchimento da parede divisória dos edifícios I e II.

Apesar das evidências construtivas se ainda subsistiam dúvidas, quanto à simultaneidade da construção das duas edificações [028 e 108], os argumentos estratigráficos recolhidos, demonstraram inequivocamente, que a construção deste conjunto terá sido simultânea, pois ambas as construções foram erigidas sobre os mesmos depósitos sedimentares, as u.e.s [111 e 112], bem como a restante coetaneidade dos elementos estruturais, paredes-mestras e divisórias dos edifícios, as u.e. s. [105\018, 040, 052, 065].

A Oeste permanece a incógnita, relativamente ao encerramento deste espaço, pois quer a pendente do terreno, quer as depredações de que o sítio foi alvo, impedem o esclarecimento inequívoco desta questão. No estágio actual dos conhecimentos não será de excluir a hipótese de funcionar como uma estrutura de tipo alpendre, hipótese reforçada pela existência no seu «interior» de um forno em adobe. Esta estrutura de combustão ou calefação - [107] foi construída na intersecção da u.e. [108] com a [040], sendo coetânea da construção das paredes de limite do edifício.

Para a construção da u.e. [107] escavou-se uma depressão no solo, rectangular, e as paredes foram revestidas com placas de argila, as quais durante a utilização da estrutura cozeram, adquirindo grande consistência e compactação. O mesmo sucedeu à terra em contacto com as paredes do forno, que se tornou mais compacta e rubefata contribuindo para acentuar o grau de solidez da estrutura (López Seguí 2000, 241). A ilustração deste fenómeno, o da transformação da terra por influência do calor e da combustão, adquirindo



esta um tom avermelhado e aumentando substancialmente o seu grau de dureza, foi bem sentido durante a escavação dos níveis estratigráficos associados, quer à construção, quer ao funcionamento das u.e.s. [107] e [108]. Nesta perspectiva talvez se possa explicar a largura e dimensão da u.e. [108], como uma tentativa de preservar o isolamento térmico e a própria solidez do edifício. Quanto à função da estrutura de combustão, os autores da escavação de 1991, associaram, de uma forma demasiadamente linear e tentadora, ao fabrico de cerâmicas. Teríamos assim um forno de cerâmicas, criado com o intuito de abastecer e suprir as necessidades do culto, materializado no Depósito Votivo de Garvão (Correia 1996).

Na realidade, não existem evidências arqueológicas, de que se trata de um forno cerâmico, para além da notícia da recolha de uma bolsa de argila no seu interior, mencionada nos relatórios das intervenções realizadas em 1990 e 1991. Não existem vertedouros, nem tão pouco se observa, entre o espólio cerâmico recolhido, a predominância ou até exclusividade de uma forma sobre as restantes, indícios de que talvez nos encontrássemos perante uma estrutura de combustão relacionada, com o fabrico de cerâmica. Se assumirmos que a estrutura em questão se relaciona com a produção cerâmica, seguindo a tipologia definida por *Colls y Conesa*, (1987; 1992; 2000), *Broncano y Coll*, (1988) para câmaras de combustão de fornos cerâmicos, a avaliar pela planta este exemplar, rectangular, será do tipo A, considerado uma estrutura de clara inspiração helénica ou Itálica (Coll Conesa 2000, 200). Os fornos de tipo mais antigo - tipo B são de planta circular, uma vez que a sul do Ebro com anterioridade ao século III a.C., os fornos localizados, sem exceção, pertencem a este tipo (Coll Conesa 2000, 200). A mesma constatação é válida para o Alentejo central onde os fornos cerâmicos escavados, deste período, são de planta circular (Calado *et alii* 2007).

Na ausência de dados concretos é admissível a busca de novas interpretações, para os vestígios em questão. Um das hipóteses que se poderá colocar, será a de esta estrutura de combustão se relacionar com a transformação do minério. Contra o facto de se relacionar com a metalurgia é a aparente ausência de escória ou material escorificado, quer nas imediações, quer em níveis relacionados com o período de construção\utilização da estrutura. Contudo, esta ausência poderá simplesmente significar que não nos encontramos perante um forno de redução do metal, mas sim de fundição destinado à elaboração de objectos acabados. Longe de eventuais protótipos, relacionados com a manipulação de metais, outras interpretações, remetem para o mundo ibérico, para o povoado de *El Amarejo*, Albacete, onde uma estrutura em adobe de planta rectangular, interpretada como lareira é relacionada com um sistema de calefação, no interior de um edifício (Alfaro Arregui - Broncano, 1993,133). A «lareira» edificada com tijolos de adobe fragmentados, dispostos verticalmente, relacionava-se com uma parede construída em tijolos de adobe, paralela às paredes externas de delimitação do compartimento, formando uma caixa-de-ar com 20 cm de largura, por onde, à semelhança dos sistemas de aquecimento de água e de ambiente dos *caldaria* romanos, circularia o ar quente proveniente da «fornalha» referida, aquecendo o ambiente (Alfaro Arregui - Broncano 1993, 133).



Se aceitarmos esta última hipótese interpretativa será de excluir a hipótese do designado edifício II ser aberto a Oeste.

A estrutura de combustão estaria inserida, em um amplo espaço com uma área aproximadamente igual à do edifício contíguo, contudo de funcionalidade distinta, o que poderá explicar a ausência de muros de compartimentação interior neste espaço, bem como a presença da própria u.e. [107]. A interpretação desta zona permanece condicionada pelo facto de não termos escavado na quadrícula que engloba a dita estrutura de combustão, pois apenas efetuamos limpezas e raspagens superficiais do corpo da estrutura e do perfil estratigráfico associado, uma vez que já havia sido (ainda que não na totalidade) escavada em 1991 e se encontravam muito mau estado de conservação.

O limite Sul do compartimento \ Edifício era constituído pela muralha que nesta zona inflete, ligeiramente, em direcção a Norte, surgindo em perfil no testemunho estratigráfico aqui conservado (Fig.18). Os depósitos sedimentares identificados, e o espólio recolhido não contribuíram para esclarecer a planta e funcionalidade deste suposto edifício.

5.1.4. Edifício III? Ou Ambiente III?

A presença de um terceiro edifício ou compartimento, a Oeste do primeiro conjunto, ficou demonstrada devido à presença em corte do prolongamento da u.e. [052] em direcção a Noroeste, sobre a qual, em período islâmico foi edificada uma nova construção (Fig. 22).

Esta parede, com aparelho em pedra e (raros) tijolos de adobe, define um novo espaço paralelo ao anterior, perceptível apenas em alçado, transversal ao perfil Oeste. Assenta sobre o afloramento rochoso, previamente desbastado e afeiçoado. A assumpção de configurar a mesma realidade arquitectónica que a u.e. [052] é dificultada pelo facto ter sido adossada uma estrutura em pedra, ao longo do alçado sul, u.e. [066\043], de acesso ao piso superior, do edifício I.

Hesitamos em agrupar o recinto intuído sob a designação de edifício ou ambiente, pois a opção pela conservação de estruturas de períodos posteriores, sobre o muro de divisão comum, dos dois eventuais edifícios ou compartimentos, solução técnica com óbvias economias de tempo e esforço construtivo associado, constringe a interpretação das realidades estruturais detectadas. Este condicionalismo é particularmente evidente no tocante à questão da articulação entre a u.e. [018] e a u.e. [105]. A dúvida que se coloca, e que só poderá ser resolvida com o continuar dos trabalhos nesta zona, é a de categoricamente afirmar que a u.e. [018] e a [105] são a mesma realidade construtiva, em estado de conservação distinto: o alçado da u.e. [018] na justaposição à muralha é de 1, 8 m, enquanto o alçado máximo construído conservado da u.e. [105] é de 1 m. A constatação da existência de um alçado em pedra com tão elevada altura em pedra contribui para matizar a convicção de que a técnica edilícia, empregue na construção das paredes dos edifícios seria um embasamento em pedra e a parte superior em adobe. Contribui, desta forma, para levantar a suspeita de que aquela técnica construtiva seja maioritariamente aplicada em tabiques e paredes divisórias, não em paredes-mestras. Podemos ainda pensar



que o emprego desta solução se possa relacionar com a necessidade de uma maior robustez da construção, de forma a suportar a existência de um piso superior.

Outra questão que se coloca, diz respeito à existência, ou não, de um vão de circulação entre os dois compartimentos, o que uniria os dois espaços, configurando, neste caso, apenas um único espaço de carácter multifuncional ao invés de dois edifícios unicelulares. Mais uma vez a resolução desta questão esbarra no constrangimento físico imposto pela manutenção das estruturas de períodos posteriores.

5.1.5 Espaço de circulação: rua a Norte do conjunto arquitetónico.

Trata-se de um espaço aberto, a Norte, dos elementos arquitetónicos estudados, com cerca de 4 m de largura, estendendo-se em toda a extensão da área escavada, entre o conjunto arquitetónico descrito e o limite da área escavada, sem estruturas construídas à exceção dos vestígios de um forno cerâmico, (escavado em 1991) e uma escada adossada ao muro de limite Norte do edifício I. O espaço, em pendente, acompanha a topografia natural do terreno. É visível que o afloramento rochoso foi desbastado e aplanado.

Comparando o volume de espólio cerâmico recolhido no interior do edifício 1 e a área em questão, existe um desequilíbrio percentual em termos de volume, a favor deste espaço.

A sequência estratigráfica apresentou-se muito perturbada, não só pelas constantes remobilizações do solo respeitantes às ocupações posteriores do sítio, como pela existência de níveis de aterro antigos, bem como pela construção de um forno em época romana no local e finalmente pela abertura de um silo que, a Este obliterou literalmente toda a estratigrafia do sítio anterior aos séculos XII-XIII d. C.

Onde os níveis se revelaram mais coerentes, a Norte e a Oeste detectou-se a presença de sucessivas camadas de sedimento argiloso, sem quaisquer estruturas relacionadas, à exceção das u.e.s [030, 085 e 089], as quais se associavam, à estrutura adossada ao edifício I.

A grande maioria da estratigrafia era constituída por níveis soltos, de aterro alguns antigos, os quais terão desempenhado o papel de nivelamentos do terreno para as ocupações de momentos posteriores. É o caso das u.e.s [025, 041, 080] que intercalavam com níveis cujo sedimento era homogéneo u.e.s [023 e 049], mas que não conseguimos relacionar com realidades arqueológicas construídas. Por vezes, estes sedimentos, de textura solta, eram ricos em carvões e elementos pétreos de pequena e média dimensão. Em termos de espólio registou-se a recolha de telhas de época romana, em um conjunto cujo grosso do espólio é similar ao recolhido em contextos da Idade do Ferro, como por exemplo na u.e. [049].

A escavação, nesta área, de um testemunho estratigráfico, entre as quadrículas H e N, orientado E-O, possibilitou a deteção de duas u.e.s [081 e 084], as quais somente aparecem neste perfil Sul, em uma estreita faixa. Este perfil facultou, ainda a deteção, sobrepostas pelos depósitos mencionados, de um nível de cinzas e carvão, u.e. [087] que justapunha uma possível lareira, a u.e. [029], coetâneo de uma fina camada de argila, que



em alguns locais cobria o afloramento rochoso, aplanado: a u.e. [121]. Sublinhe-se que não se tratam de níveis contínuos, mas sim localizados e difíceis de avaliar no seu conjunto.

Em 1991 foi identificado um forno cerâmico nesta área (Figura 5). O forno, u.e. [036] muito destruído foi outorgado cronologicamente à Idade do Ferro e relacionado com a produção de cerâmica para abastecimento dos fiéis, para a prática do culto em Garvão, da mesma forma que a u.e [107], apesar de não existirem argumentos estratigráficos ou tipológicos para esta inserção cronológica (Correia 1995). Estas dificuldades de contextualização, cronologia e funcionalidade relativas ao forno, u.e [036] e a suposta correlação equacionada por Susana Correia (1996) entre as u.e.s [107 e 036] foi resolvida (de forma fortuita) com o desmonte da banquetta de separação das quadrículas M e N ao permitir escavar a u.e. [081], parcialmente sobreposta pelo dito forno, em uma estreita faixa a este vizinha, onde se exumou a parte superior, em meio círculo de um bordo de uma Dragendorff 27 de TS, fabrico sudgálico, misturada com materiais de cronologias mais antigas, o que revelou a maior antiguidade da u.e [107] em relação a este forno.

Uma segunda estrutura que sempre havia sido, para nós uma incógnita, a u.e. [043\066], escavada na mesma altura que o forno romano, já referido localizava-se nesta área adossada à estrutura, u.e. [052].

A estrutura em questão é um troço de muro, com 0,60 m de largura, 2 m de comprimento e de alçado construído conservado 0,80 m. Adossado à u.e. [052], de aparelho algo irregular junto à extremidade Norte, incorpora na construção lajes de grauvaque de grandes dimensões, regulares, com blocos de formato sub rectangular. Os interstícios foram preenchidos com pedra miúda. Este muro terá funcionando simultaneamente com o edifício I, pois foi interpretado como sendo os vestígios de uma escada de acesso ao piso superior, similar a escadas identificadas no povoado vizinho das Mesas do Castelinho, Almodôvar (Fabião 1998, 313-315), bem como em povoados ibéricos do levante espanhol (Bonet Rosado-Mata Barreno 2002, 45). Relacionada com esta escada escavou-se um nível u.e. [051] que poderá corresponder aos resquícios de um piso associado ao funcionamento da estrutura.

6. A Arquitetura

6.1. Arquitetura Doméstica

A escavação neste local permitiu identificar a existência de diversos vestígios arquitetónicos, entre os quais se destacam um tramo da estrutura defensiva do povoado, ao longo de aproximadamente 9 m de comprimento, orientado Este-Oeste, e de três hipotéticos edifícios coevos dos quais, somente, um se escavou na íntegra.

Os materiais utilizados a nível da arquitetura doméstica: o tipo de pedra, a terra e a madeira são exatamente os mesmos materiais que foram utilizados na edificação do perímetro defensivo do povoado.



Dos restantes «edifícios 2 e 3» apenas se escavou, do terceiro a parede de limite Este e parte do muro de limite Norte e do edifício II, o muro de limite Oeste e o arranque da parede de limite Norte. Este último edifício foi muito afectado pela erosão natural da encosta, uma vez que se trata de uma zona de pendente e forte inclinação. No interior deste terceiro espaço ou edifício, existia uma estrutura de combustão, rectangular construída com placas de adobe: um forno, escavado em 1991 por Caetano Beirão e Susana Correia (Ver capítulo 4).

A planta do único edifício escavado na íntegra, na globalidade, em termos morfológicos afigurava-se um retângulo. A Sul o seu limite correspondia à muralha do povoado, a qual além do seu papel defensivo, desempenhava também um papel delimitador do espaço construído, pois aqui se justapunham as paredes de definição do chamado edifício I e simultaneamente dos outros dois conjuntos, paralelos ao I, ao serem as paredes medianeiras comuns, numa óbvia economia de esforço e custos construtivos. Mas também com implicações a nível térmico, ao permitir uma maior concentração do calor.

Os três «edifícios» parecem articular-se com um espaço de circulação a Norte, para o qual se abria a única abertura detetada no edifício I, com uma soleira, a partir do qual se realizava o acesso independente ao designado edifício I e (especulamos) para o qual também deveriam orientar-se os vãos de entrada dos restantes dois edifícios.

O, único, vão documentado pertence ao edifício I e possui aproximadamente 0,95 m de largura. Este vão, orientado a Norte, permitia o acesso ao interior e exterior do edifício. Registe-se a ausência de soleira da porta.

Esclareça-se que à data ainda não existe uma confirmação arqueológica de que o espaço não construído a Norte dos «edifícios» escavados ou parcialmente escavados seja uma rua, pois poderemos, simplesmente, estar perante um modelo de assentamento de construções justapostas, com uma disposição vagamente radial, de um urbanismo fechado em torno a um espaço central não construído, um «povoado cego» de que a nível regional ecoam testemunhos nas fases iniciais de ocupação das Mesas do Castelinho (Fabião-Guerra 2010, 467; Estrela 2011, 37). No entanto, as características arquitectónicas do conjunto, associado ao espólio recolhido, o seu sincronismo, que indicia um planeamento prévio de todo o conjunto, possibilitam antever uma instalação dos edifícios em torno a eixos de circulação, num esquema regular e eventualmente ortogonal, com ressonâncias mediterrâneas.

A ser assim, o primeiro elemento a ser construído terá sido a muralha, sendo o traçado na área objeto de estudo, anterior aos edifícios que se adossam, determinando as casas, ao adossarem a parte traseira à muralha a estrutura do povoado a estrutura do próprio povoado. Para a organização, poderemos supor, terão traçado uma rua paralela à muralha, de largura constante sobre a qual se abriam as construções a esta adossadas e a qual se deveriam unir outras ruas que aqui confluíam, delimitando-se bairros formados por várias casas criadas como resultado de uma planificação consciente, visível tanto na aparente repetição de superfícies modelares como na organização através de várias paredes comuns e do imbricamento dos muros entre si.



Na escavação o edifício I destacou-se, em relação aos restantes, pelo facto de se ter escavado na totalidade sendo utilizado, também, como referencial cronológico para a intervenção urbanística efectuada no local. O edifício foi interpretado como uma habitação (Nunes da Ponte 2003, 52). De planta aproximadamente rectangular, no seu interior escavaram-se uma série de estruturas relacionadas com atividades do mundo quotidiano e doméstico. Aqui se escavou uma curiosa sequência localizada, válida apenas para o interior deste espaço, relacionada com a diversidade de estruturas e equipamentos domésticos criados e com a constante remodelação do espaço interior: uma verdadeira micro-estratigrafia.

Em relação a esta habitação é de salientar a confirmação da existência de um segundo piso na habitação ou de um terraço, corporizado na presença de uma escada no exterior da habitação, adossada à parede externa Norte da habitação. A presença de dois pisos poderá estar relacionada, quer com as condições topográficas do local, quer com o espaço disponível para construir, solucionando-se assim o problema da ampliação do espaço habitável (Bonet - Guérin 1995, 90).

A existência deste segundo piso poderá explicar a robustez dos muros medianeiros, dos «edifícios» identificados, as u.e.s [108 e 118], bem como o alçado em pedra conservado da parede divisória do compartimento I e II, no interior da habitação.

Apesar de, no Sul do actual território Português não ser uma solução técnica, muito divulgada, ou pelo menos, as evidências arqueológicas desta solução construtiva, no mundo ibérico são cada vez mais os testemunhos que permitem a identificação de habitações com dois pisos, ou com um terraço (Bonet-Guérin 1995, 87), como por exemplo, em *Puntal dels Llops* (Bonet-Mata 2002, 35), ou em *El Oral* (Abad Casal-Salla Sellés 2001, 133).

A nível regional, no povoado vizinho da Mesa de Castelinhos, Almôdovar, existem evidências da presença de um segundo piso, em algumas estruturas habitacionais (Fabião 1998, 313) respectivamente no sector A-2, ambiente III, em níveis de cronologia pre-romanos (*idem*). Quer a altura do alçado construído, conservado das construções, com valores em torno a 2 m, quer o volume dos seus derrubes e peculiaridades estruturais, sugerem, aos responsáveis da jazida, a existência de um piso superior construído em terra (Fabião 1998, I, 314). Em níveis republicanos acompanhado a remodelação da trama urbana, no sentido de uma maior ortogonalidade estruturada em torno a eixos de circulação, dispostos longitudinalmente na plataforma B, num âmbito cronológico datado de finais do século II, e o terceiro quartel do século I a. C (Fabião-Guerra 2010, 466), constroem-se habitações ao longo das ruas identificadas, com a existência de escadas adossadas à fachada principal, indicando a presença de um segundo andar (*idem*).

A habitação de planta trapezoidal (designada de edifício I) permitiu apreender 3 fases distintas de remodelação do espaço interno, intervaladas por sucessão rápida e breve de momentos de reformulação dos pavimentos e solos de habitação. Essas três «grandes» fases concretizam-se na reformulação e sobreposição de uma lareira, sempre no mesmo local, no eixo central da habitação, podendo ser acompanhada de outras remodelações internas, destacando-se a da anulação de um compartimento que funcionaria como área de



armazenagem (fases I e II), no lugar mais interior da habitação, na fase final de funcionamento do espaço-fase III. Este segundo espaço de dimensões reduzidas diferenciava-se dos restantes ambientes por se tratar de um espaço sem definição clara, ao fundo da habitação.

Por outro lado, no que diz respeito ao faseamento construtivo proposto para esta habitação, este foi complementado com o registo de uma sucessão, rápida e fugaz, de momentos de utilização e reutilização do espaço, manifestada na sobreposição de solos e pavimentos construídos em terra batida, intercalados por níveis de cinzas, indicando um processo rápido de sedimentação, confirmado por uma relativa indiferenciação cronológica do espólio recolhido. Saliente-se que, muitas vezes, dadas as características de formação destes depósitos, tornou-se extremamente complicado, por vezes mesmo impossível distinguir estes momentos de utilização e reutilização de carácter fugaz.

No conjunto estudado, a nível técnico, observe-se a inexistência de valas de fundação, apoiando-se as estruturas no substrato rochoso, brando, previamente regularizado e nivelado, de forma a constituir uma superfície uniforme para assentamento das paredes. Por vezes, em locais de maior pendente ou irregulares, de forma a constituir uma superfície uniforme de assentamento, essas irregularidades foram colmatadas, com níveis argilosos e de pedra desagregada, níveis esses designados por alguns autores como estruturas bastidores (Esteban Ortega, 1993). Para além da sua função de nivelamento e regularização, estes níveis argilosos poderão ter contribuído para isolar os edifícios das capilaridades oriundas do solo.

A análise da planta, ao longo da primeira fase e segunda fase, mostra o espaço compartimentado em dois ambientes por uma parede com embasamento em pedra e tijolos de adobe, dos quais se recolheram vestígios nas camadas de nivelamento e abandono. O segundo ambiente localiza-se no espaço mais resguardado da habitação, delimitado a Sul pelo pano de muralha e pelo muro atrás referido. Como particularidade, refira-se em toda a estratigrafia foi o único sítio da residência onde o pavimento era lajeado, ainda que bastante irregular, configurando um espaço com aproximadamente 3,80-4 m de comprimento e apenas 1,40 de largura. Resguardado da luz solar poderá ser interpretado, de acordo com paralelos obtidos em povoados com ocupações coevas, na Extremadura Espanhola, nomeadamente no *Castrejon de Capote*, como um de armazém de excedentes: uma espécie de dispensa (Rodríguez Díaz - Enríquez Navascués 2002, 271). À interpretação da utilização deste Ambiente, como um compartimento com essa função, relacionada com acumulação e o aprovisionamento de excedentes adequa-se bem o tipo de piso aqui existente: um lajeado, protegendo os alimentos sólidos e líquidos da infiltração das humidades e capilaridades do solo. A nível do espólio não se encontraram quaisquer indícios que pudessem corroborar a interpretação efectuada, não há registo de surgirem recipientes relacionados com a armazenagem, ou com o transporte de líquidos e sólidos. Essa dificuldade poderá ser colmatada se imaginarmos a utilização de recipientes de armazenagem efectuados em materiais perecíveis tais como caixas madeira, sacos ou cestos (Bonet-Vives 2011, 145). A sua posição no interior do espaço doméstico e os paralelos



reconhecidos em contextos semelhantes apontam para que efetivamente se trate de uma dispensa.

6.2 Materiais e Técnicas Construtivas

Os materiais construtivos empregues não diferem muito do panorama geral de povoados coetâneos. Baseia-se no aproveitamento de recursos imediatos, tais como a pedra, ou a terra. O facto desta remodelação se efectuar sobre os vestígios de uma ocupação anterior, permite a existência de uma comoda pedreira de material já trabalhado, mas sobretudo disponível com o menor dispêndio de tempo e energia. Supomos que algumas das estruturas existentes terão utilizado a dupla técnica do embasamento em pedra e a parte superior em adobe, particularmente as paredes divisórias, enquanto, outras deverão ser construções inteiriças em pedra, caso da u.e. [018]. Todavia, o recurso à utilização da construção em terra é inquestionável, pois nos níveis de derrube e desmantelamento das estruturas encontraram-se tijolos de adobe inteiros, bem como, testemunhos indiretos, da sua presença, na constituição e coloração dos sedimentos, desses mesmos níveis de derrube e aterro [047,032, 082 e 083].

As vantagens deste tipo de construção mista prendem-se com o facto da base em pedra isolar as construções das capilaridades e humidades e as paredes superiores em adobe permitem a edificação de uma estrutura mais leve, com um menor esforço temporal e construtivo, empregue. Registe-se ainda a presença de tijolos de adobe no alçado da u.e [062].

Este tipo de construção mista, de carácter mediterrâneo regista-se um pouco por toda a geografia peninsular. Na *Ermita de Bélen* constata-se a existência de uma terceira variante: parede inteiriça em adobe (Rodríguez Díaz 1991, 37), em *El Raso de Candeleda* utiliza-se a técnica das paredes inteiriças em pedra e o binómio pedra e adobe, atingindo, em algumas situações pontuais, o embasamento a altura de 1, 50 m a 2 m (Fernández 1986, 133). Em *Puntal dels Llops* as mesmas técnicas estão representadas (Bonet-Mata 2002, 105), assim como nas Mesas do Castelinho (Fabião 1998, I, 397). No entanto, em *Capote* ou em *El Castanuelo* a técnica utilizada parece corresponder apenas a paredes inteiriças em pedra e argila (Berrocal Rangel 1988, 51).

6.2.1 Superfícies de Construção

A área escavada no local demonstrou a existência de uma preparação prévia, do espaço a construir. Esta preparação manifestou-se no desbaste e regularização das superfícies a ocupar, criando níveis homogéneos de circulação. Esta tarefa foi facilitada pelo substrato geológico de carácter brando e maleável. No interior dos edifícios I e II é visível a existência de uma camada de nivelamento, em rocha triturada e argila, de forma a regularizar e nivelar a superfície de instalação, previamente á construção quer das



estruturas que configuram os espaços, quer dos solos de utilização. Deste nível de regularização u.e. [078] recolheu-se um fragmento rolado de um *Kylix* ático datado do séc. IV d. C (Arruda 2007, 80). A utilização deste tipo de solução, de forma a anular as irregularidades do terreno de construção, é um recurso muito difundido registando-se na arquitetura da primeira fase de *Los Castillejos*, em *La Martela*, em *Capote* (Berrocal Rangel 1992, 168), em Beja na Rua do Sembrano (Grilo 2006, 28) ou nas Mesas do Castelinho onde a fortificação, uma construção modular e justaposta, partilha com a fortificação de Mértola a preparação prévia do substrato xistoso tarefa não só essencial para a garantia da estabilidade da muralha como também para o fornecimento da matéria-prima lítica necessária à sua construção e à configuração dos compartimentos internos (Estrela 2011, 20).

Sobre a base acima enunciada, que funcionaria para além de nivelamento como drenante, assegurando assim a eliminação da humidade natural do terreno, registou-se uma sucessão de solos de utilização. Estes eram constituídos por sedimentos argiloso, batidos, compactados, por vezes endurecidos pela acção de fogo. Ao longo de toda a sequência estratigráfica regista-se o intervalar de níveis de circulação e utilização com níveis de carvões e cinzas [068,101, 103,071,096, 074] transversal a todas as fases arquitetónicas detectadas no interior do edifício. Aparentemente estas camadas possuem todas a mesma espessura e composição não se relacionando com o funcionamento de nenhuma lareira ou com quaisquer níveis de incêndios. Poderão ser interpretadas de duas formas: ou estarão relacionados com a construção dos novos solos construtivos, visando endurecer a superfície destes via o fogo, ou à semelhança do mundo ibérico em *El Oral* onde adicionam aos níveis de cinza e carvão, cal e gesso, com o mesmo objectivo (Abad-Sellés 2001,151); ou poderão servir como fogos higiénicos contribuindo desta forma para eliminar lixos existentes no local, previamente à renovação do solo de ocupação.

Finalmente assinala-se a existência de um nível de pavimento, da Fase I construído em argila cozida, infelizmente em muito mau estado de conservação, a u.e. [095\075], à qual se associava um buraco de poste construído com lajes de xisto em cutelo. Nesta fase temos ainda de mencionar a existência na divisão 2 do edifício I, de um chão em lajeado, conjugado com um nível argiloso, uma espécie de pavimento de matriz «mista». Em *Capote* (Berrocal Rangel 1988, 51) assim como na *Ermita de Belén* registam-se realidades similares.

Esta sucessão de momentos de utilização fugaz pareceu corresponder a um processo bastante rápido, materializado no espólio recolhido.

6.2.2 Equipamentos Domésticos

6.2.2.1 Lareiras

Na restante área os solos eram construídos em terra batida, por vezes com um leve revestimento de argila, intercalando-se com níveis de cinzas e carvões, associam-se, ainda,



à presença frequente de lareiras, por vezes simples manchas de argila, cozidas pela acção do fogo. Por excelência os elementos que definem o espaço doméstico são a lareira, símbolo da vida e da casa e a despensa garantia do sustento dos seus habitantes (Bonet-Guérin 1995, 93). Não é por acaso que ambos se relacionam com a necessidade vital da alimentação, da qual depende a reprodução do grupo doméstico (Bonet-Vines 2011, 145). O espaço da lareira ocupa normalmente um lugar destacado, ainda que com frequência partilhado com outras atividades familiares. À lareira realizavam-se as tarefas básicas como a preparação de alimentos e em seu redor aglutinar-se-ia a família para a iluminação e a calefação. Sublinhe-se a constância na escolha de um local, o centro da habitação para uma reiterada sobreposição de estruturas de combustão associadas a solos arqueológicos em 3 momentos distintos de utilização do mesmo espaço, traduzindo a tendência para o perenizar deste tipo de estruturas relacionado com a manutenção das funções dos recintos onde se instalam, tal como no povoado de *Lattes* (Roux-Raux 1996, 406).

Na Fase I no centro da habitação destacava-se uma lareira em covacho (Mataloto 2002, 67), escavada no substrato xistoso de contornos ovalados. Era preenchida por um sedimento argiloso, com pedra e barro á mistura, com uma grande concentração de carvões e cinzas, u.e. [074]. Este tipo de construção, em *Lattes*, Languedoc, representa cerca de 11% do total de estruturas de combustão documentadas, distribuindo-se cronologicamente desde o séc. IV à segunda metade do séc. I a. C (Roux-Raux 1996, 407), uma maior concentração compreendida em torno a 225-150 a. C (*idem*). São normalmente interpretadas com a alimentação devido à sua implantação em recintos interpretados como cozinhas (*idem*, 429). Registe-se a título de curiosidade, que o modo de cozedura que este tipo de estruturas propõe permite associar-lhe funções de grelhador, de assados no espeto, ou de cozedura lenta através das brasas (*idem*, 427). Adequa-se a esta prática a situação destas em torno a espaços abertos, em corredores de circulação, à frente de soleiras de porta ou mesmo na rua, de forma a facilitar a evacuação do fumo e assegurar o arejamento dos espaços (*idem, ibidem*).

Este tipo de fossas surge, por vezes, associado a outras funções que não estritamente a culinária, nomeadamente a metalúrgica. Trata-se de uma utilização excepcional. Documenta-se quer em *Lattes* (Roux-Raux 1996, 427), quer na Catalunha (Pons-Molist 1995, 818), bem como na Estremadura espanhola, no povoado de *Los Castillejos de Fuente de Cantos* onde se encontraram diversas estruturas deste tipo preenchidas com cinzas e escórias (Rodríguez Díaz 1991, 73).

Na Estremadura regista-se a sua presença em povoados como a *Ermita de Belén* (Rodríguez Díaz 1991, 213). Em Chibanes, Setúbal, datada do terceiro e segundo quartel a. C (Silva-Soares 1996, 46) e nas Mesas do Castelinho, Almodôvar, (Fabião 1998, I, 303).

Articulados com este momento de funcionamento destacam-se três buracos de poste, alinhados ao longo do eixo maior do compartimento 1, encontrando-se um deles, associado a um pavimento em barro do interior do compartimento 1, a u.e. [075]. Sobre este primeiro nível de pavimento e funcionamento deste espaço (edifício I) registe-se a



recolha de um vaso de cozinha, de fabrico manual, inserido na Forma I, Variante D de Capote, datado dos séculos IV-III a. C (Berrocal Rangel 1994, 153).

Na Fase II, sobre a anterior constrói-se nova lareira, de morfologia distinta. Na construção desta segunda lareira intercalaram camadas refratárias de xisto, quartzo e fragmentos cerâmicos, rodeados por uma cintura, com rebordo de barro, de forma circular, revestida com argila. Esta cintura era aberta a Este de forma a facilitar as operações de limpeza. As suas dimensões são as seguintes: 1 m de diâmetro. Este tipo de lareiras regista-se um pouco por toda a geografia peninsular e com cronologias que se estendem desde o século VII em *La Fonteta*, Alicante (González-Pratz 2000, 28), Em Castro Marim surge na fase V, nos séculos V-IV a. C (Arruda *et alii* 2007, 480) nos séculos IV-II a. C em Chibanes (Silva-Soares 1996), ao século II-I a.C nas Mesas do Castelinho (Fabião-Guerra 1994, 279) ou em Garvão século IV-II a. C.

Este tipo de equipamento doméstico destaca-se dos restantes, pela sua preparação com uma ou mais bases refratárias em seixos e fragmentos cerâmicos, o que possibilita uma maior eficiência térmica, sobre os quais se aplicou uma placa de argila endurecida pelo uso continuado do fogo. Em Castro Marim registre-se a utilização entre as camadas refratárias de conchas (Arruda *et alii* 2007, 475). Este tipo de estruturas regista-se na Meseta, no povoado de *El Raso de Candaleda*, normalmente em posição central (Fernandez 1986, 50). No Castro de *Villasvieja del Tamuja*, Botija, Cáceres, não ocupam uma posição fixa oscilando a sua localização entre o centro ou a intersecção de duas paredes. Normalmente são delimitadas por pequenas pedras e são cobertos por uma camada de barro endurecido pelo fogo, assentando alternadamente sobre fragmentos cerâmicos ou leito de xistos e quartzos (Hernández *et alii* 1989, 110).

À semelhança do momento anterior esta lareira funcionou com distintos níveis de solos, construído simplesmente com sedimentos argilosos, intervalado por camadas de cinzas e carvões. Registe-se nesta fase a recolha em um dos solos de ocupação, u.e. [069] de um fragmento de uma forma aberta de Campaniense A.

A terceira fase é marcada por nova reformulação na lareira central, desta vez sendo simplesmente constituída por uma mancha de argila de forma circular [086], mais uma vez associada a distintos níveis de sedimentos-pisos de circulação e ocupação. Nesta fase regista-se a existência simultânea de pelo menos 2 lareiras deste tipo. A primeira de formato ovalado, é construída com uma espessa camada de barro, com 0,90 m de comprimento máximo, em posição central, sobrelevando-se em relação a um dos solos de funcionamento coetâneo, u.e. [067] em cerca de 0,07 m. O segundo exemplar foi construído na intersecção da ombreira Oeste do vão de entrada, u.e. [040] com a parede divisória dos edifícios I e II, u.e. [108]. De morfologia rectangular tinha a particularidade de ser delimitada a Este por um murete de pedras faceadas em xisto.

A existência de uma ou mais lareiras em uma mesma habitação é frequente neste tipo de contextos podendo aparecer ambas as lareiras sobre um mesmo piso ou podendo surgir lareiras em níveis distintos, neste caso motivadas por uma reformulação do solo, colocando simplesmente uma nova camada de terra, com que se cobrem as antigas lareiras,



acendendo-se então outras, por vezes em zonas distintas (Izquierdo Benito 1990, 151). É ainda frequente a presença de lareiras formadas simplesmente por uma capa de argila sem delimitação por pedras, cozidas pela acção do fogo efectuado sobre ela. Este tipo de lareiras documenta-se amplamente pela sua simplicidade em jazidas como *Los Castillejos 2* (Esteban Ortega-Salas Martin 1991,132), *Ermita de Belén* (Rodríguez Díaz, 1989) podendo ter forma oval ou tendente ao círculo e apresentar várias camadas de cinzas e depósitos orgânicos, consequência das suas múltiplas reutilizações. Geralmente são lareiras tão multifuncionais como simples, cujas utilizações mais importantes se relacionavam com atividades de culinária e de calefação (Berrocal Rangel 1992, 175).

Em *Lattes* o tempo estimado de vida útil para a duração deste tipo de lareiras é de 25 a 50 anos (Roux-Raux 1996, 423). Na Catalunha este tipo de lareira, designado por lareira construída sobrelevada sem delimitação, convive com o tipo de lareira sobrelevado mas com delimitação, nas jazidas de *Moleta del Remei* e em *Puig Castellet* (Pons-Molist 1995, 423). Em *Puntal dels Llops* registe-se a presença deste tipo de lareiras (Bonet-Mata 2002, 116). Também em *El Castañuelo*, Aracena, surgem no centro de divisões acompanhadas por estruturas idênticas às identificadas em Garvão (Amo-Hera 1978, 303) em níveis do século IV a. C. Em *Villasvieja del Tamuja* (Hernández *et alii* 1989, fig.43), em *La Coraja de Aldeacentenera* (Redondo *et alii* 1991, 276), em *Aeminium* (Arruda 1988-89, 99), em Alcácer do Sal (Silva *et alii* 1981, 157) ou nas Mesas do Castelinho (Fabião-Guerra 199, 277) surgem lareiras com esta morfologia.

Em *Capote* regista-se na divisão com altar, encostada à parede lateral Nordeste (Berrocal Rangel 1988,128; 1989, 253; 1992, 75; 1994, 43). A sua inclusão nesta listagem poderá ser abusiva, uma vez que, neste último sítio, o seu funcionamento relaciona-se com as cerimónias religiosas e atividades culturais de carácter gentilício que se desenrolavam nesta instância e espaço exterior adjacente (*idem*, 272).

Quanto ao segundo exemplar, a utilização deste tipo de estruturas de limite diferenciado relaciona-se com a obtenção de uma maior eficiência térmica e, ou a evitar a dispersão de cinzas e carvões (Pons-Molist, 1995, 806).

6.2.2.2 Forno

O forno muito destruído era construído com paredes de adobe. De planta rectangular, como já referimos (Fig.5), a sua morfologia aponta para uma cronologia tardia sendo este exemplar de tipo A considerado uma estrutura de clara inspiração helénica ou itálica (Coll-Conesa 2000, 200). Os fornos mais antigos obedecem ao tipo B de planta circular. A Sul do Ebro, anterior ao séc. III a. C, todos os fornos escavados englobam-se sem exceção neste tipo arquitetónico (*idem*). Todavia no mundo ibérico catalão predominam os fornos de tipo A (*idem*). Em Portugal, no Alentejo Central, observa-se uma situação semelhante ao Vale do Ebro, onde os fornos cerâmicos anteriores ao século III pertencem ao tipo B de planta circular, com pilar central normalmente construídos em adobe (Calado *et alii* 2007, 103). Como já escrevemos não sabemos se efetivamente esta



estrutura seria um forno cerâmico, ou não, atrás, apontamos outras interpretações alternativas para a estrutura em causa (Cap. 4). No entanto uma terceira se poderia apontar eventualmente relacionada com manipulação de metais. Algumas estruturas de planta rectangular e fabricadas com argila e adobe são semelhantes ao exemplar em estudo. Dividindo-se entre o Levante, na jazida de *Mas Castellar de Pontós* (Lebeaupin 2000,234) ou em mundo vetão (Fernandez 1992). Em *El Raso de Candeleda* reconhecemos semelhanças com fornos de fundição aqui identificados (*idem*). Os diversos autores são unânimes na constatação de que este tipo de estruturas não teria cobertura, pois esta apenas iria servir para dificultar o trabalho do metalúrgico, impedindo de controlar de forma precisa, variantes fundamentais como a temperatura (Rovira 2000, 266). Contra o facto de poder ser interpretado como um forno de fundição ou redução é a ausência de escória ou material escorificado nas imediações.

6.2.2.3 Banco -Poial

O banco\ poial em questão corresponde à u.e. [100], um troço de muro com aparelho em xisto, cujo topo terminal seria construído em adobes. Durante os dois primeiros momentos de funcionamento do edifício I, serviu como parede divisória, isolando a despensa do restante ambiente. Na III fase, de funcionamento do edifício, foi anulada a divisão do espaço em dois, o muro foi parcialmente amortizado e passou a funcionar apenas como um poial, ou suporte ao desenvolvimento das atividades domésticas que aqui se executavam.

Os dados estratigráficos e construtivos, indicam que os edifícios escavados são sincrónicos da construção do recinto defensivo do povoado, materializado no pano de muralha posto a descoberto na Cerca do Adro, devendo articular-se com a rua existente orientada E-O. Esta intervenção e remodelação que implicou o planeamento prévio e estudado da ocupação e da construção em nova planta no local, materializado na preparação das superfícies de instalação e na aparente modulação e simetria do conjunto, aproveitando a muralha como parede traseira dos edifícios, a qual todavia poderá ser apenas ilusória, dado, (reconheço) as informações disponíveis, insere-se cronologicamente entre os séculos IV e II a. C. balizada por um fragmento de *Kylix* e um fragmento de Campaniense A.

Nos próximos capítulos e anexos (Anexos 1, 3 e 4) irá ser feita uma tentativa no sentido de afinar a cronologia desta alteração no povoado, através do estudo exaustivo e pormenorizado do espólio recolhido durante as intervenções, tarefa que não se afigura fácil, nem tão pouco sabemos se será coroada de êxito. Pois, e todos aqueles que se dedicam ao estudo destas realidades sabem-no, na ausência de cerâmicas de importação bem datadas pelos estudos tipológicos e sem o recurso a métodos radiométricos, os quais para estes períodos oferecem margens de erro muito grandes e são pouco fiáveis, teremos apenas de contar com o estudo das produções cerâmicas torneadas e manuais de fabrico Local e Regional, as quais todavia movem-se ao ritmo da «*Longue Durée*». O único auxílio será a associação estratigráfica e contextual que permitirá a constatação da coexistência ou



sequência de determinados tipos e formas cerâmicas, articuladas ou não com diferentes tipos decorativos e tecnologias de fabrico materializadas ao longo das fases de ocupação identificadas. Dado o carácter especializado e pormenorizado do estudo em questão, que envolveu a definição de grupos de fabricos, o estudo exaustivo das produções, tecnologia de fabrico e morfologia dos recipientes cerâmicos, articulados com o reconhecimento de paralelos aos contextos e objectos em questão, este foi colocado em anexo.

7. O Povoado de Garvão: Faseamento cronológico e Inserção Contextual

A sequência ocupacional registada concretiza-se em duas fases construtivas sobrepostas, correspondendo a contextos habitacionais. A dita sequência ocupacional demonstra, através das edificações e materiais associados, um processo de ocupação dinâmico, marcado por reconstruções, sobreposições e aterros, cuja continuidade é assegurada pelas sobreposições construtivas e pelos materiais cerâmicos coevos.

Os dados apontam para a existência de um momento prévio à construção do conjunto arquitetónico apresentado, presente nas u.e.s [078, 111, 112], quer no interior do edifício 1, quer no edifício 2. Quanto ao primeiro momento, as suas características arquitectónicas são de difícil caracterização, pois apenas está atestado por elementos residuais, dentro do espólio arqueológico recolhido, nos distintos edifícios e ambientes escavados. Este momento cuja cronologia de instalação datará do século IV a.C. (Arruda, 1997) é ainda uma incógnita a nível da organização do povoado e dos momentos arquitetónicos construídos. O que os dados demonstram é que, apenas a partir deste momento se expande o povoamento pré-romano a esta plataforma do povoado, associando-se, daqui em diante a este momento, o período de apogeu do povoado pré-romano.

Do ponto de vista arquitetónico, a esta fase poderá, com muitas reservas, associar-se a existência de uma estrutura precária, um buraco de poste talhado no substrato rochoso, em provável posição axial no interior, do espaço que posteriormente definirá o edifício 1.

O acervo cerâmico associado a este momento é muito reduzido e dada a longevidade e conservadorismo do mundo da cerâmica comum, o qual se move, ao ritmo da longa duração, a que acresce o seu carácter residual no seio do conjunto, dificulta a adscrição cronológica de espólio a este momento. No entanto, sem sombra de dúvidas, poderemos relacionar com este momento os fragmentos de bojo, em cerâmica manual, decorados com digitações, no ombro (Est. 27, n.º 2). Este tipo de decorativo, com paralelos em sítios sidéricos desde o séc. VII a. C, encaixa-se bem em contextos mais tardios, Pós - Orientalizantes dos séculos V e IV a. C, surgindo nomeadamente no Alentejo Central, no sítio da Malhada dos Gagos associado a cerâmicas manuais decoradas com grandes matrizes estampilhadas de motivos raiados e reticulados (Calado *et alii.* 2007, 161, fig.38), ou no Casal da Molinhola 3 (*Idem*, 164, fig. 4). Em Neves - Corvo, Castro Verde surge em níveis dos séculos V-IV a. C, bem como nas Mesas do Castelinho (Fabião 1998, 189), onde



em torno aos momentos fundacionais do povoado, fazem o seu aparecimento (*idem*) datados do século V a. C.

Destaque-se ainda a presença de recipientes de armazenagem decorados com estampilhas englobáveis nos grupos I e II de Carlos Fabião (1998, vol. II,89), por estes considerados típicos dos contextos mais antigos das Mesas do Castelhinho (*idem; Estrela 2001, 59*). É o caso da peça representada na Estampa n.º 25, n.º 4.

A nível da cerâmica oxidante a torno é de salientar alguns bordos, de formas genericamente incluídas no mundo «íbero-turdetano», com a habitual decoração pintada em bandas de cor vermelho.

Mas o grande indicador cronológico desta etapa é o fragmento de cerâmica ática, recolhido nos níveis de regularização do conjunto arquitetónico. Trata-se, de um fragmento de *Kylix* do pintor de Viena 116, do período Clássico Tardio (Arruda 2007, 26). No Cerro do Forte recolheram-se em contextos de superfície, em 2000 dois fragmentos de cerâmica ática, sendo um, um fragmento de *Kylix*, obra do pintor do exemplar acima referido (Nunes da Ponte 2000, 135). Esta forma é uma das mais comuns na Península Ibérica dentro do panorama das importações gregas deste período, destinando-se ao consumo de vinho (Arruda 1997 *apud* Nunes da Ponte 2000, 135), revelando a sua presença a adopção por parte das populações indígenas de hábitos ou talvez mesmo modelos culturais mediterrânicos (*idem, ibidem*). A sua presença no povoado de Garvão demonstra o florescimento económico e o poder aquisitivo de alguns elementos, (a avaliar pela sua representatividade no seio dos espólios locais), dentro da população existente no local.

Podemos ainda aliar os momentos iniciais da fundação do povoado, aos contextos do nível III A de Badajoz (Berrocal Rangel 1994b, 172), demarcado, no Sudoeste, pelo desaparecimento, no registo arqueológico das cerâmicas áticas (*idem*) a partir de meados do século IV a. C. Será ainda de relacionar com os níveis e 3 e 4 da Ladeira Norte do *Castillo de Medellín*, associados à “*Cultura de los Oppida*” na Extremadura Espanhola (Almagro Gorbea, Martín Bravo, 1994, p. 113). Tem ainda algumas semelhanças com a Fase I do Castro de *Entrerrios* (Badajoz), datada do século IV a. C (Rodríguez Díaz 2011,102).

A nível regional coincide com os momentos iniciais da instalação do povoado de Beja manifestado pela edificação da cerca defensiva e compartimentos habitacionais, adjacentes, escavados na Rua do Sembrano em Beja (Grilo 2006, 111). A este primeiro momento associavam-se fragmentos de cerâmicas com pintura bícroma a castanho e vermelho, fragmentos com motivos pintados filiformes de tradição “íbero-turdetana” e cerâmicas manuais onde se destacou um fragmento com aplicação em cordão com incisões oblíquas contrapostas (*idem*). De realçar um fragmento de *Kylix* de figuras vermelhas com decoração em palmetas, definindo uma cronologia de estabelecimento e arranque do programa defensivo datada dos inícios do século IV a.C., corroborada pela presença de outros fragmentos de cerâmicas áticas (*kylixes e pateras*), oriundos dos estratos de revolvimento e destruição da muralha (*idem,ibidem*), bem como um fragmento de uma urna de orelhetas de fabrico local.



Encontra ainda similaridades no espólio proveniente dos níveis fundacionais das Mesas do Castelinho: fase III e parcialmente à fase II (2.^a quartel do séc. IV a. C) adscrevem-se ânforas dos tipos T.8.2.1.1, do tipo 11.2.1.6 e T.8.1.1.2 relacionadas com o envase e contenção de produtos oléiculas, vinho e preparados de peixe (Estrela 2011, 31). Neste sítio regista-se um maior acesso a obtenção destes itens nos momentos iniciais de fundação do povoado (*idem*). Associam-se também fragmentos de cerâmicas áticas nomeadamente duas taças Cástulo recolhidas em contextos primários, a um fragmento de *Kylix* do pintor de Viena 116 proveniente de contextos secundários e uma taça da forma 24 A de *Lamboglia* (Estrela 2011, 60), e recipientes decorados com matrizes impressas dos grupos I e II de Carlos Fabião (1998, vol. II, 89), bem como recipientes de serviço de mesa pintados, de fabrico andaluz (Estrela 2011, 80).

Em face do exposto, apenas podemos aguardar, que novas intervenções permitam esclarecer melhor este momento cronológico antigo, relacionado com a extensão do povoamento, a plataforma da Cerca do Adro.

Na Cerca do Adro, a remodelação arquitectónica efectuada, de acordo com um planeamento prévio, corresponde à construção do conjunto, em torno a um eixo estruturante de circulação, (sendo a parede traseira das construções a muralha), sobre uma ocupação anterior, datada, como vimos do século IV a. C. Todavia, esta remodelação não está suficientemente documentada, com uma área de escavação de apenas 135 m². O que, dificulta a perceção da generalização, (ou não), desta remodelação urbanística ao conjunto do povoado, impedindo a confirmação da hipótese do erigir de um novo povoado sobre as ruínas do anterior, em função de dois novos *axis mundi* como são a muralha e os (s) espaços de circulação – eixos viários. Sublinhe-se, se é que se trata de uma renovação do urbanismo, e não uma mera reformulação de um determinado quarteirão ou conjunto residencial. A «renovação» foi detetada e materializada na construção da estrutura defensiva, à qual se justapõe, pelo menos, 3 edifícios paralelos, com a mesma orientação. Dispostos, aparentemente, acompanhando a topografia natural do terreno, com o vão de abertura, (no único edifício com a planta arquitectónica bem definida e escavado integralmente), a Norte a um eixo de circulação que articula a distribuição e a circulação do espaço. Se a Sul, o limite traseiro das casas é o pano de muralha do povoado, as paredes medianeiras entre os 3 edifícios são comuns. Destaca-se a constatação da existência de um segundo piso no edifício I, documentado através da presença de uma escada adossada à fachada do edifício. O espólio atribuível a este momento cronológico manifesta-se nas três fases de funcionamento e remodelação do edifício I, cadenciadas pela sobreposição em posição central de três lareiras, distintas do ponto de vista morfológico.

Assim, os indicadores cronológicos associados a este momento, plasmam-se nos níveis de preparação e regularização, quer das superfícies de instalação da muralha, muros e pavimentos, quer nos próprios níveis de funcionamento e faseamentos arquitectónicos escavados no edifício I. Durante a escavação arqueológica e posterior estudo dos materiais, uma das sensações com que ficamos foi, a da relativa indiferenciação do espólio recolhido nas fases de funcionamento, do edifício I, sendo este muito homogéneo. O que sugeriu uma



relativa indiferenciação cronológica e sobretudo a sensação que seria um processo muito rápido.

As evidências materiais exumadas nestes níveis, de que se destacam na primeira fase de funcionamento do edifício I, um recipiente cerâmico manual da Forma V, variante C do Repertório Cerâmico (Est. 44, n.º 3) contribuem, (apesar de muitas vezes se encontrarem associado a cronologias longas de utilização), para o esclarecimento do período de construção e utilização deste conjunto. O recipiente é um dos indicadores cronológicos, para a datação deste primeiro momento de utilização desta habitação, via os paralelos assimiláveis, desde a Estremadura espanhola ao Sudeste português. Na Estremadura Espanhola, no *Castréjon de Capote* reconhece-se esta forma entre os materiais provenientes do Depósito A, cujo período de funcionamento é datado dos séculos IV-III a. C (Berrocal Rangel 1991 a, 153), com obliteração em torno ao século II a. C. Em Portugal entre os paralelos reconhecidos, encontram-se exemplares datados, desde o séc. VII-VI a. C em Segóvia, Elvas (Judíce Gamito 1986, 72); até aos séc. IV - III a. C no depósito votivo de Garvão (Beirão, *et alii* 1985: 63, n.º12), bem como em Miróbriga e na Pedra da Atalaia em Santiago do Cacém (Soares - Silva, 1979, 160, Est. I; Silva, 1978, 126) ou em Pomar 1 (Ervidel), ainda que com motivos decorativos mais complexos e variados. De acordo, com os autores da escavação deste sítio, o tamanho deste tipo de recipientes diminui progressivamente em função do avançar da cronologia (Berrocal Rangel - Parreira 1991, 32). Segundo Luís Berrocal Rangel (1994, 149), esta forma desaparece dos conjuntos cerâmicos em torno do séc. II a. C substituída por recipientes a torno (*idem, ibidem*).

No interior do edifício I, mas na fase arquitectónica II, destaque-se um recipiente fragmentado em conexão utilizado na construção de uma lareira, ao centro do compartimento I (Fig. 7, Estampa 54, n.º 1). Os melhores paralelos registam-se nas peças do Depósito Votivo na dita «cerâmica comum montada ao torno», descrita como, um vaso de bojo ovoide ou piriforme, de tendência bitroncocónica, bordo extrovertido, pé destacado e fundo ligeiramente côncavo (Beirão *et alii* 1985, 66-67, fig. 19, n.º 31), podendo surgir em cerâmica pintada (*idem*, 70, n.º 35). No *oppidum* de *Hornanchuelos* (Badajoz), na necrópole associada de *El Peñascon* reconhecem-se formas semelhantes (Rodríguez Díaz-Jiménez 1987-88, 27, fig. 7, n.º 3). A utilização da necrópole é datada desde meados do século III a. C. à mudança da era (Rodríguez Díaz-Jiménez 1987-88, 26). No entanto, trata-se de uma forma pouco esclarecedora do ponto de vista cronológico, pois regista-se ainda desde estratos do séc. VI-V a. C, no mundo ibérico até à plena romanização.

Grosso modo compreender-se-à entre o nível 4 (500-350 a. C) e o nível 2 (152-100 a. C). O nível 4 caracteriza-se pela presença de cerâmicas áticas e o nível 2 é marcado pela introdução das primeiras importações itálicas, campanienses, ânforas púnicas, gaditanas e itálicas. A nível decorativo é marcado pela presença de cerâmicas estampilhadas com séries de SS e pequenas estampilhas (Berrocal Rangel 1994, 39). Assemelha-se também ao nível 3 de Capote, compreendido entre os século IV e o II a. C, mas também ao nível 2 do mesmo sítio (Berrocal Range 1989, 252-57).



O nível 3, corresponde a um período de grande desenvolvimento das estruturas defensivas do povoado (Berrocal Rangel 1994, 39-41). É o momento em que este é reforçado pela presença de um imponente fosso com 20 m de largura por 3, 5 m de profundidade, guarnecendo as defesas (torres e bastiões de planta rectangular) do povoado, no denominado sector B, com paredes de alçado conservadas de até 9 m de altura (*idem*, 41). Nesta fase, sublinhe-se a construção de uma imponente porta, entre dois bastiões centrais da fortaleza (*idem*). Este período é ainda marcado por um importante desenvolvimento do urbanismo do povoado, articulado em torno a uma rua central, para a qual abrem as casas de planta rectangular (Berrocal Rangel 1989, 253) e pela construção do Altar do *Castrejón de Capote* (*idem, ibidem*). Quanto ao espólio identificado destaquem-se os materiais do altar de Capote, assimiláveis aos materiais do depósito votivo de Garvão (Berrocal Rangel 1989; 1994; Beirão *et alii* 1985, 1987);

O nível 2 é marcado pela amortização do depósito de *Capote*, em consequência das atuações bélicas romanas e pelo abandono paulatino do povoado (Berrocal Rangel 1994, 44). Em termos de espólio caracteriza-se pela presença de contas de pasta vítrea de cor azul, agulhas, fíbulas, grandes vasilhas de armazenagem, ânforas republicanas de importação itálica (*Dressel* 1 B-C), produções cerâmicas a torno de cozeduras redutoras e acabamentos brunidos ou polidos, decoradas com pequenas estampilhas (*idem*, 44). Para o autor, o espólio recolhido ilustra um relançamento das relações com o exterior mediterrâneo, dentro dos contextos que as guerras lusitanas e os avances da conquista definem para a segunda metade do século II a. C. (Berrocal Rangel 1994, 45).

O conjunto em estudo poderá, ainda, aproximar-se da cultura material do povoado pré-romano da *Ermita de Belén* (*Zafra*, Badajoz) datado em torno ao século III e os primeiros contactos com o mundo romano (Rodríguez Díaz 1989, 61). Assim, aproxima-se da fase II, mas também da fase III datadas respectivamente dos séculos III e II a. C (Rodríguez Díaz 1989, 61-69).

Quanto aos restantes materiais provenientes, ou de níveis de aterro na rua escavada a Norte do conjunto de construções referidas, u.e.s [042,023,080, 024,025, 041, 049], ou em estratos de difícil interpretação, estes poderão ser englobados, entre o nível III B da Alcáçova de Badajoz (2.^a metade do século IV e o séc. III a. C) e o nível III C. O nível (III B) destaca-se pela introdução maciça de cerâmicas decoradas com matriz estampilhada que apresentam, junto a velhos esquemas mesetenho de Cogotas II ou *Valdepeñas* (Berrocal Rangel 1994 b 175), tipos e traços específicos do Sudoeste associados à sua precoce presença, em Segóvia (Berrocal Rangel 1994, 175; Gamito 1986, 65). É o período da proliferação das grandes estampilhas de motivos geométricos, denominadas de polígonos radiados, abundantes por toda esta área desde o Alentejo até à denominada Béturia Céltica (*idem*). Abundam, também, os recipientes a torno de cerâmica redutora e oxidantes decorados com pintura monocroma, a vermelho ou a preto, e bicroma conjugando estes dois tipos. Registe-se um aumento da cerâmica manual decorada com aplicações plásticas de cordões, mamilos, incisões e impressões, seguindo tradições rastreáveis à Idade do Bronze, com paralelos nos depósitos de Capote e Garvão (Berrocal Rangel 1994b, 177). O



nível III C é datado pelo autor, desde finais do século III a meados do século II a. C., caracterizando-se pela continuidade dos espólio e decorações, em relação ao nível anterior. Apenas a presença de Campanienses A e um certo aumento do número das cerâmicas a torno oxidadas e com pintura monocroma, perante a ausência da bicroma, o aumento das cerâmicas redutoras a torno e uma diminuição dos tamanhos das estampilhas, permitem diferenciar este momento, em relação ao anterior, correspondendo a fase 3 de Capote e aos níveis do Depósito votivo de Garvão (Berrocal Rangel 1994 b, 177)

Entre a totalidade do espólio recolhido em Garvão, quer no interior dos edifícios, quer no exterior sublinhe-se:

A ausência de cerâmicas pintadas na modalidade bícroma (preto e vermelha), reconhecida, por alguns autores, como um indício de antiguidade que se encontra ausente em registos mais recentes tais como: *Hornanchuelos*, *Capote 2* ou *Nertobriga*, decaindo esta modalidade, a partir do séc. IV para desaparecer em torno ao século III a. C (Berrocal Rangel 1994b, 177). A ausência de cerâmica cinzenta fina a torno, escassa nos níveis de utilização do depósito de Capote e pelo contrário abundante no nível 2 do povoado (Berrocal Rangel 1994, 71). A inexistência de decoração roletada, a qual em *Capote* ou em *La Martela de La Segura, Leon*, apresenta-se como um elemento decorativo muito comum durante o século II a.C. (Berrocal Rangel 1994, 106), surgindo em *Nertobriga* apenas em níveis de meados do século I a. C (*idem*). Alíás a conjugação da decoração com grinaldas feita com roleta sobre recipientes com decoração «estampilhada» tem sido sublinhada como uma peculiaridade tardia (Fabião 1998, vol. II, 100).

Por outro lado, registre-se quando comparada com o espólio dos grandes depósitos do século III, de Garvão, ou com o espólio do altar de Capote, onde a cerâmica manual atinge uma grande variedade decorativa (Berrocal Rangel 1994b; Beirão *et alii* 1985; 1987) e sobretudo uma profusão, exuberância e riqueza decorativa muito grande que, neste contexto não se manifesta. É certo que estão presentes os esquemas de aplicações plásticas com cordões incisos e digitados, bem como mamilos conjugados com incisões, todavia não atingem o volume ou a variedade referida. A mesma constatação foi observada no espólio da Rua do Sembrano (Beja) onde a autora refere que a manifestada profusão decorativa associada a contextos coevos do Sudoeste, não encontre paralelos na sequência local escavada, ainda que esta observação possa ser matizada pelos dados dos acervos de deposição secundária, onde estas gramáticas decorativas estão representadas, com as aplicações plásticas, os cordões, mamilos e as pequenas aplicações e as incisões (Grilo 2006, 111).

O grosso da decoração identificada reporta à cerâmica oxidante e dentro desta à pintura, exclusivamente monocroma de cor vermelho arroxeadado ou castanho-escuro, em bandas e filetes produzidos a pincel. A escassez de decoração parece funcionar como elemento caracterizador da cerâmica do século II a.C. O próprio facto de existir somente pintura monocroma, parece implicar, segundo alguns autores, um aspecto tardio dentro da Idade do Ferro (Rodríguez Díaz 1991, 57).



As decorações elaboradas com grandes matrizes «estampilhadas» características dos séculos IV e III a.C. são minoritárias no conjunto e atestam um carácter residual. A utilização destas peças parece cessar durante o século II a.C., previamente ou logo após, os primeiros contactos com o Mundo romano (Berrocal 1989-90, 258; Fabião 1998, II, 63). Todas as restantes cerâmicas, dificilmente permitem, face à grande diacronia das formas registadas, patente nos paralelos buscados, qualquer afinação cronológica. A ausência de elementos de importação itálicos, à exceção do fragmento de Campaniense A, que convive bem com uma cronologia do séc. II a. C., pode utilizar-se como argumento de datação para um *terminus* da ocupação do local anterior ao século I a.C.

Para Luis Berrocal Rangel (1992, 105), do século II a. C. aos finais do século I a. C. é marcado pelo desaparecimento das cerâmicas manuais e a sua substituição por cerâmicas a torno, surgindo a cerâmica cinzenta, assim como imitações de campanienses. As decorações são basicamente estampilhadas, mas claramente distintas dos tipos que proliferam na fase anterior, uma vez que, não só o tamanho se altera em dimensões, reduzindo-se, como se torna mais estilizada em forma de reticulados ou palmetas, por vezes de rosetas, acompanhadas de produções oxidadas parcas em decorações e que quando existem são simples bandas vinosas, maioritariamente monocromas (*idem*, 106).

Os níveis de aterro do espaço de circulação identificado, incluem espólio muito homogéneo e coerente do ponto de vista cronológico, cujas cronologias apontam para um contexto material dos séc. III-II a. C, particularmente evidente pela presença de ânforas púnicas de tipo *Tiñosa*. Este momento cronológico convive bem com o fragmento de campaniense A exumado num pavimento em terra batida relacionado com a fase II de ocupação do Edifício, à qual se segue o seu abandono. Ou seja, relacionado com as mais antigas presenças romanas no Sudoeste Peninsular. Por outro lado, é o momento em que a decoração na maioria dos recipientes manuais, deste período, atinge o apogeu englobando velhos esquemas de tradição local rastreáveis no Bronze Final da região, conjugando com estímulos de cariz continental e outros de feição setentrional. O limite desta fase data do século II a. C e é marcado pela introdução das primeiras cerâmicas de importação romanas, nomeadamente as campanienses A, marcadas num primeiro momento pela sua chegada à Península Ibérica com as campanhas militares romanas de conquista (Sítimo 2011, 45).

Neste quadro ocupacional, a estratigrafia da Garvão apresenta simultaneidades com outros locais da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, “renovados” sob a ocupação romana, como *Aeminium*, Coimbra (Carvalho, 1998), o Castelo Velho de Santiago do Cacém, Miróbriga (Fabião, 1998), Mesas do Castelhinho, Almodôvar (Fabião, 1998, 2006, 2008, 2010; Estrela 2011), *Olisipo* (Pimenta, 2004), Santarém (Arruda, 1994, 1996) ou a Rua do Sembrano - Beja (Grilo 2006), testemunhando as profundas contradições e ritmos do fenómeno da Romanização e da forma com se fez sentir nas diferentes populações pré-romanas.

8. Conclusões



Os trabalhos de campo em Garvão, cujos resultados aqui apresentamos, decorreram em várias campanhas, sendo numerosos os resultados, merecendo a quantidade da informação disponibilizada discussão, tendo em consideração um contexto mais vasto.

As ocupações pré-romanas do sítio importa referir, foram documentadas por materiais arqueológicos devidamente associados, contextualmente, a estruturas habitacionais. Esta ocupação presumida para o sítio, desde o aparecimento e escavação do célebre Depósito Votivo de Garvão em 1982 (Beirão *et alii*. 1985), agora arqueologicamente documentada, teve o seu início durante o segundo quartel século IV a.C., (Arruda 2007). Deste primeiro momento, como vimos, recolheu-se sobretudo espólio residual, pois o momento forte de ocupação, escavado na Cerca do Adro, datará dos séculos III-II a. C. É deste momento que datará a maior parte do espólio recolhido nos níveis pré-romanos e republicanos.

A cronologia da ocupação humana de Garvão, da 2.^a metade do I milénio a. C. é compatível com o que conhecemos de outros sítios sidéricos do Sudoeste Alentejano e litoral algarvio. A nível geral é o momento em que se verifica, nas palavras de Luís Berrocal Rangel (2005, 123) uma verdadeira «colonização», com a fundação de inúmeros sítios fortificados fortemente relacionados com ribeiros e cursos de água, mineração, a criação de gado e uma forte e personalizada cultura material (*idem*). Como tal, a presença hispano celta manifesta-se, neste período, por inovações a nível da cultura material, (a nível da cerâmica manual e a introdução de cerâmicas decoradas com matrizes estampilhadas), recolhida em povoados de tipologia nova, que desde finais do séc. V a. C se vai documentando nas terras onubenses, alentejanas e extremenas, em forma de povoados fortificados em espigão fluvial, de ribeiro ou *oppida* com áreas, na Bacia do Sado e Guadiana, compreendidas entre meio e 3 hc (Berrocal Rangel 1992, 216).

No Algarve é o momento em que se fundam novos núcleos como é o caso de Faro e talvez de Vila Velha do Alvor (Arruda 2008,188), de Monte Molião - *Lacobriga* (Arruda 2008) ou o Cerro da Rocha Branca. Falando alguns autores em verdadeira colonização do Extremo Ocidente (Arruda *et alii* 2005; Arruda 2008, 188). Esta, relacionar-se-á com a chegada, tardia, de populações mediterrâneas ao Algarve ocidental, o que contrasta com a situação observada no Algarve oriental onde, desde a primeira metade do I milénio a. C., se evidenciam níveis relacionados com a presença de populações mediterrâneas (*idem*). Esta suposta «colonização» terá de ser encarada em função do papel que Cádiz desempenhou na economia do ocidente durante o 1.º milénio a.C. e numa economia baseada na exploração dos recursos agrícolas e marinhos (Arruda 2008, 189; Arruda-Silva 2008, 969). No fundo tratar-se-á, tal como Ana Arruda referiu, de uma verdadeira gaditanização da Hispânia (Arruda-Sousa 2008; Chic Garcia 2004), manifestada no facto da maioria dos produtos manufacturados e alimentares, inferidos a partir das cerâmicas recolhidas em: Monte Molião (Arruda 2006, 2008); Cerro da Rocha Branca (Gomes 1993, 89); Faro (Sousa *et alii* 2005) e na segunda metade do milénio em Castro Marim (Arruda 2001) terem origem na



área de Cádiz (Arruda 2008, 188), até por uma evidente relação de proximidade geográfica (Arruda *et alii.* 2005, 185).

Por outro lado, em Castro Marim as escavações evidenciaram em torno aos finais do séc. V a. C., uma profunda alteração estrutural a nível urbanístico e um outro quadro tipológico ao nível do espólio, com as primeiras importações gregas e abundantes ânforas de tipo Maña Pascual A4 e *Tiñosa* (Arruda *et alii.* 2005, 205; 2005, 288). Os espólios evidenciam uma integração no universo da Andaluzia ocidental, sendo importantes as importações do Baixo Guadalquivir e da Baía de Cádiz (Arruda 2008, 318). Também em Tavira, neste período, parece poder equacionar-se um cenário semelhante, com a aparente expansão da área ocupada (Arruda-Silva 2008, 969; Maia 2004, 7).

Na zona de Ourique, bem como no Alentejo Central (Calado *et alii* 2007), nos séculos VI a.C e V a. C verifica-se um povoamento caracterizado pela agregação de populações em pequenos sítios de habitat, no qual estão ausentes as preocupações naturais com a defesa, com a típica implantação a uma cota baixa, no meandro de um rio, desprezando as cotas mais altas (Beirão 1986; Beirão-Correia 1991; Correia 1993, 1996; Arruda 2005, 2007). As similaridades entre as duas zonas alargam-se às cronologias de ocupação dos estabelecimentos, prolongando-se em alguns sítios até ao século III a. C (Arruda 2006, 309).

Apesar de, até há bem pouco tempo ser defensável afirmar que o início da Idade do Ferro do Alentejo se tinha iniciado com este tipo de ocupação (Arruda *et alii* 1995, Arruda 2006, 309), hoje de acordo, com informações para o Alentejo Central (*idem*), é consensual que se poderá ter iniciado, seguindo outro modelo de implantação: em altura, de que é exemplo, o Alto de São Gens (*idem, ibidem*). Este sítio com uma ocupação do Bronze Final, sobrepondo-se uma ocupação sidérica em torno ao séc. VII a. C. (*pithoi* e ânforas de tipo 10.1.2.1) é posteriormente abandonado em função do modelo de instalação de povoados abertos do Pós-Orientalizante. De acordo, com a autora, o modelo de povoados orientalizantes em altura, não é conhecido em Ourique, podendo todavia a situação verificada na Serra de Ossa estender-se a outras zonas (*idem*). De facto, as escavações por nós efectuadas em Garvão, na Rua da Oliveira (Capítulo 4, Figura 26) comprovaram a existência de uma ocupação sidérica que não deverá ser posterior ao século VI a. C em Garvão (Nunes da Ponte, 2010), o que demonstra que, também em Ourique, a Idade do Ferro poderá ter-se iniciado, de acordo com o modelo de instalação em altura, com povoados fortificados, em locais de ampla diacronia ocupacional, relacionados com o controle de espaços de transitabilidade, ou estratégicos (Mataloto 2009, 279).

Para a zona de Castro Verde conhecem-se um conjunto de sítios interpretados como povoados e necrópoles, com cronologias dos séculos VI-V (Arruda 2001, 2008), mas, seguindo as mais recentes reinterpretações, as jazidas deverão antes ser interpretados como espaços cultuais (Maia-Maia 1986; Mataloto 2003; Arruda 2001; Arruda 2005, 2008), correspondentes a disseminação de uma área, eminentemente religiosa, por vários monumentos, materializada na recolha de espólio com indiscutível carácter simbólico e religioso, como o presença de dois *larnakes* em Neves I (Arruda 2008, 313), ou as



terracotas zoomorfas e antropomorfas de Corvo I (*ibíd.*) combinada com a análise das arquitecturas e técnicas construtivas dos distintos sítios.

Deste período, em Garvão, 500 m a Sudoeste do povoado (Figura 2) destaque-se a recolha no sítio arqueológico Arzil 8, em trabalhos de prospecção de 1996, de uma asa de uma taça Cástulo relacionada com a existência de uma necrópole. O sítio, uma encosta muito suave, perto de linhas de água obedece aos cânones de localização das necrópoles conhecidas em área vetónica e celtibérica (Lorrio 2008, 23). É de realçar, à superfície a existência de uma estela fincada a assinalar o lugar de uma sepultura. O uso de estelas em necrópoles, do ponto de vista geográfico é extremamente disperso registando-se entre lugares tão distantes como Lérida, Sevilha, Alicante ou Ávila. No entanto, é um dos elementos característicos das necrópoles celtibéricas. Neste âmbito cultural, o uso de estelas funerárias começa em finais do século V a.C., desenrolando-se predominantemente ao longo dos séculos IV e III a. C (Lorrio Alvaredo, 1999). Mas também se regista nas ditas necrópoles dos sítios «do Ferro de Ourique» escavados nas décadas de 70 e 80 do século passado (Beirão 1986), cujas cronologias revalidadas, em face da revisão dos espólios, foram colocadas em momentos mais tardios, nos séculos VI-V a. C em contraste com as cronologias anteriormente propostas dos séculos VII-V a. C (Beirão 1986, 88; Correia 1993, 101; Arruda 2001, 227). A importância destes sítios manifesta-se ainda pois aqui se registam as chamadas estelas epigrafadas com escrita do Sudoeste, ainda que poucas tenham sido recolhidas em posição primária, surgindo normalmente reaproveitadas na construção dos túmulos, todavia na escavação da necrópole da Fonte Santa, em Ourique, detectou-se uma estela anepígrafa implantada no topo (Beirão 1986, 66), assim como no túmulo III da necrópole da Mealha Nova.

Perante o exposto, uma cronologia do século V a. C para esta necrópole não é dispicienda, ainda mais, se associada a presença de uma taça Cástulo, típico de contextos Pós-Orientalizantes. Até ao momento não temos ainda elementos que permitem afirmar que, neste período o Cerro do Forte estaria ocupado, todavia temos evidências que até ao séc. VI a. C o estaria e posteriormente no século IV a. C., também, pelo que seria bizarro existir um hiato de um século. Assim sendo esta necrópole deverá estar relacionada com os momentos iniciais de ocupação do povoado de Garvão da segunda metade do I milénio a. C. Ilustraria também uma continuidade de ocupação do sítio, seguramente, desde o Bronze Final. Esta continuidade, afinal, poderia ser entendida num quadro de relações em que a existência de povoados fortificados maiores integrar-se-ia com estes, se se considerassem centros que centralizam algumas funções determinantes que dependeriam da exploração directa dos recursos naturais e nas quais as relações inter grupais e o *status* social assentavam (Arruda 2001, 284), num quadro de relações inter grupais de subordinação entre os diversos sítios de habitat (Arruda 2001, 284). Ao contrário, do que a autora, Ana Arruda, afirmou em 2001 (Arruda, 2001, 288), hoje existem indícios mais do que suficientes para considerar seriamente a ocupação contínua do habitat no Cerro do Forte em Garvão, em torno do qual orbitariam uma série de sítios da envolvente, entre os quais será de incluir a necrópole do Arzil, local de proveniência de uma estela epigrafada com escrita



do Sudoeste (Beirão 1986, Correia 1993, Arruda 2001), associada a um povoado aberto de clara vocação mineira (Beirão 1986, Correia 1993) e agrícola (Arruda 2001), afinal próximos do local de implantação da necrópole de Arzil 8.

Neste caso, a construção de um povoado fortificado em Garvão não terá sido um reflexo da quebra de um modelo das instalações rurais dos pequenos e grandes núcleos de planta rectangular com planimetrias axiais ou do edifício singular e de prestígio de Fernão Vaz, mas em alternativa seria um caminho para uma progressiva nucleação, do crescimento das aptidões urbanísticas dos núcleos, e na localização deles dos principais mecanismos sociais e económicos de espaços geográficos progressivamente mais vastos (Correia 2002).

No entanto, a nível regional, em torno ao século V a. C. registre-se as mencionadas profundas mudanças no padrão de instalação e alterações ao nível do registo material, que ocorrem em sintonia com o sucedido no Sudoeste Peninsular. Na zona de Almodôvar, em finais do século V a. C. inícios do IV a. C. é fundado o aglomerado fortificado das Mesas do Castelinho, sendo os indicadores deste primeiro momento cronológicos, as taças Cástulo, alguns exemplares de cerâmicas áticas de figuras vermelhas e as ânforas Ibero-púnicas procedentes da baía gaditana (Fabião-Guerra 2008, 99). Demonstrando não só um nexos evidente entre o interior e o litoral, neste caso via o Guadiana, mas também entre este novo modelo de instalação e os núcleos de povoados abertos sidéricos da área de Neves-Corvo, Castro Verde, Almodôvar e Ourique (Fabião-Guerra 2008, 100) que incorporam no espólio, a nível da panóplia de circulação suprarregional, o mesmo tipo de artigos. As hipóteses colocadas para esta situação explanam-se nas seguintes opções: ou este núcleo se formou após o abandono dos primeiros, num fenómeno de sinecismo, ou a sua fundação deverá ser relacionada com a chegada de aportes populacionais estranhos à região (*idem, ibidem*). Todavia como verificamos acima, esta alteração do padrão de implantação, não implicou uma rutura nos circuitos de abastecimento comerciais do povoado de artigos de «luxo» mantendo-se as relações com o litoral mediterraneizado (*idem*). Mas algo muda na cultura material. De facto, a partir deste momento surge na panóplia indígena a presença de recipientes de armazenagem decorados com matrizes impressas, vulgarmente designadas por cerâmicas estampilhadas, estranhas ao registo material dos antigos núcleos existentes na região (*idem*). Sublinhe-se apesar, da introdução de elementos estranhos ao nível da cultura material, que o acesso aos artigos gaditanos demonstra a existência de uma continuidade nos circuitos comerciais durante a II Idade do Ferro. Os povoados do interior, centros recetores destes produtos anfóricos e, sobretudo, dos seus conteúdos, integrar-se-iam numa vasta rede comercial, suficientemente dinâmica para permitir a difusão dos produtos gaditanos (Estrela 2011,32), na qual se enquadra o sítio de Garvão, patente quer através da recolha de ânforas no depósito de Garvão, indeterminadas do ponto de vista morfológico mas interrogadas como podendo ser “ (...) “*púnicas*” ou *ibéricas*?” (Beirão *et alii* 1985, 111), quer nas escavações em estudo da Cerca do Adro.

Garvão insere-se numa teia de redes comerciais, certamente comuns ao seu «vizinho» povoado das Mesas do Castelinho (Estrela 2011, 100). Um estudo efectuado, no âmbito, de uma tese de mestrado, relativo ao sítio mencionado, aborda precisamente as



questões das redes de intercâmbios e rotas comerciais, responsáveis pela distribuição e abastecimentos de produtos ditos «exóticos» ao interior, sublinhando a presença das cerâmicas áticas, ânforas ibero-punicas, cerâmica de *Kuass* e cerâmica pintada. Neste estudo, baseado no traçar de rotas de presenças \ ausências destes produtos nos diversos sítios sidéricos do Sudoeste, é preconizado, embora não exclusivo, um acesso predominante, destes artigos, via a rota do Guadiana dentro de um quadro regional, a que não seria alheia a presença de um importante porto fluvial em Mértola, localizado na margem esquerda do Guadiana e relativamente perto do povoado (Estrela 2011, 89). Aquele porto seria, por sua vez, recetor e redistribuidor dos produtos que chegariam via marítima do entreposto comercial de Castro Marim. Outras hipóteses de abastecimento passariam por rotas terrestres, no sentido Sul-Norte, a partir talvez de Faro, mas também de Tavira ou de *Cilpes* portos marítimos em época pré-romana (Estrela 2011, 94). Uma rota que cremos ter sido desvalorizada, por esta autora no quadro de abastecimento às Mesas do Castelinho, será a via do Sado, via Alcácer do Sal, importante entreposto comercial, o qual revela desde cedo uma extraordinária recetividade aos produtos de acesso mediterrâneo, que se materializa, quer no povoado, com uma cronologia de ocupação desde o séc. VII ao séc. I a. C (Beirão *et alii* 1980-81; Gomes 2010,11), quer na necrópole escavada do Olival do Senhor dos Mártires. Susana Estrela no seu estudo desvaloriza esta rota, por questões de proximidade e maior distância geográfica, comparativamente aos sítios do litoral alvarvio (Estrela 2011, 88). Esta rota obrigatoriamente passaria pelo sítio de Garvão. Outra hipótese de abastecimento será a partir do estuário do Mira navegável até à Vila de Odemira, posteriormente entrelaçava-se com uma via terrestre no sentido Sudoeste- Nordeste. A existência desta via já havia sido assinalada por Luis Berrocal Rangel (1992, 257), conectando o estuário do Rio Mira com a Foz do Guadiana e abrangendo no seu traçado os sítios de Odemira, Garvão, Fonte Santa, Parreira, Atafona e Mesas do Castelinho (*idem*).

O motivo da eleição do local para a implantação do povoado das Mesas do Castelinho, o qual segundo Carlos Fabião e Amílcar Guerra, ocuparia desde a data da fundação as duas plataformas do cerro, parece poder relacionar-se com o controle da ligação Norte-Sul pela Serra do Caldeirão, ligando o Alentejo interior com o litoral, uma vez que a área não dispõe de particular potencial agrícola, ou quaisquer riquezas mineiras existentes nas envolventes (Fabião-Guerra 2008, 101). Motivos semelhantes, os do domínio de eixos de cruzamento e vias de comunicação importantes, terão conduzido, desde o Bronze Final, à eleição do sítio de Garvão para a implantação do povoado homónimo, a que pelo menos em meados da segunda metade do primeiro milénio a. C. deveremos acrescentar o fenómeno religioso.

Em termos de cultural material destacam-se, no registo das Mesas do Castelinho, os artigos exóticos de origem mediterrânea e elementos novos: as cerâmicas de matriz estampilhada (Fabião-Guerra, 2008, 102). A nível da arquitetura este primeiro momento do povoado parece ter funcionado como um povoado cego, com as construções adossadas ao perímetro marcado pelas defesas, de planta radial, deixando ao centro amplo espaço não edificado (*idem*).



Ao traçar um panorama deste período, nesta região, poderiam ser chamados à colação, outros povoados com ocupações reconhecidas deste período e obedecendo ao mesmo padrão de implantação, em espigão fluvial, com evidentes semelhanças a nível da cultura material, quer em termos de produções manuais, quer em termos de artigos de importação, como é o caso de Miróbriga *Celticorum* (Silva-Soares 1978), ou o *oppidum* de Beja (Grilo 2006). A estes povoados fortificados e ao *oppidum* de Beja teremos de acrescentar as ocupações abertas deste período, pequenos povoados eminentemente de carácter agrícola, como a sua implantação parece demonstrar, os quais certamente foram mais numerosos do que o registo arqueológico permite apreender.

Estão neste caso, no concelho de Ourique e na esfera de influência do povoado de Garvão que cristalizaria o seu papel enquanto «lugar central», os povoados abertos da Fonte Santa e Ilha Grande e a necrópole pré-romana da Fonte Santa, localizados por Caetano Beirão, próximos da necrópole sidérica por este escavada e denominada Fonte Santa (1986, 72; Correia 1993). Num modelo de ocupação do território semelhante ao identificado em Aljustrel, com a Herdade do Pomar e o povoado fortificado do Castelo Velho do Roxo (Berrocal Rangel-Parreira 1991) ou na zona de Beja (Grilo 2006).

Todavia, Mesas do Castelinho, pelo que se conhece será o povoado que reflete as maiores parecências em termos da dinâmica de ocupação do sítio. Com semelhanças, com o povoado de Garvão, quer em termos de implantação geográfica: ambos são povoados em espigão fluvial, tipo 3 de Berrocal Rangel (1995, 205), quer em termos de áreas de ocupação. Nos dois povoados as áreas estimadas de ocupação são muito similares 3, 5 hc para o aglomerado das Mesas do Castelinho (Fabião-Guerra 2008, 93) e 3 hc para Garvão (Beirão *et alii* 1985), em consonância com os padrões de povoamento do Sudoeste Peninsular, na dita área «céltica» deste horizonte cronológico e finalmente, em termos de localização geográfica \ implantação.

Por fim, nos dois povoados o principal motivo para a sua instalação, (ainda que não exclusivo), terá sido determinado pelo controle em pontos estratégicos, de vias de comunicação no sentido Sul-Norte, Este-Oeste, e Sudeste-Noroeste, no caso de Garvão e no caso das Mesas do Castelinho pelo controle de uma das vias de travessia da Serra do Caldeirão (Fabião-Guerra 2008, 93; Fabião-Guerra 2010; Estrela 2011). É de realçar que analisando as vias de naturais de comunicação, Jorge de Alarcão localiza na região de Ourique um dos pontos de apoio ao caminho que ligaria a foz do Tejo ao litoral tartéssico, referido na «Ora marítima» de Avieno. Ourique parece estar, assim, no cruzamento das mais importantes rotas do sudoeste peninsular (Arruda 2001, 234).

Nas Mesas do Castelinho cuja data de fundação, apontada pelas cerâmicas áticas e pela presença de ânforas ibero-púnicas, é estimada em torno ao séc. V a. C - inícios do IV (Fabião-Guerra 2008, 99) são perceptíveis no registo arqueológico uma série de alterações e transformações na organização interna do povoado, materializadas na descativação da estrutura defensiva do povoado, sem se documentarem indícios de violência, o que leva os autores a afirmarem que se tratou de um derrube pactuado (*idem*, 101). Espelhada em distintas casas justapostas, com análoga orientação, sem vãos abertos ao exterior,



construídas sobre o interface de destruição da muralha, com a aparência de povoado cego (*idem, ibidem*) tal como o anterior aglomerado aqui existente. Registe-se relacionada com este momento a existência de habitações com segundo piso, cujo acesso se faria via escadarias adossadas às fachadas, em analogia com o detectado em Garvão no edifício 1 (ver capítulos 5 e 6). Para os autores, esta característica morfológica é peculiar, uma vez que, de acordo com estes, não tem precedentes na arquitetura indígena local, nem na arquitetura romana, devendo rumar ao mundo ibérico na busca de paralelos (Fabião-Guerra 2008, 102). A renovação do urbanismo implicou um desenho da malha do povoado em torno a vias de circulação, estruturando eixos longitudinais ao longo dos quais se alinharam as casas. Este momento de renovação das Mesas situa-se, com base na presença de importações itálicas, em torno ao século I a. C. (*idem*).

É difícil caracterizar em termos de cronologia fina em que momento se terá efectuado a alteração urbanística, escavada na Cerca do Adro. Pelas características globais do espólio seríamos «obrigados» a inserir esta alteração no período de tempo que medeia entre o século IV e o século II a. C, balizado pelos «fósseis diretores» que são, a recolha de cerâmica ática nos estratos construtivos da remodelação e a cerâmica campaniense, nos estratos de ocupação finais de uma das habitações do mesmo. No entanto, o carácter fragmentado e muito rolado das peças provenientes do interior do edifício I, claramente revelaram o seu carácter residual.

De facto, uma dificuldade sentida pela maioria dos autores que se debruçam sobre este tipo de contextos é o relativo vazio de informação que subsiste para caracterizar, perante a ausência de itens relacionados com a presença púnica ou cartaginesa, o que inibe classificações mais precisas e finas (Estrela 2011, 22; Salla Séles 2002, 29), contextos indígenas pautados pela cerâmica comum, dificuldade sentida no estudo em exposição, tal como acima comentamos. Esta situação e o facto da maioria dos autores que estudam este assunto, nesta zona geográfica recorrer aos acima mencionados fósseis diretores para balizar momentos de ocupação latos de ocupação nos sítios, leva à dificuldade real de caracterizar contextos, por exemplo relativos aos séculos III a. C. É certo que se encontram materiais relativos a este século, mas, e o caso de Garvão é expressivo a esse respeito, estes materiais surgem associados a cerâmicas campanienses, o que aplicando o princípio estratigráfico, significa que nos encontramos perante cronologias já do século II a. C. Perante isto resulta evidente que apenas temos povoados do século IV e do II a. C, sendo o século III a. C., um vazio. Como proceder para colmatar esta lacuna? No estágio actual dos nossos conhecimentos será extremamente complicado realizar tal tarefa. No entanto a solução poderá estar, na constatação efectuada por Feliciano Sala Sellés (2002, 29) ao debater-se com o mesmo problema, mas para o estudo do mundo Constetano, de que se o que queremos é caracterizar o espólio cerâmico do século III a. C, ainda que o sítio seja abandonado em torno à primeira metade do século II a. C, logicamente a cerâmica comum aqui encontrada poderá ser considerada típica do século III a. C, uma vez que a olaria não se altera substancialmente num período breve de 25-50 anos (Sala Sellés 2002, 29). Com isto em mente, duas hipóteses se colocam: A renovação evidenciada pelo conjunto



escavado deu-se em torno ao século III a. C, ou hipótese tentadora pelo que se conhece a nível local, regional e no quadro do contexto geral da Península Ibérica, esta renovação deu-se em torno ao séc. II a. C.

As intervenções efectuadas nas Mesas do Castelinho permitirem apreender em torno ao século II a. C uma profunda alteração urbanística sobre as construções do antigo «povoado cego». Por outro lado, permitiram ainda apreender o desmantelamento do sistema defensivo do povoado, sem que existam evidências de ter correspondido a qualquer episódio de violência (Fabião-Guerra 2010, 471), correspondendo ambos a um mesmo programa construtivo levado a cabo no povoado (*idem*, *Ibidem*). Este programa de reorganização do povoado foi concretizado em época romano republicana, num momento de cronologia imprecisa, mas claramente situável entre o último terço do século II e os inícios do século I a. C. Estes compartimentos, com algumas reformulações e reestruturações foram utilizados até aos finais do século I a.C. (Fabião-Guerra 2010, 472).

As investigações efectuadas no sítio, com o auxílio da prospecção geofísica permitiram identificar no povoado uma rede de construções, estendendo-se para toda a área, estruturadas em torno de três eixos viários, perpassando a noção de uma clara e cuidada planificação nas construções deste momento, que no entanto se transformou ao longo do tempo, numa dinâmica de ocupação contínua, com frequentes remodelações e transformações (Fabião-Guerra 2010, 474).

Registou-se a presença de habitações alinhadas entre si, com um único vão de abertura orientado à rua, com dois pisos, aos quais se acedia via escadarias exteriores adossadas à fachada (*idem*, *ibidem*), tal como o constatado no denominado edifício I em Garvão. Nas traseiras dos edifícios referidos nas Mesas do Castelinho existiam outras construções consideradas independentes destes, uma vez que não existia qualquer comunicação entre eles (Fabião-Guerra 2010, 475).

No principiado de Augusto toda a área terá sido novamente remodelada, invadindo as construções o espaço viário e o espaço interno dos grandes edifícios foi subdividido em compartimentos de menor entidade (*idem*). No que concerne ao espólio regista-se igualmente uma quebra em termos de importações de produtos «exóticos» nomeadamente de TS de fabrico sudgálico e itálico, entre outros. Apesar de continuarem a chegar a Mesas do Castelinho, mas, aparentemente, em menor quantidade e num quadro de progressivo abandono do local. Esta menor capacidade aquisitiva (ou, pelo menos, menor capacidade de atracção de artigos exóticos) articula-se bem com o carácter mais frágil e a menor sofisticação arquitectónica do edificado desta época. O abandono definitivo ter-se-ia consumado entre os fins do século I e os inícios do II d.C. (Fabião-Guerra 2010, 476).

A investigação permitiu apurar que o povoado iniciou cedo o seu contacto com o mundo romano, aferido pela presença de importações romanas de tipo campaniense A e ânforas do tipo greco-itálicas. A este primeiro contacto corresponderam profundas transformações no povoado: as fortificações foram anuladas e ganhou um novo desenho urbano, bem distinto do anterior (*idem*). Para os autores, neste momento, é claro que as transformações geradas pela nova realidade político-militar decorrente da conquista



Romana, não iniciam o processo de declínio do povoado, muito pelo contrário (*idem*, 477). A este urbanismo associava-se ainda uma forte monetarização da economia local (*idem, ibidem*), mas é inegável que a partir do terceiro quartel do século I a. C, este processo iniciou o seu percurso descendente que conduzirá ao abandono do povoado um século e meio depois (*idem*). Esta dinâmica deverá ser resultado das transformações derivadas das novas políticas efectuadas por Augusto e da sua reorganização administrativa, que implicou a criação da província da Lusitânia, atribuída tradicionalmente a 27 a. C, o que é compatível com os referenciais cronológicos das transformações registadas na Mesa dos Castelinhos (Fabião-Guerra 2010, 478). Acompanhando a reorganização administrativa registou-se a criação dos *conventus iuridicis* de âmbito mais amplo e as comunidades cívicas que se auto administram independentemente do seu estatuto (*idem*). *Pax Iulia* é então escolhida para ser a sede do convento, constituindo-se como um novo polo, com enorme impacto em toda a região, afirmando-se como um importante agente de transformação das estruturas pré-romanas, certamente fazendo-se sentir o seu efeito sobre os «pequenos aglomerados» como Mesas do Castelinho (*idem, ibidem*). Por outro lado, a acção de Augusto relativo à Lusitânia, fez-se ainda sentir na constituição de entidades, as quais, de acordo com a terminologia Pliniana se designariam genericamente como *populi* (*idem*), com diversos estatutos, sendo a base sobre a qual assentava a nova estrutura político administrativa. Ora o aglomerado das Mesas do Castelinho não terá desempenhado esta função capitalizadora de um dado território, com os seus limites fixados (Fabião-Guerra 2010, 480). Antes, ao que tudo indica, este, deverá ser colocado na órbita da sede da comunidade cívica de *Arandis*, um *oppidum stipendiarium* enumerado na lista de Plínio sob a forma *Aranditani* (*idem, ibidem*), cujo *territorium* compreenderia grosso modo o sector poente do Alentejo meridional, confinando o seu território a Este com Mértola e a Norte com Miróbriga e *Pax Iulia* (Alarcão 1990, 362).

A discussão em torno à localização deste *oppidum* ainda não terminou (ver capítulo 4), mas o sítio de Garvão é apresentado como um forte candidato à sua implantação, não só pela relevância do núcleo pré-romano aqui existente, manifestada no depósito votivo de Garvão; no reconhecimento de uma pujante ocupação republicana em torno ao séc. I a. C e na mudança da era no Cerro do Forte; mas também, se futuros trabalhos assim o comprovarem, a adscrição de uma cronologia Republicana às alterações urbanísticas identificadas na Cerca do Adro e se constatar a sua extensão a toda a área do povoado, esta questão será arquivada de vez. Resulta tentador associar a renovação urbanística apresentada, à alteração do estatuto do povoado, passando a sede de *civitas*, refletindo-se a passagem, nesta remodelação e reformulação do espaço urbano, passando este a ser e dotando de uma dignidade e monumentalidade que, até aí, não possuiria relacionando-se com os atributos próprios da sede de uma comunidade cívica dotada dos seus magistrados e assembleia.

Neste sentido, talvez não seja descabido relacionar a constituição e amortização do depósito votivo de Garvão, recuando para o séc. II a. C. a data do seu fecho. Aliás esta proposta sempre foi equacionada, quer pelos autores da escavação (Beirão *et alii*. 1985)



quer por Virgílio Hipólito Correia (1996, 2006) e mais recentemente por Francisco Gomes (2011, 287) relacionando-se, não com o avançar da conquista romana, como este autor propõe, mas sim com a efetivação e afirmação deste poder no seio do novo povoado de Garvão, submetido ao poder de Roma.

8.1 Balanço e Perspectivas de Investigação

Neste ponto urge fazer um balanço dos trabalhos efectuados e das principais dúvidas a resolver, traçando simultaneamente Perspectivas de investigação.

Do conjunto escavado o primeiro elemento a ser construído terá sido a muralha, sendo o traçado da muralha anterior aos dos edifícios que se adossam e imbricam. As casas ao adossarem a parte traseira à muralha determinaram até certa forma a estrutura do povoado. Neste ponto é fundamental esclarecer, se poderá, ser ou não, generalizado o mesmo modelo de urbanismo a todo o povoado (cabeços do Cerro do Forte e Cerca do Adro).

A muralha enquanto elemento marcante da paisagem castreja, ponto visual de atracção da paisagem, logo elemento identificador e demarcador de um grupo social frente a outro, encontra a sua correspondência a nível interno como referente vial da arquitetura doméstica dos povoados (Berrocal Rangel 2004, 31). Em momento próximo ao erigimento da muralha ou simultaneamente são construídos os edifícios referidos, tendo sido construída esta unidade arquitectónica cuja disposição, implantação e técnicas de construção (paredes imbricadas, paredes divisórias comuns, níveis arqueológicos e espólio associado, bem como técnicas de construção idênticas) demonstra terem obedecido a um planeamento prévio e consciente que determinou, tanto quanto é possível observar, a implantação e acondicionamento do traçado do aglomerado de Garvão. Enfatize-se: a principal questão que se coloca, neste momento, é a de se trata de uma remodelação específica de um dado quarteirão do povoado de Garvão ou se este modelo explicativo e esta dinâmica de povoamento se podem estender a todo o povoado deste período, tendo por conseguinte o povoado sido desenhado, planificado e executado num só momento, sobre vestígios de um povoado anterior do séc. IV a. C, do qual se registaram elementos residuais no espólio cerâmico recolhido. Por outro lado, é urgente em termos de sequências ocupacionais e faseamentos arquitectónicos perceber qual a morfologia do povoado em questão: povoado cego, à semelhança das Mesas do Castelinho, justapondo-se as construções à muralha abrindo as construções para um espaço aberto não construído, numa estrutura radial, ou um urbanismo de carácter mais regular e axial, com construções alinhadas ao longo dos eixos de circulação? Apenas um programa de trabalhos e sondagens orientado exclusivamente para a resolução destas questões poderá responder às interrogações que se colocam.

Urge ainda clarificar a cronologia fina desta remodelação. Tal como vimos acima, esse objectivo só será atingido com o alargar das áreas de escavação no povoado.



Outro dos problemas que urge dar resposta cabal diz respeito à configuração e tipologia da muralha do povoado. Até ao momento escavou-se um troço de um pano de muralha com uma extensão de cerca de 10 m de comprimento por 1, 80 m de largura, na Cerca do Adro. Orientada, aproximadamente E-O, corre paralela à extensa depressão natural conhecida localmente como Furadoiro. Na extremidade Oeste da muralha, no limite da área escavada, detectou-se nas quadrículas P e A uma realidade arqueológica estruturada, composta por uma mescla de pedra e barro muito concentrada, a Sul do tramo da muralha, (da qual constituiu um prolongamento), ocupando uma área de 5 m², cuja interpretação é ainda muito frágil. Inicialmente pensamos tratar-se do derrube da cintura defensiva neste local devido a lavras sucessivas e/ou possíveis reutilizações do cabeço; equacionamos a hipótese de nos encontrarmos perante o embasamento de um torreão da muralha neste sítio. Mais uma vez esta hipótese será apenas confirmada, ou não, com a continuação dos trabalhos de escavação no local, de forma a definir a totalidade da realidade arqueológica em questão.

As restantes interrogações articulam-se em torno ao traçado da muralha. O traçado acompanharia as curvas de nível do terreno, e qual a dimensão da área amuralhada? Aproximar-se-á dos 3 hc em consonância com o proposto por Caetano de Mello Beirão e seus colaboradores (1985, 51) ou dos 6 hc propostos por Virgílio Hipólito Correia (1995, 199 105) no Catálogo da exposição do MNA «De Ulisses a Viriato, o Primeiro Milénio a. C »?. Como já o afirmamos (capítulo 8), propomos um traçado, no estádio actual dos conhecimentos, que englobaria uma área amuralhada de cerca de 3 hc, em consonância com o defendido, quer por Caetano Beirão e seus colaboradores (1985; 1987) quer por Berrocal Rangel (1992). Tal facto não implica a inexistência de vestígios de habitat deste período, fora do perímetro amuralhado, ilustrada pelo aparecimento, e posterior destruição, de fornos metalúrgicos sob os muros da actual casa do Povo de Garvão, na margem oposta da Ribeira de Garvão ou dos Cachorros. Por outro lado, ainda em 1997, ano de grandes cheias, detectou-se na margem direita da Ribeira do Arzil, na base da encosta Oeste do Cerro do Forte, vestígios de estruturas construídas, associadas a cerâmicas da Idade do Ferro tardia.

Não restam dúvidas de que o amuralhado circunscreve duas plataformas, perfeitamente distintas, marcadas por taludes à semelhança do detectado para outros povoados fortificados da região desta época (Fabião 1998, 277). Como hipótese de trabalho, equacionamos que, o traçado da muralha a Este, deveria contornar o povoado, seguindo as curvas de nível do terreno, em direcção ao terraço do Cerro do Forte onde se implanta a «favissa» do santuário de Garvão, contornando o Cerro a essa cota. O terraço de implantação do depósito, possui um desnível de cerca de 8 m em relação à rua inferior, a Rua da Oliveira, paralela a anterior. Se a topografia actual do terreno poderá, nesta encosta, determinar ou ser o reflexo do amuralhamento do povoado, existem, todavia, dados arqueológicos que contribuem para reforçar a hipótese do traçado original da muralha seguir o desnível já referido. Na Rua da Oliveira efectuou-se em 2001 no âmbito da arqueologia preventiva sondagens no interior de uma habitação privada que se pretendia remodelar (Figura 4). Os resultados revelaram grandes surpresas destacando-se a já referida



deteção de contextos (depósitos e estruturas positivas) da Idade do Ferro Siderica, cuja cronologia não deverá baixar o século VI a. C (capítulo 4). Contudo, o surpreendente foi a ausência, na estratigrafia identificada, de níveis e depósitos coincidente com uma ocupação da segunda metade do primeiro milénio e.n.p., existindo neste local um hiato entre as ocupações mais antigas e as ocupações do período romano ali-imperial, islâmico e medieval, detectadas durante a escavação da sondagem. O que demonstra que neste momento, aparentemente, a ocupação pré-romana não se estenderia por toda a encosta Leste do Cerro do Castelo, circunscrevendo-se ao topo do Cerro. Segundo o traçado proposto, a cintura de muralha, contornaria o cerro aproximadamente à cota 127 m, acompanhando a curva de nível. A Oeste, dado o carácter mais abrupto e acidentado da vertente, sobre a Ribeira das Pimentas, poderá ter incorporado troços do afloramento rochoso no tramo amuralhado, seguindo o velho princípio de aproveitar estes tramos rochosos para reduzir o custo de construção (Gonzalez 1992, 67), solução amplamente difundida um pouco por toda a poliorcética peninsular (Berrocal Rangel 1992).

Em período recente, a construção da Rua da Ladeira do Padre, dificulta a perceção do entendimento, de como seria o prolongamento, na vertente Oeste, entre o pano de muralha que postulamos existir no Cerro do Forte, o tramo de muralha exumado em 1995-96 no topo da Cerca do Adro, e o pano de muralha escavado em 2002/03 na Cerca do Adro. A sobreposição das paredes Oeste e Norte do cemitério desativado, existente na Cerca do Adro, ao talude actual paralelo ao Furadoiro, poderá confirmar a conservação e a orientação da dita estrutura no sentido preconizado.

Em relação aos troços de pano de muralha exumados em 1995-96 (Nunes da Ponte, Vilhena 1995; 1996) e em 2000-03 (Nunes da Ponte, 2003) existem interrogações que urge esclarecer. Em primeiro lugar a morfologia os dois panos de muralha é distinta: o primeiro de secção taludada, o segundo de perfil e secção vertical. Em segundo lugar o tipo de aparelho. Enquanto a segunda cortina apresenta um aparelho algo irregular, apesar de a espaços ritmados serem colocadas lajes de xisto, para nivelar os blocos esquadriados, na primeira, o alçado caracteriza-se pela presença de pedras bem esquadriados, sem necessidade de fiadas de nivelamento. Pertencerão ambas à mesma realidade cronológica e funcional, ou serão realidades distintas indiciando acrescentos a uma primitiva fortificação?

Só prosseguindo os trabalhos no local se poderão esclarecer estas questões de índole arqueológica, assim como resolver as questões de índole historiográfica e responder afirmativamente à interrogação: Garvão é Arandis? No final deste trabalho, acredito que sim.



9. Bibliografia

- AAVV, (1990), *La Cultura Tartésica y Extremadura*, Museu Nacional de Arte Romano, Mérida.
- AAVV, (1994), *Idade do Ferro: Catálogo*, Câmara Municipal, Figueira da Foz.
- AAVV, (1995), *Celtas y Turdulos: la Baeturia*. Merida: Museu Nacional de Arte Romano, Mérida.
- AAVV, (1996), *De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.* Catalogo da Exposição, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- ADROHER AUROUX, A. M., (2000), Ánforas del tipo ibérico en las depressiones intrabéticas granadinas, *Revista de Estudios Ibéricos*, 4, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, p. 150-160.
- ABAD CASAL, L., (1989), El Sur de País Valenciano. Habitat et structures domestiques en Méditerranée Occidental Durant la Protohistoire, (*Preactas del Coloquio*), Arles, p. 78-79.
- ABAD CASAL, L.; SALA SELLÈS Feliciano., (2001), *Poblamiento Ibérico en el Bajo Segura, El Oral (II) y La Escuera*, Bibliotheca Arqhaeologica Hispana, 12, Real Academia de la Historia, Madrid.
- ALARCÃO, Jorge. (1973). *Portugal Romano*, Editorial Verbo. Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge. (1974). *Cerâmica Comum Local e Regional de Conimbriga*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ALARCÃO, Jorge. (1975). *Fouilles de Conimbriga V. La Cèramique Commune Locale et Régionale*, Diff. E De Boccard, Paris.
- ALARCÃO, Jorge. (1985). Sobre a Romanização do Alentejo e Algarve. A propósito de uma obra de José d' Encarnação. *Arqueologia*, 11. GEAP, Porto, p. 99-111.
- ALARCÃO, Jorge. (1987). A Cidade Romana em Portugal, a Formação de «Lugares centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização, in: *Cidades e História, Ciclo de conferências promovido pela Sociedade de Belas Artes em Novembro de 1987*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa p. 45-66.
- ALARCÃO, Jorge. (1988). *Roman Portugal*, 3.vols. Warminster, Aris & Phillips Ltd.
- ALARCÃO, Jorge. (1990). Identificação das cidades da Lusitânia e dos seus território, in: *Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires. Table Ronde internationale du CNRS* (Talence, le 8-9 décembre 1988), (Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42), Centre National de la Recherche Cientifique, Paris, p. 21-34.
- ALARCÃO, Jorge. (1993). Las Ciudades Romanas de Portugal, in *La Ciudad Hispanoromana*, Ministério da Cultura, Madrid p.126-180.
- ALARCÃO, Jorge. (1998). Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*, 37, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, p. 89-119.
- ALARCÃO, Jorge.; SANTOS, A. P., (Coord.), (1996), *De Ulisses a Viriato, O Primeiro Milénio a. C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.



- ALBERGARIA, João.; MELRO, Samuel. (2002). Trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do Bloco 9. *Al-Madan*. CAA. 11, Almada, p. 128-133.
- ALMAGRO GORBEA, Martín.; LORRIO ALVARADO, Alberto. (1986). El Castro de Entrerrios (Badajoz). *Revista de Estudios Extremenos*, 42 (3). Junta de Extremadura, Mérida p. 67-89.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín. (1977). *El Bronze Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura*. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín. (1991). La necrópolis de Medellín. I Jornadas de Prehistória y Arqueologia en Extremadura, 1986-1990, *Extremadura Arqueológica*, II, Universidad de Extremadura, Cáceres, p. 159-174.
- ALMAGRO-GORBEA Martín y BERROCAL-RANGEL, Luis. (1997). Entre íberos y celtas: sobre santuarios comunales urbanos y rituales gentilicios en Hispania. *Quaderns de Prehistoria i Arqueologia de Castelló. Espacios y lugares cultuales en el mundo ibérico*, 18, Diputación Provincial de Castelló, Castelló, p. 567-588.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín; MARTÍN BRAVO, Ana María. (1994 a). El Urbanismo en la Hispania “Céltica”. *Castros y Oppida en Extremadura*, Editorial Complutense, Madrid, p. 13-67.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín e MARTÍN BRAVO, Ana María. (1994 b). Medellín 1991. La Ladera Norte del Cerro del Castillo, *Castros y Oppida en Extremadura*. Editorial Complutense, Madrid, p. 77-128.
- ALMEIDA, De Fernando. (1964). *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*, Junta Distrital de Setúbal.
- ALMEIDA, João.(1948). *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. Ed. Do Autor, Lisboa.
- ALVAREZ ROJAS, Alvaro., GIL MONTES, Juan. (1988). Aproximación al Estudio de las Vías de Comunicación en el Primer Milenio Antes de Cristo en la Extremadura, *Trabajos de Prehistoria*, 45. Universidad de Madrid, Madrid, p. 305-316
- ALVAREZ SANCHIS, Jesus. (1992). La Producción Doméstica; *Los Celtas*. Revista de Arqueología.
- ANTUNES, M.T., (1991), Restos de animais no castelo de Silves séculos VIII-X, Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico, *Estudos Orientais*, 2 (*O legado cultural de Judeus e Mouros*), Lisboa, p. 41-72.
- ANTUNES, M.T., (1995), Restos de Animais da Estação Arqueológica de Garvão (séc. III a. C.), in: *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Edições Veja, Lisboa, p. 271-276.
- ANTUNES, M.T.; MOURER-CHAUVIRÉ, C. , (1992), The Roman Site (2 nd to 5 th centuries A D.) at Quinta do Marim near Olhão (Algarve, Portugal): vertebrate faunas. *Setúbal Arqueológica*, 9-10, Museu de Arqueologia e Etnografia, Setúbal p. 34-40.
- ANTUNES, M.T. ; SANTINHO CUNHA, A., (1986), O crânio de Garvão (século III a. C.): causa mortis, tentativa de interpretação, *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, IPPC, Lisboa, p.79-86.
- ARCELIN, Pierre. (1998). Quantifier: Choix Préalables et Traitements de l’Information. In Quantifications des Céramiques. Conditions et Protocole, *Actes de la Table Ronde du Centre Archéologique européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glennes, 7-9 Avril)*, Centre Archéologique du Mont Beuvray, Glux-en-Glenne.
- ARCELIN, Pierre.; TRUFFREAU-LIBRE, M.; (1998), (Eds).Quantifications des Céramiques . Conditions et Protocole, *Actes de la Table Ronde du Centre Archéologique européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glennes, 7-9 Avril)*, Glux-en-Glenne, Centre Archéologique du Mont Beuvray.



- ARENAS ESTEBAN, J.A., (1999), La Necrópolis Protohistórica de la «Cerrada de los Santos» (Aragoncillo, Guadalajara). Algunas Consideraciones en torno a su Contexto Arqueológico, in: Burrillo Mozota, F (eds.) *II Simposio Sobre Los Celtiberos: Necrópolis Celtibéricas*, Institución Fernando o Católico, Zaragoza, 124-146.
- ARGENTE OLIVER, J.L, DÍAZ DÍAZ, A., (1991), La Necrópolis de Carratiermes (Tiermes, Soria), in: Burrillo Mozota, F. (eds.) *II Simposio Sobre Los Celtiberos: Necrópolis Celtibéricas*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza, p. 178-199.
- ARNAUD, José Morais. (1970). O Castelo Velho de Veiros – Campanha Preliminar de Escavações de 1969, *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portuguese*, Vol. II, Lisboa.
- ARNAUD, José Morais; GAMITO, Teresa Júdice. (1977). Cerâmicas Estampilhadas da Idade do Ferro no Sul de Portugal, Cabeço de Vaiamonte (Monforte), *O Arqueólogo Português*, série III, 7-9, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 165-202.
- ARRUDA, Ana Margarida. (1988-1989). Conimbriga: Escavações de 1988-89. Algumas precisões sobre a cronologia do «Bairro Indígena», *Portugália*, Nova Série, 9-10, Instituto Português de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 93-100.
- ARRUDA, Ana Margarida. (1997a). *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim: no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*, Arqueologia e História Antiga, Ed. Colibri, Lisboa.
- ARRUDA, Ana Margarida. (1997 b). Conimbriga: Fouilles de 1988-1989. 2, Les travaux sur le fórum, in: *Itinéraires Lusitaniens, trente années de collaboration archéologique luso-française*.
- ARRUDA, Ana Margarida. (2000). *Fenícios e Mundo Indígena no Centro e Sul de Portugal (séc. VIII-VI a. C): em torno às histórias possíveis*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Edição policopiada, Lisboa.
- ARRUDA, Ana Margarida. (2001). A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4.2, IPA, Lisboa, p. 207-292.
- ARRUDA, Ana Margarida. (2005 a). O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século, *Arqueólogo Português*, série 4, 23, Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 9-156.
- ARRUDA, Ana Margarida. (2005b). A Idade do Ferro em Portugal: leituras de Jorge de Alarcão, in: *O Passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, Coimbra- Porto, p. 75-98.
- ARRUDA, Ana Margarida. (2006), o Baixo Guadiana durante os séculos VI e V a.n.e., in Jiménez Avila (ed.) *Sidereum Ana I, El Rio Guadiana en Epoca Post-Orientalizante*, Anejo de AEspA, XLVI, Instituto Arqueologico de Mérida, Mérida, 307-326.
- ARRUDA, Ana. Margarida. (2007). Cerâmicas gregas encontradas em Portugal, in: *Vasos Gregos em Portugal - Aquém das Colunas de Hércules*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- ARRUDA, Ana Margarida. (2007c), *Laccobriga: A ocupação romana da Baía de Lagos*, Câmara Municipal de Lagos.
- ARRUDA, Ana Margarida, FREITAS, Vera e OLIVEIRA, Carlos Filipe. (2007). Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim, in: Lopez Castro (ed.) *Las ciudades fenicio-punicas en el Mediterráneo Occidental*, Centro de Estudios Fenicios e Punicos, Editorial Universidad de Almeria, Almeria, p. 465-482.



- ARRUDA, Ana Margarida, SOUSA, Elisa.; LOURENÇO, Pedro; BARGÃO, Patrícia. (2008). Monte Molião (Lagos) – Resultados de um projecto em curso, *XELB*, 8, Silves, p. 161-192.
- ARRUDA, Ana Margarida.; CATARINO, Helena. (1982), Cerâmicas da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém, *Clio*, 4, Uniarq, Lisboa.
- ARRUDA, Ana Margarida; GUERRA, Amílcar.; FABIÃO, Carlos. (1995). O que é a II.^a Idade do Ferro no Sul de Portugal? *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993)*, vol. 6, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35 (2), Adecap, Porto, p. 237-258.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina., BARGÃO, Patrícia. (2005). As ânforas da Bética Costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, n.º 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, p.50-95.
- ARRUDA, Ana Margarida.; VIEGAS, Catarina.; BARGÃO, Patrícia. (2005). A Ocupação Pré-Romana de Faro, Alguns Dados Novos, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, n.º 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, p. 177-208.
- AUBET, M.E.S., REMEDIOS SERNA, M.; ESCACENA, J.L; RUIZ DELGADO, M.M., (1983), *La Mesa de Setefilla, Lora del Rio (Sevilha), Campana de 1979*. Excavaciones Arqueológicas en España. Ministério de Cultura, Madrid.
- BANDERA, R. M. L., ALBELDA, E. F., (2002), Sequencia Estratigráfica Tartessia e Turdetana de Viço (Marchena, Sevilla), *SPAL Revista de Prehistoria y Arqueologia*, 11, Universidad de Sevilha, Sevilha, p. 121-150.
- BEIRÃO, Caetano Mello. (1986). *Une Civilization Protohistorique du sud du Portugal, (1er Âge du Fer)*. Ed: De Boccard, Paris.
- BEIRÃO, Caetano Mello; CORREIA, Vergílio Hipólito. (1991). A Cronologia do povoado de Fernão Vaz. *Conimbriga*, 30. Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Coimbra,
- BEIRÃO, Caetano Mello; CORREIA, Vergílio Hipólito. (1995). A II Idade do Ferro no Sul de Portugal: O estado actual dos nossos conhecimentos. *Actas do XXI Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. III, Diputation Regional de Aragon, Zaragoza, p.431-468.
- BEIRÃO, Caetano Mello.; GOMES, Mário Varela. (1980). *A primeira Idade do Ferro no Sul de Portugal. Epigrafia e Cultura*, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa.
- BEIRÃO, Caetano Mello; GOMES, Mário Varela. (1983). A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes), *O Arqueólogo Português*, Série IV, 1, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 207-266.
- BEIRÃO, Caetano Mello; GOMES, Mário Varela. (1984). Coroplastia da I Idade do Ferro do Sul de Portugal, in: *Hommage à Georges Zbyzewsky, a la occasion de son passage à la retraite (22 Octobre 1979)*, Editions Recherches Sur Les Civilizations, Paris, p.431-468.
- BEIRÃO, Caetano Mello; GOMES, Mário Varela. (1985). Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal, *Actas del III Colóquio sobre Lenguas e Culturas Paleohispanicas (Lisboa, 1980)*, Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca, 465-499.
- BEIRÃO, Caetano Mello; TAVARES, Carlos; SOARES, Joaquina; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. (1985). Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*, 3, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa p. 45-136.
- BEIRÃO, Caetano Mello; GOMES, Mário Varela. (1987). Um depósito votivo da II Idade do Ferro, no sul de Portugal, e as suas relações com a cultura da Meseta *Actas del IV Colóquio Sobre Lenguas*



- y *Culturas Paleohispánicas, Vitoria\Gasteiz, 6-10 Mayo 1985, (Veleia, 2-3, 1985-85), Vitoria, p. 207-221.*
- BALFET, H., FAUVET, M.F., MONZON, S., (1983), *Pour la Normalizations de la Description des Potiers*, Museu do Homem, Paris.
- BELÉN, Maria. (2000). Ânforas de los Siglos VI-IV a. C. en Turdetania. *Revista de Estudios Ibéricos* 4. Universidad Autónoma, Madrid, p. p. 15-51.
- BELÉN, M., ANGLADA, R., ESCACENA, J.L., JIMÉNEZ, A., LINEROS, R., RODRÍGUEZ, L., (1997), *Arqueologia en Carmona (Sevilla), Excavaciones en la Casa- palácio del Marquês de Saltillo*. Junta de Andalucía, Sevilla.
- BELÉN, Maria; FERNANDEZ-MIRANDA, M., (1978), *La Tiñosa (Lepe, Huelva)*, Huelva Arqueológica IV, Diputacion Provincial de Huelva, Huelva.
- BENDALA GALÁN, Manuel. (1982). La Perduracion Punica en los Tiempos Romanos. El Caso de Carmo, in: *Huelva Arqueológica VI – Primeras Jornadas Arqueológicas Sobre Colonizaciones Orientales*, Diputacion Provincial de Huelva, p. 156-170.
- BENDALA GALÁN, Manuel. (1985). *Excavaciones en El Cerro de Los Palácios*, Noticiário Arqueológico Hispânico, 21, Direccion Geral de Bellas Artes Y Archivos, Madrid.
- BENDALA GALÁN, Manuel. (1989). La Génesis de la Estructura Urbana en la Espana Antigua. *CuPAUAM*, 16. Universidad Autónoma, Madrid.p. 28-50
- BENDALA GALÁN, Manuel. (2001). Processos de Poblamiento, Urbanización y Evolución Social in Ibéria. In BERROCAL RANGEL, L.; GARDES, P._ eds_ *Entre Celtas e iberos: Las Poblaciones Protohistóricas de las Galias e Hispânia*, Real Academia de la Historia\ Casa de Velázquez, Madrid.
- BENDALA, Manuel; BLÀNQUEZ, Juan. (2004). Arquitectura militar púnico-helenística en Hispânia. Bendala Galán; Moret.P;F. Quesada Sanz (Coordinadores), in: *CuPAUAM*, 28-29. *Formas e imágenes del poder en los siglos III-II a.d. C: Modelos helenísticos e respuestas indígenas*, Universidad Autónoma de Madrid.
- BENDALA GALÁN, Manuel; FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén; FUENTES DOMÍNGUEZ, A.; ABAD CASAL, Lorenzo.(1986). Aproximación al urbanismo prerromano y a los Fenómenos de transición y de potenciación tras la conquista. *Actas do Colóquio Los Asentamientos Ibéricos ante la Romanizacion, 27-28 Fevereiro de 1986*, Casa de Velazquez. Madrid.
- BERROCAL RANGEL, Luis. (1988). Excavaciones en Capote (Béturia Céltica). *Serie Nertobriguense*, I. Ayuntamiento de Higuera la Real, Higuera La Real, p. 15-51
- BERROCAL RANGEL, Luis. (1989). El Asentamiento «céltico» del Castrejon de Capote (Higuera La Real, Badajoz). *CuPAUAM*, 16, Universidad Autónoma, Madrid, p. 245-295.
- BERROCAL RANGEL, Luis. (1990). Materiales Cerâmicos «a mano» de una necrópolis nertobriguense (El Cantamento de La Pepina, Badajoz), in: Burillo Mozota, F. (eds.) *Necrópolis Celtibéricas*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza, p.311-315.
- BERROCAL RANGEL, Luis (1992). *Los Pueblos Célticos Del Suroeste De La Península Ibérica*. Editorial Complutense, Madrid.
- BERROCAL RANGEL, Luis. (1994 a). El Oppidum de Badajoz. Ocupaciones Prehistoricas en la Alcazaba, in Almagro Gorbea, M.; Martin, A.M. (eds.) *Castros y Oppida en Extremadura*. Complutum Extra, 4, Editorial Complutense, Madrid, p. 143-188.
- BERROCAL RANGEL, Luis. (1994 b). *El altar prerromano de Capote. Ensayo Etno-Arqueologico de um Ritual Céltico en el Suroeste Peninsular*, Universidad Autonoma de Madrid.



- BERROCAL RANGEL, Luis. (1994 c). Oppida y Castros de la Beturia Céltica, in: Almagro Gorbea, M., Martín, A.M. (eds.) *Castros y Oppida en Extremadura*. Complutum Extra, 4, Editorial Complutense, Madrid, p.189-242.
- BERROCAL RANGEL, Luis. (1998). *La Baeturia, un Territorio Prerromano en la Baja Extremadura*. Colección arte\ arqueologia, 20, Diputación de Badajoz, Badajoz.
- BERROCAL RANGEL, Luis. (2004). Sobre las Funciones Emblemáticas de las Murallas. *Gladius* XXIV, Servicio de Publicaciones del CSIC, Madrid, p. 27-98.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, Juan. (1996). Lugares de Culto en el Mundo Ibérico. Nuevas Propuestas Interpretativas de Espacios Singulares en el Suroeste Meseteño. *Revista de Estudios Ibéricos*, 2. Universidad Autónoma, Madrid, p. 230-242.
- BONET, Helena. (1995). Propuestas Metodológicas para la definición de la vivienda ibérica en el área valenciana, in *Ethno-Archéologie Méditerranéenne. Finalités, Demarches et Resultats*, Collection de la Casa de Velázquez, 54, Casa de Velázquez, Madrid, p. 85-104.
- BONET ROSADO, Helena; MATA PARREÑO, Consuelo. (1998). Las Cerámiques de importación durante los siglos III a. C y principios del II a. C en València, in: *Les Fàcies Ceràmiques d'importació a la costa ibèrica, les Balears i les Pitiuses durant el segle III a. C i la primera meitat del siglo II a. C*. Série Archeomediterrànea, 4, Barcelona, p.30-48.
- BONET ROSADO, Helena; MATA PARREÑO, Consuelo. (2002). *El Puntal dels LLops, Un Fortín Edetano*. Série de Trabajos Vários, 99. València: Servicio de Investigación Prehistorica \ Diputación Provincial de València.
- BONET ROSADO, Helena; MATA PARREÑO, Consuelo. (1997). La cerámica ibérica del siglo V a.C. en la Edetania. *Recherches del Museu d'Alcoi*, 6, Museu Arqueològic Alcoi, p. 31-48.
- BRONCANO RODRÍGUEZ, Sebastian. (1989), *El depósito votivo ibérico de El Amarejo. Bonete (Albacete)*, 156, Excavaciones Arqueológicas en España, Madrid.
- BRONCANO, RODRÍGUEZ, Sebastian; BLÁNQUEZ PÉREZ, Juan. (1985). *El Amarejo, Bonete (Albacete)*. Excavaciones Arqueológicas en España, 139. Madrid.
- CABELLO CAJA R., (1991-92), La Cerâmica Pintada de la II Edad del Hierro en la Cuenca Media del Tajo, *Norba* 11-12, Universidad de Extremadura, Cáceres, p. 98-128.
- CALADO, Manuel. (1993). *Carta Arqueológica do Alandroal*, Câmara Municipal, Alandroal.
- CALADO, Manuel. (1996). *Endóvelico e Rocha da Mina: o contexto envolvente*. Ophiussa, 0. Edições Colibri \ Instituto de Arqueologia Faculdade de Letras, Lisboa.
- CALADO, Manuel; MATALOTO, Rui; ROCHA, Artur. (2007). Povoamento proto-histórico na margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo, Portugal), *Arqueología de la tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*, Cáceres, p. 129-179.
- CAMACHO, A. E., (1997), *O Concelho de Aljustrel Nas Memórias Paroquiais de 1758*, Câmara Municipal de Aljustrel.
- CARANDINI, A., (1981), Carandini, A. (coord) *Atlante delle forme ceramiche, I. Cerâmica fine romana nel bacino mediterráneo*, Enciclopedia dell'Arte Antica Clássica e Orientale, Roma.
- CARDOSO, José Luis. (1993). Restos de Grandes mamíferos na Ilha do Pessegueiro. Contribuição para o conhecimento da alimentação na época romana, in: *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa.
- CARO, Antonio. (2002). *Ensayo sobre cerâmica en arqueologia*, Edición La Peña, Sevilla.



- CARRETERO PUBLETE, Pedro. (2004). *Las Anforas tipo Tiñosa y la explotación agrícola da la Campiña Gaditana entre los siglos V y II a. C.*, Dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid. Edição policopiada.
- CARVALHO, Pedro. (1998). *O Fórum de Aeminium*, Instituto Português de Museus, Lisboa.
- CARVALHO, Teresa Pires. (1998). *A Terra Sigillata do Monte Mozinho (Contributo para a História Económica do Povado)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1993, para a obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia. Cadernos de Arqueologia do Museu, 3 (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida – II), Museu Municipal, Penafiel.
- CASTAÑOS UGARTE, Pablo Manuel. (1988). Estudio de los Restos Oseos del Poblado Preromano de la «Villavieja del Castillejo de la Orden». *Extremadura Arqueológica I*, Universidad de Extremadura, Mérida, p. 109-112.
- CASTAÑOS UGARTE, Pablo Manuel. (1998). Evolucion de las Faunas Protohistoricas en Extremadura, in: Rodríguez Diaz (Coord), *Extremadura Protohistorica: Paleoambiente, Economia y Poblamiento*. Universidad de Extremadura, Cáceres, p. 120-150.
- CAZENEUVE, Jean. (1991). Ex-voto de l'Italie républicaine: sur quelques aspects de leur mise au rebut, *Les Sanctuaires celtiques et le monde méditerranée*, Ed. De Boccard, Paris, p. 215-220.
- CELESTINO PEREZ, Sebastian. (1995). El Período Orientalizante en Extremadura, *Extremadura Arqueológica IV*, Consejería de Educación y Cultura\ Dirección general de Património Cultural, Mérida, p.67-89.
- CELESTINO PEREZ, Sebastian., ENRÍQUEZ NAVASCÚES, J.J., RODRÍGUEZ DÍAZ, A., (1992). Paleoetnologia da área Extremeña, in: Almagro-Gorbea, M. y Ruiz Zapatero, G. (eds.), *Paleoetnologia de la Península Ibérica*. Complutum 2-3, Editorial Complutense, Madrid.
- CERDEÑO SERRANO, Filipe; PEREZ DE YNESTROSA POZUELO, Jose Luis; CHACON MONTERO Alfonso. (1993). *La Necrópolis Celtibérica de Sigüenza: Revisión del Conjunto*. Monografías Arqueológicas del S.A.E.T., 6, Seminário de Arqueologia y Etnologia Turolense, Teruel.
- COBAS FERNÁNDEZ, M. I., PRIETO MARTÍNEZ, M. P. ,(1998), *Critérios y Convenciones para la Gestión y el Tratamiento de la Cultura Material Mueble*, CAPA: Critérios y Convenciones en Arqueologia del Paisaje, 7, Grupo de Investigación en Arqueologia del Paisaje, Santiago de Compostela.
- COLL, Jaume. (1987). El Horno Ibérico de Alcalá del Júcar. *Revista de Arqueologia*, 80, Madrid, p. 56-62.
- COLL, Jaume. (1992). El Horno Ibérico de Alcalá del Júcar. Reflexiones sobre los orígenes de la coccion cerâmica en hornos de tiro directo y dupla câmara en la Península Ibérica. *Tecnologia de la coccion cerâmica desde a antigüedad a nuestros dias*, Asociación de Ceramologia, Alicante.
- COLL CONESA Jaume. (2000). Aspectos de Tecnologia de Producción de la Cerâmica Ibérica, in: MATA PARRENO, C.; PÉREZ JORDÀ, G., (eds.) _ *IBERS. Agricultors, artesans i comerciants: III Reunió sobre Economia en el Món Ibèric* [SAGVNTVM, Papeles del Laboratório de Arqueologia de Valência, extra -3], Universidad de Valência, Valencia, p. 191-209. III Reunió sobre Economia en el Món Ibèric. SAGVNTVM – PLAV, Extra-3.
- Correa, José Antonio. (1996). Grafito paleohispánico hallado en el depósito de Garvão (Ourique, Beja), *Spal* 5, Universidad de Sevilla, Sevilla, p. 167-170.
- Correa José Antonio. (2004). “Crónica epigráfica del sudoeste”, *PalHis*, 4, pp. 283-284



- CORREIA, Susana Helena. (1998). *Relatório da Intervenção Arqueológica efectuada na Cerca do Adro em Garvão, Ourique*. Edição Policopiada apresentada ao Instituto Português de Arqueologia.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (1989-90). A estação da Idade do Ferro do Porto das Lajes, Ourique, Beja. *Portugália IX-X*, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Porto, p. 81-92.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (1990). A expansão orientalizante na fachada Atlântica da Península: Dados conhecidos e perspectivas. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 30. Porto, p. 177-193.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (1993). Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo vale do Mondego, in: Tavares, A. A. (ed.), *Os Fenícios no território português*, Estudos Orientais, 4, Instituto Oriental, Lisboa, p. 229-283.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (1995 a). The Iron Age in Central Portugal and the Emergence of Urban centres, in: Cunliffe, B.; Keay, S. (ed.) *The Early Urbanization in Ibéria*, University Press, Oxford, p. 237-262.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (1995 b). A Transição entre o período orientalizante e a Idade do Ferro na Béturia Ocidental (Portugal), in: *Cuadernos Emeritenses, 9 Celtas y Turdulos*, Museo Nacional de Arte Romano, Merida, p. 127-149.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (1996 a). O sítio arqueológico de Garvão e o seu depósito ritual, in: J. Alarcão e A.I.P. Santos (eds.), *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 101-106.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (1996 b). Os Povoados da I.ª Idade do Ferro do Sul de Portugal, in: J. Alarcão e A.I.P. Santos (eds.), *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 78-96.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (1997). Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua Arqueologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 37 (3-4), ADECAP, Porto, p. 41-85.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (2001). Arquitectura Oriental e Orientalizante em território Português: uma revisão, in: RUIZ MATA, CELESTINO PEREZ (eds.) *Arquitectura Oriental y Orientalizante na Península Ibérica*, Centro de Estudios del Próximo Oriente, Lenguas y Culturas del Antiguo Oriente Próximo 4) Madrid, p. 57-68.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (2002). Algumas considerações sobre os centros de Poder na Proto-História do Sul de Portugal, *Revista de Guimarães, Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, Vol. 2. Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, p. 333-362.
- CORREIA, Virgílio Hipólito. (2009). A Escrita do Sudoeste: uma visão retrospectiva e prospectiva, *Acta Palaeohispanica X, Actas do X Colóquio Sobre Linguas e Culturas Paleohispánicas Lisboa, 26-28 de Fevereiro de 2009*, Palaeohispanica 9, CEAUP, Coimbra-Porto, p. 309-321.
- COSTA, António Marques da. (1910). Estações Prehistoricas dos arredores de Setúbal – Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes. *O Archeólogo Português*, XV Museu Nacional de Arqueologia.
- DARLING, Jonh Kat; MIKSICEK, C., SOREN, David. (1984). *Iron Age Environment and Diet*. Muse, 18.
- DEL AMO Y DE LA HERA, Martin. (1970). *La Cerâmica Campaniense de Importation y las Imitaciones Campanienses de Ibiza*. Trabajos de Prehistoria, 27. Madrid.
- DEL AMO Y DE LA HERA, Martin. (1978). *El Castañuelo. Un Poblado Céltico en la Provincia de Huelva*, Huelva Arqueológica, 4, Museo de Huelva \ Instituto de Estudios Onubenses Padre Marchena, Huelva.



- DIAS, Maria Manuela Alves, COELHO, Luís. (1977), Achados de moedas romanas do Concelho de Ourique. *O Archeólogo Português*, Série III, vol. 7-9, Museu Nacional de Arqueologia, p.269-275.
- DOMERGUE, Claude; FREIRE ANDRADE, Ruy. (1971). Sondagens 1967 et 1969 à Aljustrel (Portugal). Note Préliminaire. *Conimbriga*, 10, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, p. 99-110.
- ENCARNAÇÃO, José. (1978). Estelas Romanas Inéditas do Sudoeste Alentejano. *Conimbriga*, 17, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra, p. 41-53.
- ENCARNAÇÃO, José da.(1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: Subsídios para o estudo da romanização*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Juan Javier. (1991). Los Restos de La Necropolis de la Desembocadura del Rio Aljucén dentro del Contexto del Orientalizante Extremeño, *I Jornadas de Prehistoria y Arqueologia en Extremadura (1986-1990)*, *Extremadura Arqueológica II*, Universidad de Extremadura, Merida, p. 175-183.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J.J., RODRÍGUEZ DÍAZ, A., (1988), Campaña de Urgência en La Sierra de La Martela (Segura de León, Badajoz), *Extremadura Arqueológica*, I, Universidad de Extremadura, Merida, p. 113-128.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Juan Javier; VALDÉS, Fernando; RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso; LÓPEZ Pablo. (1998). La Estratigrafia del «Sector Puerta de Carros-2» SPC-2 de Badajoz y el Contexto Poblacional del «Valle Médio del Gadiana» en la Edad del Hierro, in: Rodríguez Díaz (coord.), *Extremadura Protohistorica: Paleoambiente, Economía Y Poblamiento*, Universidad de Extremadura, Cáceres, p. 565-587.
- ESTEBAN BORRAJO, German. (1998). *Cerâmicas A Torno Pintadas Orientalizantes, Ibéricas e Iberoromanas de Sisapo*, Fundación General de La Universidad Autónoma de Madrid.
- ESTEBAN ORTEGA, José; SALAS MARTÍN, Juan. (1991). I.ª Campaña de Excavaciones en el Castro de «El Castillejo» de Santiago del Campo (Cáceres), *Extremadura Arqueológica II*, Universidad de Extremadura, Merida.
- ESTEBAN ORTEGA, José; SÁNCHEZ ABAL, José Luis; FERNÁNDEZ CORRALES, José Maria. (1988). *La Necrópolis del Castro del Castillejo de la Orden, Alcântara (Cáceres)*, Consejería de Educacion y cultura\Universidad de Extremadura, Cáceres.
- ESTRELA, Susana. (2011). *Os Níveis Fundacionais das Mesas do Castelinho, Almodovar*, Dissertação de Mestrado, Apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Edição Policopiada.
- FABIÃO, Carlos. (1996). O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*, 11, Atelier de Artes Plásticas de Portalegre, Lisboa, p. 31-80.
- FABIÃO, Carlos. (1998). *O Mundo Indígena e a Sua Romanização na Área Céltica do Território Hoje Português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ed. Policopiada.
- FABIÃO, Carlos. (2001). Importações de Origem Mediterrânea no Interior do Sudoeste Peninsular na Segunda Metade do Primeiro Milénio A. C, Materiais da Cabeça de Vaiamonte, Monforte, in BERROCAL RANGEL, L.; GARDES, P. eds *Entre Celtas e iberos: Las Poblaciones Protohistóricas de las Galias e Hispânia*, Real Academia de la Historia\ Casa de Velázquez, Madrid, p. 230-270.



- FABIÃO, Carlos, GUERRA, Amílcar. (1994). As ocupações Antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar), Resultados Preliminares das Campanhas de 1990-92, *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*, vol. II, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p.275-289.
- FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar. (1996). A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiussa*, Ed. Colibri\ Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Lisboa.
- FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar. (2008). Mesas do Castelinho (Almodôvar): Um projecto com vinte anos, in *Grandes Projectos da Arqueologia Portuguesa, Al-Madan*, II.ª Série, 16, Centro de Arqueologia de Almada, p. 92-106.
- FABIÃO, Carlos, GUERRA, Amílcar. (2010). Mesas do Castelinho, Almodovar, a case of a failed Roman town in Southern Lusitania, in: Corsi, Vermeulen (eds.) *Changing Landscapes. The impact of Roman Towns in the Western Mediterranean. Proceedings of The International Colloquium, Castelo de Vide- Marvão 15-17 May 2008*, Universidad de Évora, Évora, p. 325-346.
- FABIÃO, C., GUERRA, A., (2010), Mesas do Castelinho, Almodovar, um exemplo de urbanismo Falhado, in: Gorges, Nogales (eds.) *VII Table Ronde International Sur la Lusitanie Romaine, Naissance de La Lusitanie Romaine (Iav-Iap.J.C)*, CIDEHUS, Universidade de Evora, Evora, p. 460-488.
- FARIA, António Marques. (1989). A numária de Cantnipo. *Conimbriga*, 28, Instituto de Arqueologia, Coimbra, p, 71-99.
- FARIA, António Marques. (1995). Plínio-o-Velho e os Estatutos das Cidades Privilegiadas Hispano-Romanas Localizadas no Actual Território Português. *Vipasca*, 4, Camara Municipal de Aljustrel, p. 89-99.
- FEIO, Mariano. (1983). *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. 2.ª Ed., Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora / INIC, Évora.
- FERNANDES, Teresa Matos. (1986). O crânio de Garvão (século III a.C.): análise antropológica. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, IPPC, Lisboa, p.23-67.
- FERNÁNDEZ CORRALES, José Maria. (1993). Aproximación al conocimiento del poblado prerromano de «Castillejos 2», Fuente de Cantos (Badajoz). *Alcântara: Revista del Seminário de Estudios Cacerenses*, 28, Diputacion de Cáceres. Caceres, p. 10-18.
- FERNÁNDEZ GOMEZ, Fernando. (1986). *Excavaciones Arqueológicas en el Raso de Candeleda (I)*, Diputacion Provincial de Ávila\ Institucion Gran Duque de Alba, Avila.
- FERNÁNDEZ GOMEZ, Fernando. (1992). Los Poblados y las Casas; in: *Los Celtas, Revista de Arqueologia*.
- FERNÁNDEZ GOMEZ, Fernando. (1997). *La Necrópolis de la Edad del Hierro de El Raso (Candeleda. Ávila) Las Guijas B*. Memórias Arqueologia em Castilla y León, Junta de Castilla y León, Zamora.
- FERNÁNDEZ GOMEZ, Fernando. (2003). El Raso de Candeleda, in ALMAGRO GORBEA, M.; MARINÉ, M.; ÁLVAREZ SANCHÍS, J.R.; eds._ *Celtas y Vettones. Catalogo de la Exposición*. Diputación Provincial de Ávila. Ávila, p. 350-360.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Macarena; JUAN GARCIA, Antonio; CABALLERO KLINK, Alfonso. (1993). Alarcos el Cerro Sagrado de la Oretania, *Revista de Arqueologia*, 152, Madrid, p. 36-43.
- FILIPPE, Victor. (2010). As ânforas de tradição pré-romana de Mesas do Castelinho, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 13, n.º1, IPA, Lisboa, p. 57-87..



- FLORIDO NAVARRO, Concepción. (1984). Anforas Prerromanas Sudibéricas, *Habis*, 15, Universidad de Sevilla, Sevilla, p.419-436.
- GUERRA, Amílcar. (1995). *Plínio - o- Velho e a Lusitânia*. Série Arqueologia e História Antiga. Lisboa: Edições Colibri.
- GUERRA Amílcar. (1998). *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Dissertação de Doutoramento apresentada á Faculdade de Letras de Lisboa, Ed. Policopiada, Lisboa.
- GIBSON, Colin; CORREIA, Vergílio Hipólito; BURGESS, Colin. (1998). Alto do Castelinho da Serra (Montemor- o- Novo, Évora, Portugal): A Preliminary Report on the Excavations at the Late Bronze Age to Medieval Site, 1990-93, *Journal of Iberian Archeology*, Vol. 0ADECAP, Porto, p. 189-244.
- GOMES, Mário V., GOMES, Rosa Varela. (1984). Uma Estela Epigrafada da Herdade dos Franciscos (Garvão). *Conimbriga*, XXIII, Instituto de Arqueologia, Coimbra, p. 43-54.
- GOMES, Mário Varela; SILVA, Carlos Tavares. (1994). Garvão: Un Sanctuaire protohistorique du Sud de Portugal. *Les Dossiers d' Archeologie*, 198. Dijon.
- GONZÁLEZ TABLAS SASTRE, Francisco Javier; DOMÍNGUEZ CALVO, António. (2002). *Los Castillejos de Sanchorreja: campañas de 1981, 1982 y 1985*, Universidad de Salamanca, Salamanca.
- GONZALEZ TABLÁS, Fernando; ALVAREZ SANCHIS, Jesús. (2003). Las murallas de Cogotas y La Mesa de Miranda, *Zephyrus*, LXIV, Universidad de Salamanca, Salamanca, p. 63-79.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Maria Dolores, SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Maria. A. (1989). *Excavaciones en el Castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*, Editora Regional de Extremadura, Merida.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca; GALÁN DOMINGO, Eduardo. (1996). *La Necrópolis de «El Mercadillo» (Botija, Cáceres)*, Extremadura Arqueológica VI, Junta de Extremadura. Merida.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier. (1995). Materiales Protohistóricos de «El Turuñuelo» (Mérida, Badajoz), *Pyrenae*, 26, Universitat de Barcelona, Barcelona, p.131-151.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier. (2001). Los Complejos Monumentales post-orientalizantes del Guadiana y su integración en el panorama del Hierro Antiguo del Suroeste Peninsular, in: *Arquitectura Oriental Y Orientalizante en La Península Ibérica.*, Ed. Diego Ruiz Mata, Sebastián Celestino Pérez, Centro de Estudios del Proximo Oriente, CSIC, Merida, p. 227-248.
- JÚDICE GAMITO, Teresa. (1982). A Idade do Ferro no Sul de Portugal, Problemas e perspectivas. *Arqueologia*, 6, GEAP, Porto, p. 65-78.
- JÚDICE GAMITO, Teresa. (1988). *Social Complexity in Southwest Ibéria 800-300 B.C. The Case of Tartessos*, BAR Internacional Séries 439, University Press, Oxford.
- LAUTENSACH, Hermann. (1944). A Formação de Aspectos Culturais da Paisagem Portuguesa. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, n.º s 9,10,11 E 12 Série 61, p.1-27.
- LEBEAUPIN Denis. (1994). Fouilles dans l'Îlot 4-sud. *Lattara*,7, ADAL, Association pour le Développement de l'Archéologie en Languedoc-Roussillon, Lattes.
- LÓPEZ PALOMO, Luis Alberto. (1981). *Alhonz. Excavaciones de 1973 a 1978*, Noticiario Arqueologico Hispano, 11, p. 33-187.



- LÓPEZ SEGUÍ, E., (2000), La Alfaria Ibérica en Alicante. Los Alfares de la Illeta dels Banyets, La Alcudia y el Tossal de Manises, in: MATA PARREÑO, C.; PÉREZ JORDÀ, G., eds. _ *IBERS. Agricultors, artesans i comerciants: III Reunió sobre Economia en el Món Ibèric [SAGVNTVM, Papeles del Laboratório de Arqueologia de València, extra -3]*, Universidad de València. SAGVNTVM- PLAV, Extra -3 III Reunió sobre Economia en el Món Ibèric, Valencia.
- LUZÓN NOGUÉ, José Maria. (1973). *Excavaciones en Itálica: estratigrafía en el Pajar de Artillo (Campana de 1970)*, Excavaciones Arqueológicas España, 78. Madrid.
- MACKINNON, Michael. (1999-2000). O papel dos animais na economia rural da Lusitania romana: Zooarqueologia de Torre de Palma, *A Cidade*, n.ºs. 13-14, Atelier de Artes Plásticas de Portalegre, Lisboa, p. 129-140.
- MACKINNON, Michael. (2000). *Mirobriga: Preliminary Faunal Report*, Relatório entregue a Filomena Barata, IPAAR.
- MAIA, Manuel. (1978). Fortalezas Romanas do Sul De Portugal, *Zephyrus*, XVIII-XXIX, Universidad de Salamanca Salamanca, p.279-285.
- MAIA, Maria. (1988). Neves II e a «Fácies» Cultural de Neves-Corvo. 1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja. Arquivo de Beja. 2.ª Série. 3. Beja: Câmara Municipal de Beja.
- MAIA, Maria; MAIA, Manuel. (1986). *Arqueologia do Couto Mineiro de Neves-Corvo. Trabalhos Realizados no Triénio 1982-84*, s.l.: SOMINCOR.
- MARTÍN BRAVO, Ana María. (2003). Las Casas y El Urbanismo, in: ALMAGRO GORBEA, M.; MARINÉ, M.; ÁLVAREZ SANCHÍS, J.R.; (eds.)_ *Celtas y Vettones. Catalogo de la Exposición*. Diputación Provincial de Ávila, Ávila.
- MATA PARREÑO, Consoelo; BONET ROSADO, Helena. (1992). La Cerâmica Ibérica: Ensayo de Tipología. *Estúdios de Arqueologia Ibérica y Romana. Homenaje a Enrique Pla Ballester*. [Série de Trabajos Vários, n.º 89], Diputación Provincial de València, Valencia, p.117-173.
- MATALOTO, Rui. (2004). *Um Monte Da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: Ruralidade e Povoamento no I.º Milénio a.C do Alentejo Central*, Ed. Policopiada de dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MATALOTO, Rui. (2009). Através dos campos: arquitectura e sociedade na Idade do Ferro alto alentejana in *Arqueo Mediterrania 11/2009 Actes de la IV Reunió Internacional d'Arqueologia de Calafell (Calafell - Tarragona, 6 al 9 de març de 2007): L'espai domèstic i l'organització de la societat a la protohistòria de la Mediterrània occidental (Ier millenni a.C.)*, E.Cient. Maria Carme Belarte Universitat de Barcelona - Institut Català Arqueologia Clàssica, Barcelona.
- MOREL, Jean Paul. (1981). *La Céramique Campanienne. Les Formes*, 2 vols, École Française de Rome, Rome.
- NAVARRO GASCÓN, José. (1997). Estudio Analítico de los Materiales Cerámicos del Yacimiento Arqueológico de la Casa del Marqués de Saltillo (Carmona, Sevilla), in BELÉN M.; ANGLADA, R.; ESCACENA, J.L.; JIMÉNEZ, R.; RODRÍGUEZ, I, *Arqueologia en Carmona (Sevilla): Excavaciones en la Casa Palacio del Marqués de Saltillo*. Colección Arqueologia, Consejería de Cultura\ Junta de Andalucía, Sevilla, p. 262-333.
- NEVES, Raul; ARRIEGAS, Pablo Ines. (1998). Miróbriga, ecologia e paisagem, *Vipasca*, 8, Câmara Municipal de Aljustrel, p. 73-79.
- NOLEN, Jeannette, U. Smit. (1985). *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Fundação Casa de Bragança, Lisboa.



- NUNES DA PONTE, Teresa Ricou. (2000). Cerâmicas Áticas de Garvão, (Ourique): Dois Novos Fragmentos. *Arquivo de Beja*, vol. XIII, Série III, Beja.
- OLIVEIRA, Teresa.; OLIVEIRA, Victor. (1996). Síntese da Geologia da faixa piritosa, em Portugal, e das principais mineralizações associadas, in: REGO, M. (Coord.) *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, Castro Verde, p. 8-28.
- OLIVER Foix, Arturo. ; GUSI I JENER, Francesc. (1995). *El Puig de la Nau: Un Habitat Fortificado Ibérico en el Âmbito Mediterrâneo Peninsular*, Monografies de Prehistòria i Arqueologia Castellonenques, 4, Servicio de Publicaciones, Diputación de Castellón.
- ONGIL VALENTÍN, Maria Isabel. (1989), Excavaciones en el Poblado Prerromano de «Villasvieja del Castillejo de la Orden». *Extremadura Arqueológica*, I, Universidad de Extremadura, Merida, p. 321-328.
- PARREIRA, Rui; BERROCAL RANGEL, Luís. (1991). Povoado da Segunda Idade do Ferro da Herdade do Pomar (Ervidel, Aljustrel), Conimbriga, 29, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, p. 39-57.
- PELLICER, Manuel. (1978). Tipología y Cronología de las ânforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilha), *Habis* 9, Universidad de Sevilha, Sevilha, p.365-400.
- PELLICER CATALÁN, Manuel; AMORES CARREDANO, Fernando. (1985). *Protohistoria de Carmona. Los Cortes Estratigráficos CA-80/A y CA-80/B*, Noticiário Arqueológico Hispânico, 22, Ministério da Cultura, Madrid.
- PELLICER CATALÁN, Manuel, ESCACENA CARRASCO, Juan., BENDALA GALÁN, Manoel. (1983). *El Cerro Macareno*, EAE, 124, Ministerio de Cultura, Madrid.
- PEREIRA SIESO, Juan. (1988). La Ceramica Iberica de la Cuenca del Guadalquivir. I. Proposta de Classificacion. *Trabajos de Prehistoria*, 45, CSIC. Madrid, p. 143-173.
- PEREIRA SIESO, Juan. (1989). La Ceramica Iberica de la Cuenca del Guadalquivir, II, Proposta de Classificacion, *Trabajos de Prehistoria*, 46, CSIC, Madrid, p.149-159.
- PÉREZ JORDÀ, Guillermo. (2000). La Conservación y la Transformación de los Productos Agrícolas en el Mundo Ibérico. In MATA PARRENO, C.; PÉREZ JORDÀ, G., eds. _ *IBERS. Agricultors, artesans i comerciants: III Reunió sobre Economia en el Món Ibèric [SAGVNTVM, Papeles del Laboratório de Arqueologia de València, extra -3]*, Universidad de Valencia, Valencia
- PEREZ MACIAS, Juan Aurélio. (1993). Cerâmicas prerromanas de la Pasada del Abad (Rosal de la Frontera, Huelva), *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueologia*, 33, Huelva, p. 19-26.
- PICON, Maurice. (1973). *Introduction à l'étude technique des cèramiques sigillées de Lezoux*; Centre de Recherches sur les Techiques gréco-romaines, Dijon.135, p.91-93.
- PONS Enriqueta; MOLIST Miquel. (1995). Las Estructuras de Combustión de la Protohistòria en la Cataluña Litoral. *XXI Congreso Nacional de Arqueologia*, vol. III, Diputación Provincial de Aragón, Aragón, p.324-371.
- RAMÓN TORRES, Juan. (1995). *Las ânforas fenício-púnicas del Mediterrâneo central y occidental*. *Collectió Instrumenta*, 2. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- REGO, Miguel., GUERRERO, Olga., GÓMEZ TOSCANO, Franciso. (1995), Mértola: una Ciudad Mediterrânea En el Contexto de la Edad del Hierro en el Bajo Guadiana, *Actas de las I Jornadas Transfronterizas sobre la Contienda Hispano-Portuguesa*, Tomo I, Biblioteca de Estudios Arochenos, n.º5, Aroche.



- REDONDO RODRÍGUEZ, José Antonio.; ESTEBAN ORTEGA, José.; SALAS MARTÍN, Juan. (1991). El Castro de La Coraja de Aldeacentenera (Cáceres), in: *Extremadura Arqueológica II: I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*, Universidad de Extremadura, Merida, p. 161-175.
- RIBEIRO, Orlando. (1970). *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo, segundo Albert Silbert. Chorographia*, Centro de Estudos Geográficos, (Série Histórica), Lisboa, p. 149-177.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso. (1991). Dos Cortes Estratigráficos en el Poblado Prerromano de la Ermita de Belén (Zafra, Badajoz), *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura, Extremadura Arqueológica II*. Universidad de Extremadura, Merida, p. 100-110.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso.(1991 b), *La Ermita de Belén (Zafra, Badajoz), Campaña de 1987*, Editora Regional de Extremadura, Merida.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso.(1994 a). Algunas Reflexiones sobre el Fin de Tartessos en La Cuenca Media del Guadiana: La Crisis del Cuatrocientos Y el Desarrollo de La Beturia, *CuPAUAM*, 21, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, p. 9-34.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso. (1994 b). El Vale Médio del Guadiana, «Espacio de Frontera en la Protohistoria del Suroeste (I)», *SAGVNTVM, Papeles de del Laboratório de Arqueologia de Valência*, 27, Universitat de València, Valencia, p. 107-124.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995 a). El Vale Médio del Guadiana, «Espacio de Frontera en la Protohistoria del Suroeste (II)», *SAGVNTVM, Papeles de del Laboratório de Arqueologia de Valência, Homenatge al Prof. Dr. Miquel Tarradel I Mateu*, 28, Universitat de València, Valencia, 111-130.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso. (1995 b). Extremadura Prerromana, *Extremadura Arqueológica IV*, Universidad de Extremadura, Merida, p. 91-121.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso (Coord.). (1998). *Extremadura Protohistórica: Paleoambiente, Economía Y Poblamiento*, Universidad de Extremadura, Cáceres.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso, BERROCAL RANGEL, Luís. (1988), Materiales Cerámicos de la Segunda Edad del Hierro del Cantamento de la Pepina (Fregenal de la Sierra, Badajoz), *CuPAUAM*, 15, Universidad Autónoma, Madrid, p. 215-252.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso., JIMÉNEZ ÁVILA, Javier. (1987-88). Informe sobre las excavaciones Realizadas en el Yacimiento de Hornanchuelos, Ribera del Fresno (Badajoz): 1986-1988, *Norba*, 8-9 Universidad de Extremadura, Cáceres.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso, ORTIZ ROMERO, Pablo. (1986). Avance de la Primera Campaña de Excavación en el Recinto-Torre de Hijovejo (Quintana de la Serena, Badajoz). El Sondeo Núm. 2, *Norba*, 7, Universidad de Extremadura, Cáceres, p. 25-41.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Afonso, ORTIZ ROMERO; Pablo., PAVÓN SOLDEVILLA Inácio. (2000). El Complejo Arqueológico de La Mata (Campanário, Badajoz) en el Contexto Socioeconómico del Post-Orientalizante Extremeño. In MATA PARRENO, C.; PÉREZ JORDÀ, G., eds. _ *IBERS. Agricultors, artesans i comerciants: III Reunió sobre Economia en el Món Ibèric [SAGVNTVM, Papeles del Laboratório de Arqueologia de Valência, extra -3]*, Valência: Universidad de Valência.
- ROMERO CARNICERO, Fernando. (2003), La Artesanía: Cerámica, Bronce, Hierro, in ALMAGRO GORBEA, Martín; MARINÉ, M.; ÁLVAREZ SANCHÍS, Jesus. Ruiz.; eds._ *Celtas y Vettones. Catalogo de la Exposición*, Diputación Provincial de Ávila.
- ROUILLARD, Pierre. (1975). *Les Coupes Attiques a Figures Rouges du IV Siècle en Andalousie*. Melanges de la Casa de Velázquez, tome XI, Ed. Du Boccard, Paris.



- ROUX, Jean- Claude. (1990 a), Aménagements domestiques dans les îlots 1,2 et 4 nord de Lattes, Lattara, 3.
- ROUX, Jean -Claude. (1990 b). Histoire de l'îlot 1, Stratigraphie, architecture et aménagements (III e-IIe s. av. n. è)
- ROUX, Jean-Claude. (1994). Une maison de l'îlot 2 de Lattes à la fin du IIIe-IIe s. av. n.è., Lattara, ROUX, Jean-Claude; RAUX, Stéphanie. (1996). Les foyers domestiques dans l'habitat lattois du IIe Age du fer (IVe_ Ier s. av. n. è.), *Lattara* 9,
- RUIZ MATA, Diego. (1998). Turdetanos: Origen, Território y Delimitación del Tiempo Histórico. *Revista de Estudios Ibéricos*, 3, Universidad Autónoma, Madrid, p. 22-40.
- RUIZ ZAPATERO, Guillermo; ALVAREZ SANCHÍS, Jesus Ruiz. (1995). Las Cogotas: Oppida and the Roots of Urbanism in the Spanish Meseta, in: Cunliffe, B.; Keay, S. (ed.) *Social Complexity and the development of towns in Iberia from the Copper Age to the Second Century a.D. The Early Urbanization in Ibéria*, Proceedings of The British Academy, 86, University Press, Oxford.
- RUFETE TOMICO, Pilar. (2002). *El Final de Tartessos y el Período Turdetano en Huelva*, Huelva Arqueológica, 17, Diputacion Provincial de Huelva, Huelva.
- SANZ MIGUÉNS, Carl. (1990). Rituales Funerarios en la Necropolis Celtiberica de Las Ruedas, Padilha del Duero (Valladolid), in Burillo Mozota, F. (eds.), *Necrópolis Celtibéricas*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza.
- SILBERT, Albert. (1978). *Le Portugal Méditerranée à la Fin de l'Ancient Regime*, Junta Nacional de Investigaçã Científical, Lisboa.
- SILVA, Armando Coelho Ferreida. (2007 a). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Paços de Ferreira (1.ª Edição de 1986).
- SILVA, Armando Coelho Ferreira. (2007 b). A Evolução do Sistema Defensivo Castrejo no Noroeste Peninsular, «*Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro, Las Murallas Protohistóricas de la Meseta Y La Vertiente Atlantica en su Contexto Europeu*», *Actas del Coloquio Celebrado en la Casa de Velasquez (Outubre de 2006)*, Bibliotheca Arqueologica Hispania, 28, Eds. Luis Berrocal Rangel y Pierre Moret, Real Academia da Historia/Casa de Velasquez, Madrid, 2008.
- SILVA, Carlos TAVARES. (1978). Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém), *Setúbal Arqueológica*, IV, Junta Distrital de Setúbal, Setubal, p. 117-132.
- SILVA, Carlos TAVARES; SOARES, Joaquina. (1986). *Arqueologia da Arrábida*, Parques Naturais, 15, Lisboa.
- SILVA, Carlos. TAVARES; SOARES, Joaquina. (1997). Chibanes Revisitado. Primeiros Resultados da Campanha de Escavações de 1996, in: *Homenagem ao Professor António Augusto Tavares, Estudos Orientais*, 6. Lisboa, p. 33-66.
- SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina. (2012). Castro de Chibanes, Palmela, do III milénio a. C ao séc. I a. C. In *in Isabel Cristina F. Fernandes e Michelle Teixeira Santos (Coord.)*, *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*, Município de Palmela, Palmela.
- SILVA, Carlos Tavares; SOARES, Joaquina; BEIRÃO, Caetano Mello; DIAS, Luis Ferreira; SOARES, Antónia Coelho. (1980-81). Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979), *Setúbal Arqueológica*, VI-VII. A. D.S., Setúbal, p. 149-218.
- SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares. (1973). Ocupação do Período Proto-Romano do Povoado do Padrão (Setúbal), *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A.A.P (Lisboa 1972)*, vol. I, Lisboa, p. 245-305.



- SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares. (1979). Cerâmica Pré-Romana de Miróbriga (Santiago do Cacém), *Setúbal Arqueológica V*, Junta Distrital de Setúbal, Setubal, 159-184.
- SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares. (1986). Ocupação Pré-Romana de Setúbal: Escavações Arqueológicas na Travessa dos Apóstolos, in: *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, Maio de 1985)*, Trabalhos de Arqueologia, 3, IPPC, Lisboa, p. 87-101.
- VASCONCELLOS, José Leite. (1908). Antigualhas 2- Restos Romanos. *O Archeologo Português*, XIII, n.ºs.1-6, Lisboa, p.351-352.
- VIANA, Abel. (1960). Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo: Senhora da Cola, *Arquivo de Beja*, 17, p. 138-231.
- VIANA, Abel, DIAS DEUS, A. (1950). Necropolis Celto-Romanas del Consejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueologia*, 23.
- VIANA, Abel, DIAS DEUS, A. (1951). Notas para el Estúdio de la Edad del Hierro en el Consejo de Elvas (Portugal), *6.º Congresso de Arqueologia do Sudoeste (Alcoy, 1950)*, Cartagena, p.89-105.
- VIANA, A., DIAS DEUS, A. (1955). Nuevas Necropolis Celto-Romanas de La Region de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueologia*, 28, p. 229-259.

